

**Habitação e sua relação com o direito à cidade no
capitalismo contemporâneo: um estudo sobre o programa
Minha Casa Minha Vida Faixa 1 em Vitória - ES**

Shanna de Oliveira Rangel

Dissertação de Mestrado em Política Social
Mestrado em Política Social
Universidade Federal do Espírito Santo

Vitória
Agosto de 2018

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de
Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

R196h Rangel, Shanna de Oliveira, 1990-
Habitação e sua relação com o direito à cidade no capitalismo contemporâneo : um estudo sobre o programa Minha Casa Minha Vida - Faixa 1 em Vitória / Shanna de Oliveira Rangel. - 2018.
113 f. : il.

Orientador: Mauricio de Souza Sabadini.
Dissertação (Mestrado em Política Social) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas.

1. Questão Urbana. 2. Direito à Moradia. 3. Direito à Cidade. 4. Produção do Espaço. I. Sabadini, Mauricio de Souza. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas. III. Título.

CDU: 32

SHANNA DE OLIVEIRA RANGEL

**HABITAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O DIREITO À CIDADE NO
CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: UM ESTUDO SOBRE O
PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA - FAIXA 1 EM
VITÓRIA-ES**

*Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do
Programa de Pós-Graduação em Política Social da
Universidade Federal do Espírito Santo como requisito
parcial para obtenção do Grau de Mestre em Política Social.*

Aprovada em 30 de agosto de 2018.

COMISSÃO EXAMINADORA

Maurício de Souza Sabadini

**Professor Doutor Maurício de Souza Sabadini
Orientador/Universidade Federal do Espírito Santo**

Maria Helena Elpidio Abreu
**Professora Doutora Maria Helena Elpidio Abreu
Universidade Federal do Espírito Santo**

Carlos T. Campos Júnior
**Professor Doutor Carlos Teixeira de Campos Júnior
Universidade Federal do Espírito Santo**

A todas e todos que lutam por uma sociedade na qual a cidade
possa ser horizonte de lutas e transformações.

AGRADECIMENTOS

Quando decidi tentar o mestrado no ano de 2015, fui muito incentivada por pessoas que acreditavam que eu era capaz de alcançar meus objetivos e, estas foram realmente indispensáveis na minha caminhada, por isso, aqui, expresso minhas homenagens e mais sinceros agradecimentos.

Primeiramente, sou grata a Deus. Agradeço a minha família, por acreditar nos meus sonhos e incentivarem cada etapa de ressignificação e crescimento da minha vida.

Agradeço à CAPES, pela bolsa ofertada, a qual contribuiu para elaboração desta dissertação.

Agradeço a Universidade Federal do Espírito Santo, espaço no qual venho dedicando parte da minha vida acadêmica em duas graduações e no mestrado.

Agradeço a ABEPSS, onde fui representante discente suplente de Pós-Graduação Nacional, podendo estar em espaços de grande aprendizado e ao lado de profissionais, docentes e discentes da área de Serviço Social.

Agradeço à Associação de Pós-Graduação (APG) da UFES e a todos e todas representantes discentes que estiveram nessa caminhada, sendo desafiados diariamente a lutar por melhores condições na pós-graduação diante do cenário de desmonte da educação brasileira. Em especial, agradeço a Eliane A. e Thiara Cruz.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES pela oportunidade de aprender tanto durante esses dois anos. Agradeço também, em especial, à secretária Adriana por sua paciência e dedicação com os alunos do programa.

Agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Mauricio de Souza Sabadini, pela paciência e compreensão na caminhada ao longo desses dois anos. Pelo seu tempo dedicado às leituras de cada versão do material e pelas orientações em que pudemos conversar e refletir sobre o avançar deste estudo.

Agradeço ao Professor Doutor Carlos Teixeira de Campos Júnior e à Professora Doutora Maria Helena Elpídio Abreu que acompanharam esse processo desde a minha banca de qualificação e contribuíram imensamente para a construção da

temática que me propus a discutir nesta dissertação.

Agradeço, de forma muito especial, aos moradores do Residencial Tabuazeiro – homens e mulheres sujeitos da minha pesquisa – pela recepção desde o primeiro momento, pela vontade em contribuir e pela disponibilidade para a realização da pesquisa de campo (grupo focal), pois sem os mesmos seria impossível a compreensão do objeto desta pesquisa e a elaboração da dissertação.

Agradeço imensamente à Leila Menandro e à Angélica Martins. À Leila, que nesse processo se tornou uma colega de turma e amiga de vida. Por toda sua dedicação, atenção e por me incentivar tanto em cada etapa do mestrado, em especial na mais complexa, que para mim foi a realização do grupo focal, me fazendo refletir e entender a importância da pesquisa de campo, permitindo que eu não desanimasse diante das dificuldades e limitações colocadas pela dinâmica da realidade. À Angélica, pela nossa amizade e companheirismo há quase uma década. Por me incentivar e por sonhar ao meu lado, sem nunca deixar de ser uma pessoa dócil e cativante. Sou grata por existir e por caminhar comigo.

Agradeço ao meu amigo Rochester de Lima e minha grande amiga Karolina Dias, que me permitiram acreditar e me incentivaram a realizar aquilo que dentro das minhas possibilidades era possível.

Agradeço a Cláudio Hosrt e João Paulo Valdo por serem companheiros de vida, por serem tão presentes, mesmo distantes, compartilhando comigo momentos e reflexões do mestrado.

Agradeço pelas amigadas que construí na turma de mestrado: Mariana Rébulli, Maísa Amaral, Naty Nicácio, Nathalia Moreira, Arthur Lemos e Pedro Emerick que tornaram nossos dias de aula mais aconchegantes. Aos queridos amigos doutorandos, Elizabethe Cardoso e Walver Villegas.

Agradeço aos meus veteranos do PPGPS: André Dardengo, Pedro Rozales, Raphael Rodrigues e a maravilhosa Emilly Tenório, por todas as reflexões e incentivos nessa caminhada. Por fim, agradeço a todos que, de alguma maneira, contribuíram na concretização dessa etapa da minha vida.

E, enquanto existir o modo de produção capitalista, será loucura querer resolver isoladamente o problema da moradia ou qualquer outra questão social que afete o destino dos trabalhadores. A solução está antes na abolição do modo de produção capitalista, na apropriação de todos os meios de vida e trabalho pela própria classe trabalhadora (ENGELS, 2015, p. 108).

RESUMO

A presente dissertação centra-se no debate atual sobre o direito à moradia no Brasil e sua relação com o direito à cidade, com um enfoque no Programa Minha Casa Minha Vida (Faixa 1) na cidade de Vitória/ES. Para tanto, foi realizado um estudo teórico a partir de pensadores que discutem sobre o direito à moradia e à cidade, além da pesquisa de campo, objetivando responder alguns questionamentos apontados neste estudo, contemplando a articulação de dados quantitativos e qualitativos. O processo investigativo envolveu as seguintes questões: Como o Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no município de Vitória/ES tem garantindo o acesso à moradia? O direito à cidade consegue ser garantido a partir do acesso à moradia pelo programa Minha Casa Minha Vida em Vitória – Faixa 1? Este trabalho procurou identificar o processo de constituição da moradia como direito social e seus desdobramentos na lógica de produção capitalista. No que tange o objetivo geral buscou-se: analisar o programa habitacional Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no município de Vitória, para compreender se há garantia do direito à cidade a partir do acesso à moradia, na perspectiva de seus usuários. O trabalho envolveu a pesquisa documental e pesquisa de campo. Na pesquisa de campo foi realizado o grupo focal e quanto ao tratamento e análise dos dados, foi utilizada a análise de conteúdo e a técnica de análise temática. Como principais conclusões do estudo no que se refere ao programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 na cidade de Vitória/ES, verificamos que os fatores sociais podem provocar consequências para a não efetivação da moradia como parte constituinte do direito à cidade, sendo isso uma consequência da lógica de como se produz o espaço, a cidade, a moradia, modificando os modos de vida sobre influência do modo de produção capitalista.

Palavras chave: Política Habitacional. Direito à Cidade. Programa Minha Casa Minha Vida. Produção do Espaço.

ABSTRACT

This dissertation focuses on the current debate on the right to housing in Brazil and its relationship with the right to the city, with a focus on the My Home My Life Program (Band 1) in the city of Vitória / ES. For that, a theoretical study was carried out based on thinkers who discuss the right to housing and the city, as well as the field research, aiming to answer some questions pointed out in this study, contemplating the articulation of quantitative and qualitative data. The investigative process involved the following questions: How does the My Home My Life Band 1 program in the city of Vitória / ES guarantee access to housing? The right to the city can be guaranteed from the access to the house by the program My House My Life in Vitoria - Band 1? This work sought to identify the process of constitution of housing as a social right and its unfolding in the logic of capitalist production. With regard to the general objective, the objective was to analyze the My Home My Life Band 1 housing program in the city of Vitória, in order to understand if there is a guarantee of the right to the city, based on access to housing, from the perspective of its users. The work involved documentary research and field research. In the field research the focal group was carried out and, in terms of data treatment and analysis, content analysis and thematic analysis technique were used. As the main conclusions of the study regarding the My Home My Life program - Band 1 in the city of Vitória / ES, we verified that social factors can have consequences for the non-effective housing as a constituent part of the right to the city. consequence of the logic of how space is produced, the city, the dwelling, modifying the ways of life on the influence of the capitalist mode of production.

Keywords: Housing Policy. Right to the City. My Home My Life Program. Production of Space.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Quadro 1 – População por situação e domicílio (1950 -2010)..... | 25 |
| Quadro 2 – Divisão das faixas de 1 a 3 de acordo com as modalidades do programa habitacional Minha Casa Minha Vida..... | 36 |
| Quadro 3 – Características por faixas do programa Minha Casa Minha Vida..... | 76 |
| | |
| Imagem 1 – Mapa do município de Vitória..... | 71 |
| Imagem 2 – Limite Geográfico da Região de Tabuazeiro..... | 76 |
| Imagem 3 – Residencial Tabuazeiro..... | 77 |
| Imagem 4 – Chave referente a casa próprio do programa Minha Casa Minha Vida..... | 84 |
| | |
| Gráfico 1 – Escolaridade dos moradores..... | 78 |
| Gráfico 2 – Média salarial dos moradores entrevistados..... | 79 |
| Gráfico 3 – Equipamentos e serviços públicos..... | 82 |
| Gráfico 4 – Gastos com moradia..... | 86 |

LISTA DE SIGLAS

- ABEPSS** – Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social
- BNH** – Banco Nacional de Habitação
- CAPES** - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
- CEF** – Caixa Econômica Federal
- CST** – Companhia Siderúrgica de Tubarão
- CVRD** – Companhia Vale do Rio Doce
- ES** – Espírito Santo
- FGTS** – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
- FICAM** – Programa de Financiamento Individual para Construção Aquisição e Melhoria de Habitação de Baixa Renda
- IBGE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IPEA** – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
- MCMV** – Minha Casa Minha Vida
- MCMV F1** – Minha Casa Minha Vida Faixa 1
- PAC** – Plano de Aceleração do Crescimento
- PLANHAP** – Plano Nacional de Habitação Popular
- PFIC** – Programa de Financiamento Individual para Construção
- PLU** – Programas de Lotes Urbanizados
- PNH** – Política Nacional de Habitação
- PMV** – Prefeitura Municipal de Vitória
- PPGPS** – Programa de Pós-Graduação em Política Social
- PROCIND** – Programa Nacional do Trabalhador Sindicalizado
- PT** – Partido dos Trabalhadores
- RMGV** – Região Metropolitana da Grande Vitória
- SFH** – Sistema Financeiro de Habitação
- TCLE** – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
- UFES** – Universidade Federal do Espírito Santo

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 13 |
| 1 UMA ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL | 22 |
| 1.1 A emergência da questão habitacional a partir da industrialização e urbanização aceleradas | 22 |
| 1.2 O problema habitacional e sua garantia enquanto direito social | 27 |
| 1.3 A principal política de habitação do país: Minha Casa Minha Vida e o recorte do programa na faixa 1 | 35 |
| 1.4 O Direito à cidade: uma questão urbana histórica e suas configurações na lógica do capitalismo | 41 |
| 2 HABITAÇÃO E O DIREITO À CIDADE: NECESSIDADE OU MERCADORIA? | 49 |
| 2.1 A questão da moradia no capitalismo | 49 |
| 2.2 O direito à cidade e o capitalismo contemporâneo | 58 |
| 2.3 O espaço e a cidade | 66 |
| 3 O CASO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV) FAIXA 1 NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: COMO É VIVER NESTE LUGAR? | 70 |
| 3.1 A cidade de Vitória | 71 |
| 3.2 O empreendimento do Residencial Tabuazeiro | 75 |
| CONCLUSÃO | 95 |
| REFERÊNCIAS | 101 |
| APÊNDICE I | 105 |
| APÊNDICE II | 109 |
| APÊNDICE III | 110 |
| APÊNDICE IV | 112 |
| APÊNDICE V | 113 |

INTRODUÇÃO

Historicamente, a moradia sempre esteve ligada à forma do capitalismo em produzir os espaços – principalmente na formação das grandes cidades – desde o processo de industrialização brasileiro, que foi marcado fortemente pela higienização das cidades, segregação espacial e isolamento da classe trabalhadora dos centros urbanos. A apropriação do campo pela cidade, o desordenamento urbano e o isolamento periférico, são exemplos desse processo que foram marcando nossa cidade, gerando o déficit habitacional, e juntamente com ele, o não direito à cidade para maior parte da população.

No decorrer desse processo, mais especificamente na metade do século XX em diante, algumas políticas de habitação foram pensadas, mas nunca com um viés prioritário de garantia de direito social, e sim para atender os interesses e resolver os problemas da burguesia. Entretanto, com o tempo, já no final do século XX e início do século XXI, algumas medidas foram tomadas e tivemos alguns marcos históricos que constituem a trajetória da política social de habitação, como por exemplo, o capítulo sobre a política urbana na Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Cidade em 2001 e, por último, a garantia da habitação como direito social no ano de 2002.

Nesse contexto, no ano de 2009 foi criado um dos principais – e maior – programa federal de acesso à casa própria: o Minha Casa Minha Vida. Cabe destacar que o Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), apesar de ter garantido quantitativamente habitação para muitos brasileiros, é marcado por muitas contradições. Ele faz parte da lógica capitalista e que na sua dimensão mais avançada está ligada ao ciclo de financeirização¹ do capitalismo contemporâneo. A consequência disso foi o crescimento de financiamentos habitacionais, tanto para demanda social ou de mercado e que aumentaram consideravelmente os investimentos no setor habitacional, fazendo crescer o número de subsídios e ampliando o acesso ao crédito no setor da construção civil no cenário econômico

¹Entendemos que a financeirização é uma questão importante quando tratamos das políticas sociais no capitalismo contemporâneo, porém destacamos aqui que não aprofundaremos neste elemento, mas entendemos sua pertinência no debate sobre o direito à moradia e o direito à cidade, uma vez que a lógica da financeirização perpassa os mesmos.

nacional e internacional.

A lógica capitalista de se produzir moradia – como parte componente da produção do espaço – mostra que na sua essência o problema da moradia, desde o processo de industrialização, já demonstrava alguns aspectos incompatíveis com a garantia da moradia enquanto direito social. Além disso, o programa Minha Casa Minha Vida apresenta alguns aspectos problemáticos no que tange a faixa 1 do programa (que são as pessoas consideradas de baixa renda), a saber: o isolamento para regiões periféricas; empreendimentos com estruturas ruins; financiamentos a longo prazo (incluindo as 3 faixas e, por isso, muitos enunciam “Minha Casa Minha Dívida”); a ausência de um suporte para melhoria das edificações, entre tantas outras.

É evidente que esses processos vêm cada vez mais negando o espaço, principalmente para a classe trabalhadora. O direito à cidade quando tratado objetivamente (plano material), isto é, equipamentos e serviços públicos, bem como na sua dimensão subjetiva (transformação da vida através da transformação da cidade), acaba sendo negado pela forma como se produz a moradia e o espaço.

A cidade foi perdendo suas reais dimensões e o direito à cidade foi e é um constante desafio. O direito à moradia é um componente primordial e uma necessidade básica fundamental e, junto a ele, atravessam outras necessidades, pois não se trata de garantir apenas um espaço físico, mas também qualidade na garantia de um direito essencial, incluindo a qualidade de vida das pessoas no seu cotidiano. Porém, o acesso a moradia tem sido reduzido à lógica mercadológica, em que as alternativas para acessá-la são limitadas, pois está inserida num ciclo de escolhas que são determinados por outrem. O direito à moradia, através de políticas sociais, está ligado a mero acesso a unidades habitacionais que se encontram muito mais ligados à esfera de lucratividade do mercado imobiliário.

Sendo assim, diante do contexto exposto, destacamos a importância de entender as contradições em que se encontra o acesso à moradia a partir do programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 (MCMV F1) em Vitória/ES e, conseqüentemente, discutir o direito à cidade. Assim, como forma de avançar nesse debate e partindo do pressuposto de que no atual contexto a Política Nacional de Habitação tem sido assumida pelo programa Minha Casa Minha Vida, o objeto do presente estudo é

estabelecer uma relação entre o programa habitacional MCMV F1 no município de Vitória/ES e a garantia do direito à cidade.

Nesse sentido, a presente dissertação de mestrado tem como objetivo geral: analisar o programa habitacional Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no município de Vitória/ES, para compreender se há garantia do direito à cidade a partir do acesso à moradia, na perspectiva de seus usuários. Buscando responder ao objetivo central, a pesquisa tem por objetivos específicos:

- Entender brevemente o contexto do processo de industrialização e urbanização, a fim de compreender o processo histórico em que emerge a questão habitacional até sua garantia enquanto direito social e sua configuração no cenário atual;
- Buscar compreender como ocorre o processo de produção do espaço na lógica capitalista, a fim de entender sua relação com o direito à cidade e com o acesso à moradia;
- Analisar os principais desafios na garantia do acesso à moradia para os beneficiários atendidos pelo programa Minha Casa Minha Vida faixa 1, com intuito de identificar suas perspectivas na garantia do direito à moradia e sua relação com o direito à cidade no município de Vitória-ES.

Quanto aos aspectos metodológicos, utilizamos alguns autores para nos dar suporte na elaboração da pesquisa. Segundo Minayo (2004), metodologia é o caminho do pensamento que nos leva à compreensão de uma realidade. Realidade essa que suscita uma investigação à luz de um método que no presente estudo será o materialismo histórico dialético, pois,

O método dialético implica sempre em uma revisão e em uma reflexão crítica e totalizante porque submete à análise toda interpretação pré-existente sobre o objeto de estudo. Traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador. Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

A escolha pelo método, enquanto referencial teórico marxista, nos permitiu o entendimento da realidade a partir de uma perspectiva crítica, não fragmentada e não isolada, de forma que pudemos compreender a totalidade das relações, isto é,

indo além da aparência, do imediatismo. Através desse método foi possível apreender a essência das relações a fim de conhecê-la, nos permitindo enxergar uma prática social.

Todo processo de investigação científica pressupõe a definição de um método objetivando uma produção científica de qualidade. Para tanto, em relação ao processo metodológico, foi realizada primeiramente uma pesquisa documental no que tange a Política Nacional de Habitação e o Estatuto da Cidade, bem como um levantamento documental – incluindo pesquisas em bancos de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) –, com o intuito de responder o objetivo desse estudo sem perder de vista a sua relação com o objeto da presente pesquisa.

A partir desse levantamento compreendemos que seria necessário mais um passo para avançar no entendimento do estudo proposto, que é a tentativa de capturar uma perspectiva: a dos beneficiados pelo programa MCMV F1 no município de Vitória/ES, acerca do acesso à moradia e sua relação com direito à cidade. Para tanto, foi utilizada uma abordagem qualitativa empregando a pesquisa de campo, sendo que “O trabalho de campo constitui-se numa etapa essencial da pesquisa qualitativa, que a rigor não poderia ser pensada sem ele” (MINAYO, 1993, p. 105).

Minayo (1993) sugere que fazem parte do trabalho de campo duas categorias fundamentais, sendo a primeira a entrevista e a segunda a observação participante. Para essa etapa entendemos que a entrevista, visando explorar a opinião de sujeitos que vivenciam determinada realidade seria a técnica mais adequada. Pois, na pesquisa qualitativa existem muitas formas e técnicas para realizar o trabalho de campo, uma delas é a entrevista que “[...] tem como matéria-prima a fala de alguns interlocutores” (MINAYO, 2004, p. 63). Sendo assim,

Entrevista é acima de tudo uma conversa a dois, ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador. Ela tem o objetivo de construir informações pertinentes para um objeto de pesquisa, e abordagem pelo entrevistador, de temas igualmente pertinentes com vistas a este objetivo (MINAYO, 2004, p. 64).

Entretanto, para obter essas respostas coube a nós o caminho da entrevista na modalidade do grupo focal, sendo que

[...] o trabalho não se caracteriza como entrevista coletiva, mas, sim, como proposta de troca efetiva entre participantes. O moderador deve explicitar seu papel, que é o de introduzir o assunto, propor algumas questões, ouvir, procurando garantir, de um lado, que os participantes não se afastem muito do tema e, de outro, que todos tenham a oportunidade de se expressar, de participar (GATTI, 2012, p. 29).

Optamos pela utilização do Grupo Focal como técnica de coleta de dados, uma vez que

O trabalho com grupos focais permite compreender processos de construção da realidade por determinados grupos sociais, compreender práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, percepções, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum, relevantes para o estudo do problema visado. A pesquisa com grupos focais, além de ajudar na obtenção de perspectivas diferentes sobre uma mesma questão, permite também a compreensão de ideias partilhadas por pessoas no dia a dia e dos modos pelos quais os indivíduos são influenciados pelos outros (GATTI, 2012, p. 11).

Para Gatti (2012), o Grupo Focal consiste em um conjunto de pessoas selecionadas e reunidas pelo pesquisador para discutir e comentar sobre um tema, que é objeto de pesquisa, a partir de sua experiência pessoal. Para a realização dos Grupos Focais elaboramos um roteiro que serviu para “orientar e estimular a discussão” (GATTI, 2012, p. 17). Assim como apontado por Gatti (2012), o roteiro foi utilizado de forma flexível, de modo que permitiu ajustes no decorrer do processo.

Os registros dos Grupos Focais foram feitos por meio de gravação em áudio, bem como relatoria. A equipe que realizou os Grupos Focais foi composta pela pesquisadora, autora deste trabalho, e por mais duas assistentes. Cada grupo focal realizado teve no máximo 10 participantes que foram indicadas(os) pelas lideranças dos condomínios – os síndicos (com os quais entramos em contato previamente). Solicitamos, aos síndicos, a preferência de participação no grupo focal de pessoas com o seguinte perfil: mulheres, mulheres que tivessem filhos, idosas(os), e/ou que tivessem na família alguma pessoa com deficiência. A opção por esse perfil segue a diretriz da Política de Habitação que priorizam essas pessoas no atendimento. No entanto, não limitamos a participação de pessoas que divergissem deste perfil.

Antes de iniciar esse procedimento, destacamos a questão da ética na condução das entrevistas, sendo ela de ordem primordial. Ao começar uma pesquisa qualitativa, como as entrevistas, sejam elas individuais ou em grupo, é necessário se

atentar às “diretrizes éticas e protocolos”, pois “[...] você não deve prosseguir sem o consentimento dos informantes em participar” (BELL, 2008, p. 135). Conforme Bell (2008), cabe ao pesquisador explicar aos informantes sobre o que trata a pesquisa, inclusive de forma detalhada – pessoalmente – com intuito de dar a oportunidade de examinarem e optarem se querem ou não participar, haja vista que é melhor se retirar no início do que no meio da entrevista.

Como forma de orientar esta pesquisa, nos apoiamos na resolução nº 510, de 07 de abril de 2016 do Conselho Nacional de Saúde. Para tanto, antes de dar início à pesquisa de campo, foi submetido um projeto para aprovação no Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Os sujeitos da pesquisa tiveram a sua participação após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) que foi lido em voz alta para todos os componentes do grupo (APÊNDICE I).

Inicialmente, quando pensamos em realizar o grupo focal, o principal argumento utilizado foi a necessidade de ouvir sobre uma realidade que não pertencemos, porém estamos analisando e falando sobre ela. Nesse sentido, cada fala teve sua relevância para análise desse estudo, com uma temática que nos desafia diariamente diante de um contexto de retrocessos de direitos, inclusive de um direito social como a moradia. Para tanto, antes dos grupos focais acontecerem, foram feitas abordagens pessoalmente e por telefone com pessoas, que consideramos, naquele momento, referências para que conseguíssemos conversar com os moradores.

Cabe destacar, em nível de contextualização, que o Residencial Tabuazeiro é composto, estruturalmente, por 4 (quatro) blocos, onde em cada bloco tem 2 duas torres, cada uma com 4 (quatro) andares e em cada andar 4 (quatro) apartamentos, ou seja, 16 unidades habitacionais por torre. Conforme a Prefeitura Municipal de Vitória (2017),

O empreendimento conta com 128 apartamentos, distribuídos em quatro blocos de quatro pavimentos. Cada bloco tem 32 apartamentos, sendo oito por andar. Os apartamentos têm 45 metros quadrados e contam com sala, dois quartos, cozinha, área de serviço e banheiro. Além disso, o local oferece área de lazer e estacionamento. O residencial conta ainda com oito apartamentos adaptados, sendo cinco para pessoas com deficiência e três para idosos. Os outros 24 apartamentos, localizados no

térreo, também são adaptáveis. O cadastramento para o empreendimento foi realizado em agosto de 2010, com aproximadamente 6.000 inscrições. Para a seleção dessas famílias, todos os critérios de cadastramento foram amparados pela lei municipal 6.592/2006, além da legislação federal do programa Minha Casa, Minha Vida (Disponível em: < <http://vitoria.es.gov.br/noticias/noticia-11377>>. Acesso em: 01 de Julho de 2017).

Através de uma moradora de um desses 4 (quatro) blocos, conseguimos conversar com um dos síndicos que, posteriormente, nos direcionou para entrar em contato com os demais síndicos. Dos 4 (quatro) blocos, apenas 3 (três) tinham síndicos, por isso visitamos e nos propusemos a realizar o grupo focal apenas nesses 3 (três) blocos. Esse movimento foi uma construção em conjunto com os síndicos desde a primeira conversa, o agendamento prévio dos grupos focais, a confirmação delas e a entrega dos convites para realizarmos o grupo com as(os) moradoras(es) do residencial Tabuazeiro.

Destarte, a intenção era realizar três grupos focais em Tabuazeiro. Porém, dos 3 (três) grupos focais pretendidos, apenas dois foram realizados. Devido a algumas questões – não explicitadas claramente por um dos síndicos –, um grupo focal acabou sendo inviabilizado. Entretanto, vimos a necessidade de realizar, diante das questões que foram colocadas individualmente nas conversas, uma entrevista grupal com os síndicos, entendendo que eles são figuras de representação para os outros moradores e, por vezes, estão à frente dos acontecimentos e questões que dizem respeito ao bloco onde moram, bem como do Residencial Tabuazeiro de um modo geral.

Feitos a entrevista e os grupos focais, partimos para a análise dos dados. Visando garantir o anonimato das pessoas que participaram da pesquisa, os nomes dos moradores foram trocados, pois nos comprometemos em garantir a privacidade através da utilização de pseudônimos. Os sujeitos da nossa pesquisa foram moradores – de diferentes blocos – do Residencial Tabuazeiro. Os pseudônimos utilizados estão ligados ao contexto do Residencial Tabuazeiro e serão nomes de flores, já que os blocos em que eles residem são assim denominados: Tulipa e Margarida, Violeta e Girassol, Lírio e Hortêncina, Orquídea e Jasmim... Representando, assim, um pouco do lugar onde vivem e no qual buscamos entender um pouco mais, a partir da realidade do cotidiano desses moradores.

Utilizamos a análise de conteúdo, segundo Bardin (1977), para analisar os dados. A

técnica escolhida foi a análise temática, onde utilizamos Gomes (2016) como apoio. Entendendo que o nosso foco ao analisar os dados da pesquisa é a “[...] exploração do conjunto de opiniões e representações sociais sobre o tema que pretende investigar” (GOMES, 2016, p. 72). Dividimos a análise em três grandes temas: casa própria, infraestrutura e relações de convívio social. Esses temas foram escolhidos após a realização dos grupos focais como forma de responder aos nossos objetivos e, apesar da separação, eles estão relacionados entre si, pois quando olhamos para a realidade e vivenciamos essas experiências percebemos como eles perpassam um pelo outro. Quando falamos do direito à moradia, do acesso aos equipamentos e serviços públicos, das dificuldades enfrentadas no dia-a-dia, nas próprias relações de convívio social entre moradores e das formas de superação num contexto de garantir a moradia, estamos falando da luta pela moradia, como eles bem colocam: pela casa própria.

Entretanto, como parte do método que orienta essa pesquisa e em consonância com o método de análise de dados, esses três temas estão diretamente ligados às categorias de análise que norteiam esse trabalho: Direito à Moradia, Direito à Cidade e Produção do Espaço.

Em suma, a pesquisa consistiu em três etapas: primeiramente foi feita uma revisão bibliográfica a partir das temáticas discutidas e em seguida um levantamento documental. Depois, foram realizadas visitas ao Residencial Tabuazeiro em Vitória/ES e na sequência foram realizados os grupos focais. Por último, num terceiro momento, foi realizada a análise dos dados a partir da pesquisa de campo, por meio da transcrição dos áudios gravados nos grupos focais, das entrevistas e questionários estruturados e elaboração de gráficos, chegando assim à compilação dos dados, que foi imprescindível para elaboração e conclusão da presente pesquisa.

A dissertação foi organizada por meio de três capítulos, que estão descritos a seguir: O primeiro capítulo aborda a constituição do processo de industrialização e urbanização que vivenciamos na sociedade brasileira e, junto a isso, os primeiros indícios do agravamento da questão habitacional. Neste contexto, traça-se brevemente a trajetória da política de habitação no país até sua garantia como direito social e suas configurações atuais levando em consideração o principal

programa habitacional na atualidade brasileira, no caso o Programa Minha Casa Minha Vida.

O segundo capítulo trata da dualidade habitacional existente entre a necessidade e a mercadoria. Assim foi levado em consideração o problema da moradia na sociedade capitalista, bem como o direito à cidade, ou na verdade o seu não direito, tendo como base para esse entendimento a produção do espaço no capitalismo contemporâneo.

No terceiro capítulo, foi feita uma análise do Programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no município de Vitória/ES, mais especificamente no Residencial Tabuazeiro, a partir da perspectiva dos seus usuários – atuais moradores. Dessa forma, realizou-se uma análise dos dados a partir da pesquisa de campo, na qual apontou a relação entre o direito à cidade e o acesso à moradia e, além disso, questões referentes a reprodução do espaço urbano em detrimento da reprodução social da vida, de forma a compreender os desafios que estão postos na garantia do acesso à moradia no Residencial Tabuazeiro.

1 UMA ANÁLISE SOBRE A QUESTÃO HABITACIONAL NO BRASIL

Tratar da questão habitacional nos dias atuais tem sido uma tarefa árdua frente todas as implicações que tem se desencadeado em relação a mesma. Pois bem, com o intuito de chegarmos ao estudo pretendido, inicialmente, será apresentada neste capítulo uma rápida reflexão sobre o processo de urbanização brasileiro que foi intensamente marcado pela industrialização e que deixa como um de seus reflexos a marca de um problema histórico que visualizamos hoje: a questão habitacional.

O nosso objetivo aqui é resgatar brevemente o início da questão urbana nas cidades brasileiras e o desencadeamento da questão habitacional como parte desse processo, assim como os avanços alcançados e a atual conjuntura da questão habitacional enquanto uma política e um direito social no Brasil.

Dessa forma, torna-se imprescindível pontuarmos as condições e configurações que originaram o programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que hoje é o principal programa do governo federal de acesso à casa própria no Brasil e que é o objeto de estudo dessa pesquisa, tendo como recorte o MCMV F1 em Tabuazeiro, localizado no município de Vitória/ES, e sua relação com o direito à cidade. Acreditamos que também se faz necessário sinalizar algumas questões que dizem respeito aos impactos que tem sofrido a política de habitação – como direito –, bem como a garantia do direito à cidade na atual fase do capitalismo em que mais do que nunca, numa lógica mercantilista, o capital tem se apropriado da produção do espaço.

1.1 A emergência da questão habitacional a partir da industrialização e urbanização aceleradas

A formação das cidades é algo que antecede o capitalismo, porém, o surgimento da cidade capitalista está associado ao advento da Revolução Industrial na Inglaterra no século XVIII. Este processo desencadeou uma série de transformações nas relações sociais, econômicas e políticas, devido à mecanização no processo de produção. Para tanto, é nesse contexto que começam a se desencadear os problemas relacionados à questão urbana.

A intensificação do processo de industrialização no Brasil se inicia por volta da

segunda metade do século XX, diferentemente dos países desenvolvidos. Nesse período houve uma reconfiguração das cidades, principalmente devido ao êxodo rural. É justamente nesse momento que as cidades começam a crescer e se desenvolver de forma desordenada. O aumento populacional foi tão grande que as cidades não conseguiam manter uma infraestrutura adequada para atender as suas demandas. A partir de então uma série de problemas relacionados à questão urbana começam a ganhar destaque no cenário brasileiro, mais especificamente, a falta de moradia para a classe trabalhadora que deixava o campo para se instalar e vender sua força de trabalho nas cidades, afinal, “A cidade é o lugar por excelência de reprodução da força de trabalho” (MARICATO, 2015, p. 22). Faz-se necessário salientar que esse tipo de problema já existia, porém agora ele se manifesta de uma maneira muito mais acirrada a partir da contradição entre capital versus trabalho.

A luta por melhores condições urbanas é histórica e dentre elas ressaltamos a questão da moradia. Os movimentos sociais de luta pela moradia, ao longo de sua trajetória, buscaram alcançar uma política de habitação no Brasil que garantisse a todos o acesso à moradia, mais especificamente a população de baixa renda que em sua maioria, salvo exceções, sempre esteve relacionada à autoprodução, à mercantilização e à ocupação ilegal do solo (ABREU, 2014), representando mais do que o não acesso a um direito de moradia digna, mas um risco à própria vida.

O processo que antecede essa questão ocorreu em uma época marcada por aquilo que alguns teóricos denominaram como modernização². Siqueira (2001) contextualiza que o crescimento da economia nacional até 1930 dependia da expansão da produção agrícola e o Brasil era predominantemente rural, ressaltando ainda que nessa época o país iniciou suas mudanças econômicas, entrando na fase de seu desenvolvimento industrial e, portanto, rompendo com as bases agrárias tradicionais e de caráter colonial. Um país subdesenvolvido, predominantemente agrário, ancorado ainda pelas tensões do fim da escravidão e que colocava como prioridade o seu desenvolvimento, isto é, a industrialização e que conseqüentemente

²Esse movimento de modernização é o que Singer (1984) vai pontuar como desenvolvimento desigual e combinado, no sentido em que “[...] se caracterizou pela modernização da economia concomitante a uma concentração de renda nas classes altas e médias, obviamente geraria a marginalização da classe baixa” (SIQUEIRA, 2001, p. 34).

gerou uma urbanização com ritmo muito mais acelerado do que os centros urbanos poderiam absorver.

O crescimento e formação dos espaços urbanos brasileiros estão associados a uma série de acontecimentos, como por exemplo, a abolição da escravidão que culminou na expulsão de milhares de negros dos campos, fazendo com que eles migrassem para a cidade. Respectivamente, inicia-se o processo de imigração europeia para o Brasil com o objetivo de garantir mão de obra para trabalhar no campo e também nas indústrias emergentes. Esses fatores corroboraram para o crescimento populacional nas cidades, especialmente na cidade de São Paulo e Rio de Janeiro, conseqüentemente demandando construção de moradias, transportes e demais serviços urbanos, até então insólito (MARICATO, 1997).

Santos (2001) analisa que o processo de urbanização no Brasil se intensificou a partir da década de 1950, devido à industrialização e à modernização das atividades agrárias. Quanto ao que refere à urbanização no país deve-se levar em conta o lugar onde as cidades brasileiras se instauraram desde o início do período extrativista, pois o processo de industrialização, a criação de empregos na cidade e a mecanização do campo são marcos do processo da urbanização, onde a população das cidades cresce em um ritmo muito mais intenso que o campo.

É interessante notar, conforme aponta Santos (2001), que a partir da década de 1950 há uma tendência à aglomeração da população urbana brasileira, quando “[...] os núcleos com mais de 20 mil habitantes veem crescer sua participação no conjunto da população brasileira, passando de pouco menos de 15% do total em 1940 para quase o dobro (28,43%) em 1960, para constituir mais da metade (51%) da população em 1980” (SANTOS, 2001, p. 78).

O autor ainda destaca que a urbanização no Brasil se tornou generalizada, sobretudo, a partir do terceiro terço do século XX, uma vez que

A urbanização se avoluma e a residência dos trabalhadores agrícolas é cada vez mais urbana. Mais que a separação tradicional entre um Brasil urbano e um Brasil rural, há, hoje, no país, uma verdadeira distinção entre um Brasil urbano (incluindo áreas agrícolas) e um Brasil agrícola (incluindo áreas urbanas) (SANTOS, 2001, p. 09).

Cabe evidenciar que se verifica também o avanço do capitalismo, visto que as mudanças econômicas interferem nas transformações pelas quais passam a

realidade brasileira naquele momento histórico, em que a entrada do grande capital afasta o Estado brasileiro da conjuntura do país “[...] num momento em que a economia passa por uma série de recessões, porque inicia o esgotamento das possibilidades do modelo econômico baseado na expansão da indústria de bens duráveis” (SIQUEIRA, 2001, p. 29). Após esse período o país se insere no contexto do capitalismo monopolista, sob as condições de um país periférico.

Nesse cenário, continuou ocorrendo um crescimento populacional que gerou também um novo perfil urbano, tornando-se múltiplo e complexo. Contudo, as cidades ganharam novas características, sendo que

A cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora de pobreza, tanto pelo modelo socioeconômico, de que é o suporte, como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias (e dos cortiços) pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socioeconômico vigente, mas, também, do modelo especial (SANTOS, 2001, p. 10).

Conforme já dito, os problemas relacionados à urbanização no Brasil se agravaram nitidamente no início na década de 1950, devido à industrialização e à modernização das atividades agrárias. Nessa época, a população brasileira era predominantemente rural, entretanto esses dados logo se modificaram com o processo de industrialização que culminou na vinda das famílias do campo para cidade. Atualmente, conforme demonstra a tabela abaixo, o país é predominantemente urbano, e, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010), a taxa de urbanização passou de 36,16% no censo de 1950 para 84,36% em 2010.

Quadro 1 - População por situação de domicílio (1950 a 2010)

| ANO | URBANA | RURAL | TOTAL |
|------|--------|--------|-----------|
| 1950 | 36,16% | 63,84% | 51944397 |
| 1960 | 45,08% | 54,92% | 70992343 |
| 1970 | 55,98% | 44,02% | 94508583 |
| 1980 | 67,07% | 32,03% | 121150573 |
| 1991 | 75,47% | 24,53% | 146917459 |
| 2000 | 81,23% | 18,77% | 169590693 |
| 2010 | 84,36% | 15,64% | 190755799 |

Fonte: IBGE. Sistematização nossa. 2017.

Diante dessa realidade, as cidades brasileiras apresentaram problemas comuns que foram agravados, ao longo dos anos, pela falta de planejamento – infraestrutura –, reforma fundiária e controle sobre o uso e a ocupação do solo.

As cidades se tornaram grandes centros, um lugar de todos os capitais e de todos os trabalhos. Entretanto, esse progresso, essa modernização e esse desenvolvimento do país tiveram seus custos. O projeto de fazer o país crescer e estimular a economia através da industrialização teve impactos consideráveis na reorganização do espaço, incluindo o que denominamos de espaço urbano. Para Siqueira (2001), toda essa conjuntura, marcada pelo crescimento do setor industrial e declínio do setor agrícola, colocou uma camada da população em um empobrecimento maior ainda devido ao processo de urbanização caótico vivenciado na década de 1970.

Isso gerou ainda, através do empobrecimento urbano, como bem coloca Rolnik (1999), uma exclusão e discriminação espacial urbana. Assim, “A busca do enfrentamento da pobreza somente passou a ser considerada relevante a partir do momento que a cidade formal passou a sentir os efeitos da exclusão urbana – o aumento da violência” (GAZOLA, 2008, p. 58). Tendo em vista essas questões, percebemos então que

[...] a dissociação entre o econômico e o social gera profundas questões estruturais na sociedade como um todo, questões impossíveis de se dissolverem sem que ocorra uma radical mudança conjuntural, uma vez que um dos pontos negativos do desenvolvimento brasileiro fundamenta-se na imperfeição da distribuição de renda, que gera e aprofunda os desníveis sociais (SIQUEIRA, 2001, p. 35).

Haja vista, conforme Maricato (2010), que a sociedade moderna³ é marcada por um intenso processo de industrialização seguido de uma urbanização acelerada nas cidades, e conseqüentemente, problemas relacionados à moradia⁴, Abreu (2016) pontua que esse processo ocorre de forma descomprometida com a transformação das bases sociais e com o cumprimento da função social e fundiária nas cidades e no campo, assim aprofunda as desigualdades socioespacialmente, criando uma dimensão particular das cidades no país, de autorização de processos institucionais de expulsão, de segregação, de marginalização que expressam no cotidiano de

³No Brasil esse período é marcado pela década de 1930 e se intensifica em 1950 com o processo de industrialização (CARDOSO DE MELLO; NOVAIS, 2009).

⁴Ver Capitalismo e Urbanização em SPOSITO (2010).

trabalhadores “desprovidos, desalojados e despejados” da cidade do capital (ABREU, 2016). Ainda nesse sentido, Maricato (2013) enfatiza que, diante desse contexto, é importante destacar que a cidade se tornou, e é ainda hoje, o principal lugar onde ocorre a reprodução da força de trabalho, por isso se fazem necessárias boas condições de vida como transporte, moradia, saneamento, educação, saúde, lazer, iluminação pública, coleta de lixo, segurança, entre outros.

Portanto, não foi possível conciliar uma crescente industrialização e uma urbanização acelerada que conseguisse sustentar suas demandas. A exemplo disso, as cidades brasileiras tiveram muitos problemas em relação ao saneamento, transporte, serviços de limpeza e, acima de tudo isso, uma grande questão era a falta de moradia, uma vez que a própria população se encontrava agora eximida de um lugar para morar ao se deslocar para cidade a fim de vender sua força de trabalho, apoiada nessa lógica de industrialização capitalista. Foi diante desse contexto que se desdobrou a questão habitacional, surgindo a necessidade de se pensar soluções em relação a mesma, ainda que de maneira um pouco limitada, isto é, pensando numa perspectiva muito mais de desenvolver a indústria – capital produtivo – e não uma garantia de direito ao acesso à moradia.

Posto o problema e a emergência da questão habitacional e até mesmo da garantia do direito à cidade, trataremos, então, sobre o processo de garantia desses direitos constitucionais, a partir dos principais elementos que consideramos relevantes sobre seu histórico.

1.2 O problema habitacional e sua garantia enquanto direito social

Historicamente, mesmo a moradia digna sendo reconhecida e assegurada na Declaração Universal dos Direitos Humanos ela sempre teve muitas limitações para ser respeitada (GAZOLA, 2008). No Brasil, fica perceptível que antes da década de 30, iniciativas estatais no que diz respeito à construção de habitação e regulamentação do mercado de locação eram incipientes. Neste período, a economia brasileira era pautada no setor agrário exportador, exercendo um grande domínio no comércio. Mediante o desenvolvimento da indústria, o governo passou a investir em infraestrutura urbana a fim de alavancar o desenvolvimento industrial e também substituir as importações. Todavia, a construção de moradia não foi alvo do

governo. Neste caso, a responsabilidade era transferida para iniciativa privada, que tinha como objetivo principal a construção de casa para locação, ou seja,

A produção da moradia operária no período de implantação e consolidação das relações de produção capitalista e de criação do mercado de trabalho livre, que corresponde aos primórdios do regime republicano, era uma atividade exercida pela iniciativa privada, objetivando basicamente a obtenção de rendimentos pelo investimento na construção ou aquisição de casa de aluguel (BONDUKI, 1994, p. 712).

O aluguel constituía um negócio rentável para os empresários, diante da constante e intensificada imigração na cidade. Todavia, o aumento populacional na cidade demandou ainda mais a construção de moradias para atender a massa populacional cada vez mais expressiva na cidade. No entanto, as ações desenvolvidas pelas indústrias tinham como objetivo atrair mão de obra qualificada, conforme aponta Dias (2008):

Esta ação pode ser justificada tanto pelo interesse do governo e das indústrias em atrair trabalhadores imigrantes, que na ocasião eram qualificados como melhores que a mão-de-obra local e também mais exigente com relação ao conforto domiciliar, quanto pela questão da higiene, a fim de evitar epidemias, freqüentes em época de escassos recursos médico-sanitários e controle da saúde pública (DIAS, 2008, p. 22).

Assim, a construção de moradias teve o intuito de garantir a permanência dos trabalhadores próximos às fábricas. Essa situação não ocorreu somente no Brasil, pois em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra”, Engels (2010) descreve situação que nos remete a algo parecido com o ocorrido no Brasil, na qual o operário vive em casas arruinadas porque não tem dinheiro para pagar aluguel em outro lugar e também porque na vizinhança próxima à fábrica não existem moradias melhores. Por esta razão, no Brasil foram construídas moradias de diferentes tipologias, conforme a capacidade de pagamento de cada indivíduo, atendendo do pequeno operário à classe média emergente (BONDUKI, 1994).

Surgem, assim, inúmeras soluções habitacionais, a maior parte das quais buscando economizar terrenos e materiais através da geminação e da inexistência de recuos frontais e laterais, cada qual destinado a uma capacidade de pagamento do aluguel: do cortiço, moradia operária por excelência, seqüência de pequenas moradias ou cômodos insalubres ao longo de um corredor, sem instalações hidráulicas, aos palacetes padronizados produzidos em série para uma classe média que se enriquecia, passando por soluções pobres, mas decentes de casas geminadas em vilas ou ruas particulares que perfuravam quarteirões para aumentar o aproveitamento de um solo caro e disputado pela intensa especulação imobiliária (BONDUKI, 1994, p. 713).

Em vista dessa situação, ainda não existia nenhuma regulamentação referente à locação de imóveis, pois a negociação restringia-se apenas ao locador e ao inquilino e mediante aos contratos particulares. Os valores dos aluguéis eram definidos pelos seus locatários. Diante dessas situações surgem as demandas reprimidas pelo acesso à moradia e, como bem coloca Gazola (2008) isso induz

[...] a ocupação de áreas de risco, de proteção ambiental, pelas famílias excluídas do mercado, assim como induz o desrespeito às normas urbanísticas, edílicas, de parcelamento de solo, gerando além do descontrole no planejamento urbano, a falta de segurança das moradias edificadas em locais sujeitos a inundações, deslizamentos, sem assistência técnica e sem as mínimas condições de salubridade (GAZOLA, 2008, p. 57).

Em virtude da crise habitacional e ante a elevação exagerada dos valores dos aluguéis em detrimento das guerras, o governo implementou a lei do inquilinato em 1942, a fim de congelar os aluguéis. No entanto esta medida não foi suficiente para resolver o problema conforme aponta Bonduki (1994):

Este congelamento de aluguéis foi inócuo, no entanto, posto que a lei não restringia os despejos, que se tornavam o expediente que permitiu aos locadores escapar da regulamentação e recompor os valores dos aluguéis defasados (BONDUKI, 1994 p. 714).

Este processo agravou ainda mais a crise habitacional no país, uma vez que “[...] estimulou a construção de casas para venda, as quais não eram acessíveis aos trabalhadores de menor poder aquisitivo. Desse modo, eles acabavam sendo obrigados a recorrer à autoconstrução⁵ e à favela” (DIAS, 2008, p. 28). A autoconstrução emerge como alternativa para população de menor poder aquisitivo, em que “Estes, à margem do mercado, sem opção acabam por ocupar espaços inadequados à moradia, como encostas, servidões sob linhas de alta tensão, manguezais, imóveis abandonados em ruínas, etc.” (GAZOLA, 2008, p. 37) e assim, passam a ocupar lugares sem nenhuma infraestrutura urbana como morros, dando origem às primeiras favelas. A ausência de uma moradia digna desde aquela época demonstra o descaso histórico com a política de habitação no país. Pensar em moradia significa “[...] em primeiro lugar, não ser privado arbitrariamente de uma habitação e de construir uma; por outro lado, significa o direito de obter uma, o que

⁵Esse termo é utilizado quando geralmente as próprias pessoas constroem sua casa, desprendendo do seu trabalho para realização da mesma.

exige medidas e prestações estatais adequadas à sua efetivação” (SILVA, 2006, p. 382).

Posteriormente, em 1945, é instituída a criação da Fundação da Casa Popular, primeiro órgão, de âmbito nacional, voltado exclusivamente para construção de moradias para população de menor poder aquisitivo (AZEVEDO, 1982). Para Bonduki (1994), a Fundação da Casa Popular expressava objetivos surpreendentemente amplos: “[...] ela se propunha financiar, além de moradia, infraestrutura, saneamento, indústria de material de construção, pesquisa habitacional e até mesmo a formação de pessoal técnico dos municípios [...]” (BONDUKI, 1994, p. 718). Contudo, apesar do seu audacioso objetivo, a referida Fundação não durou muito tempo devido à ausência de recurso financeiro e também à desarticulação com demais órgãos que de alguma maneira tratavam da questão habitacional, assim funcionando até 1960.

Em 1964 é criado o Banco Nacional de Habitação (BNH) como resposta do Estado a fim de solucionar os problemas habitacionais. O BNH tinha como objetivo viabilizar a construção e aquisição da casa própria, pelas classes de menor poder aquisitivo.

O Banco Nacional da Habitação e o Sistema Financeiro da Habitação podem ser considerados o mais elevado nível de coordenação e sistematização da intervenção governamental no campo habitacional e, mais especialmente, no campo da habitação popular. Essa afirmação fica clara no artigo 1º da lei 4.380, que determina que o Governo Federal deveria formular a política nacional de habitação e planejamento territorial, através da coordenação das ações dos órgãos públicos e da orientação a iniciativa privada a fim de estimular a construção de habitação de interesse social e o financiamento da aquisição da casa própria, especialmente pelas classes da população de menor renda (DIAS, 2008, p. 41).

A partir deste período a questão habitacional é reconhecida pelo Estado como eixo da política urbana, sendo as favelas o primeiro local de intervenções, a partir da remoção das famílias para “casas embrião”⁶ ou apartamento, geralmente afastadas dos centros urbanos (DIAS, 2008). Mesmo assim, os recursos financeiros do BNH se mostraram insuficientes para dar conta do déficit habitacional brasileiro. Nesse sentido, foi necessário buscar outras fontes de financiamento, neste caso, o BNH em

⁶Este termo é usado por Dias (2008) para designar uma modalidade de projeto habitacional, cujo espaço poderia sofrer modificação ou ampliação.

1967, assumiu a gestão do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), passando a constituir a principal renda financeira do Banco (DIAS, 2008).

Se por um lado a criação do BNH e do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) tinha como objetivo solucionar o problema habitacional, por outro lado, mostrou-se insuficiente para resolver os problemas oriundos da infraestrutura urbana, sendo necessária a criação de outros órgãos a fim de complementar os serviços já executados, como por exemplo, o abastecimento de água (DIAS, 2008). No entanto, mesmo com todos os problemas apontados ao BNH, foram criados alguns programas que focavam essas famílias de baixa renda: em 1973 o Plano Nacional de Habitação Popular (PLANHAP); em 1975 o Programa de Lotes Urbanizados (PLU), reformulado em 1978; o Programa de Financiamento Individual para a Construção (PFIC); Aquisição e Melhoria de Habitação de Baixa Renda (FICAM) em 1979 e o Programa Nacional do Trabalhador Sindicalizado (PROSINDI) em 1980 (GONÇALVES, 2000). A política habitacional referente à época do BNH foi uma das mais importantes estratégias utilizadas, porém em 1986 o BNH é extinto através do decreto lei nº 2.291, transferindo a partir deste momento seus direitos para a Caixa Econômica Federal (CEF), que passa a operar os recursos do SFH (GONÇALVES, 2000).

É notável, através desse percurso histórico, que mesmo diante de análises econômicas e sociais sempre houve muita dificuldade em concretizar o direito à moradia. Gazola (2008) lembra que historicamente verifica-se que o direito à moradia digna sempre foi reconhecido no papel pelos tratados internacionais, porém há uma distância entre o que é e o que deveria ser. Isso porque “O direito à moradia é um direito humano básico que está inserido na Declaração Universal dos Direitos Humanos e no pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais” (CONFERÊNCIA DE ASSENTAMENTOS HUMANOS, 1993). Entretanto, é importante destacar que em nosso país, “com o desenvolvimento fundamentado historicamente nos latifúndios, na concentração de renda e da terra, o direito à moradia nunca foi contemplado diretamente nas nossas cartas constitucionais até o ano de 2000” (GAZOLA, 2008, p. 52).

Conforme Maricato (2010), diante dessa realidade foi somente nos anos 1980⁷, período em que começam a elaborar a Carta Constitucional⁸, que a luta dos movimentos sociais no Brasil conseguiu garantir alguns direitos no que tange a esse aspecto. A primeira conquista da luta dos movimentos populares pela Reforma Urbana ocorre quando se consegue inscrever na Constituição Federal de 1988 um capítulo sobre a Política Urbana, contendo dois artigos:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. § 1º - O plano diretor, aprovado pela Câmara Municipal, obrigatório para cidades com mais de vinte mil habitantes, é o instrumento básico da política de desenvolvimento e de expansão urbana. § 2º - A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor. § 3º - As desapropriações de imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro. § 4º - É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, sucessivamente, de: I - parcelamento ou edificação compulsórios; II - imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo; III - desapropriação com pagamento mediante títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas, assegurados o valor real da indenização e os juros legais. 3 Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e se oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural. § 1º - O título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil. § 2º - Esse direito não será reconhecido ao mesmo possuidor mais de uma vez. § 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (BRASIL, 1988, p. 52).

A partir da Constituição de 1988, outras medidas foram tomadas no sentido de garantir o direito à cidade⁹ e, conseqüentemente, o direito à moradia. Porém, somente treze anos depois da promulgação da Constituição Federal de 1988 é que

⁷Na conjuntura política dos anos 1980 destacam-se alguns marcos importantes: a abertura política e a elaboração da Carta Constitucional ao final deste período. Para o Brasil é um momento em que os movimentos sociais entram em cena e reivindicam novos direitos de cidadania, sobretudo o de participação democrática nas decisões e ações que definem os destinos da sociedade brasileira (DELANOS, 2011, p. 51).

⁸Que deu origem a atual Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988).

⁹O direito à cidade “[...] não pode ser concebido como um simples direito de visita a ou um retorno às cidades tradicionais”. Ao contrário, “ele pode apenas ser formulado como um renovado e transformado direito à vida urbana” (HARVEY, 2013, p. 28). Portanto, o direito à cidade pode ser entendido como direito da liberdade de vivenciar um lugar, de poder ir e vir de um local a outro, de acessar a cidade enquanto esfera da vida pública, bem como ter a garantia de outros serviços públicos, como por exemplo, acesso à saúde, educação, lazer, saneamento, transporte público, entre outros.

foi aprovado o Estatuto da Cidade, dispositivo legal nº 10.257/2001, que regulamentou as exigências constitucionais e que instrumentaliza o município para garantir o pleno desenvolvimento da função social da propriedade¹⁰, definindo-o como responsável por executar as ações da política urbana (BRASIL, 2001), marcando assim, a questão urbana no Brasil.

É importante destacar que, conforme pontuado por Maricato (2010), quando, no ano de 2001, foi elaborado o Estatuto da Cidade, com o objetivo de garantir o direito à cidade como um dos direitos fundamentais, visou-se também garantir a todas as pessoas o acesso à vida urbana, isto é, o tema central do Estatuto da cidade é a função social da propriedade.

Em síntese, a lei pretende definir como regular a propriedade urbana de modo que os negócios que a envolvem não constituam obstáculo ao direito à moradia para maior parte da população, visando com isso, combater a segregação, a exclusão territorial, a cidade desumana, desigual e ambientalmente predatória (MARICATO, 2010, p. 7).

O que o Estatuto da cidade visava era “[...] o controle da propriedade fundiária urbana e a gestão democrática das cidades para que todos tenham o direito à moradia e à cidade” (MARICATO, 2010, p. 7). A vida urbana, muito caracterizada pela modernidade, precisava se adequar às demandas da sociedade no que tange ao transporte, ao saneamento, à moradia, entre outros, de tal forma que algumas dessas passaram a ser garantidas como direito pela Constituição Federal de 1988, como no caso da habitação (ABREU, 2014).

Dessa forma, em 2002 a moradia passou a ser incluída como direito social conforme a redação do art. 6º da Constituição Federal, que diz: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o lazer, a segurança, a previdência social [...]” (BRASIL, 2002, p. 10, grifos nossos). Posteriormente, durante o primeiro mandato do governo Lula, em 2003, algumas medidas estratégicas foram tomadas, como por exemplo, a criação do Ministério das Cidades para a promoção do direito à cidade e, em 2004, a elaboração da nova Política Nacional de Habitação – PNH. Essa PNH, por sua vez tem um duplo objetivo: retomar o processo de planejamento do setor habitacional e garantir novas condições institucionais para

¹⁰“A função social da propriedade se refere ao limite que deve ter seu possuidor de usufruí-la diante das carências sociais e também diante das irracionalidades causadoras de depredação ambiental” (MARICATO, 2010, p. 16).

promover o acesso à moradia digna a todos os segmentos da população (BRASIL, 2004). Dentre os princípios que regem a Política Nacional de Habitação, estão:

Direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo; moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infra-estrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais; função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana; questão habitacional como uma política de Estado; gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos; e articulação das ações de habitação à política urbana de modo integrado com as demais políticas sociais e ambientais (BRASIL, 2004).

Além disso, conforme estudo realizado em 2014 pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA),

A política habitacional brasileira passou por profundas transformações desde 2003, ano em que foi criado o Ministério das Cidades, definindo-se um novo marco político da habitação social, com foco no subsídio à demanda e na reestruturação do sistema de crédito imobiliário. Em 2005, foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS) e o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), por meio da Lei nº 11.124/05, que integrou os programas destinados à habitação de interesse social de todas as esferas do governo. Em 2008, o Plano Nacional de Habitação (PlanHab) estabeleceu as diretrizes da política habitacional e sua integração com a política urbana, trazendo inovações com relação à política voltada às famílias de baixa renda. Ao final daquele ano, frente ao cenário de crise mundial, a atividade imobiliária também passou a ser vista como fundamental para alavancar o ciclo de crescimento e o nível de empregos no Brasil (IPEA, 2014, p. 19).

Assim, cabe ressaltar que em 2009, no final do segundo mandato do Governo Lula, foi implantado o programa Minha Casa Minha Vida, que teve seu ápice durante o mandato presidencial de Dilma Rousseff, mas que também vem se traduzindo como uma política insuficiente ao que demanda a habitação no país. Fica claro que o Estado brasileiro traçou um projeto para o país: a Constituição de 1988 fixa objetivos e metas, em normas pragmáticas que possuem eficácia normativa (GAZOLA, 2008). Porém,

O direito de propriedade individual, o direito à acumulação de capital, historicamente tem suplantado o interesse coletivo do acesso igualitário a condições de vida digna a toda a pessoa humana. As cidades, em via de regra, crescem sem planejamento público eficaz. Acabam sendo formadas a partir das tendências e necessidades do mercado imobiliário, que não levam em consideração as necessidades habitacionais dos cidadãos de baixa renda (GAZOLA, 2008, p. 37).

Sendo assim, como pensar em direito à moradia sem pensar nos direitos sociais?

“Como assegurar a liberdade de locomoção a quem não tem dinheiro sequer para pagar uma passagem para comparecer a uma entrevista de emprego? [...] de que vale assegurar o direito de propriedade a quem vive nas ruas e nada possui?” (GAZOLA, 2008, p. 45). Na verdade, é preciso que se tenha um mínimo de dignidade, pois “sem acesso às chamadas pré-condições como: educação, saúde, moradia, renda digna, não há como se falar em democracia” (BOVERO, 2002, p. 37).

Esse quadro nos demonstra que há uma necessidade de pensar soluções que viabilizem a efetivação da garantia do direito à moradia digna, considerando a inclusão social e urbana dos cidadãos, pois a atual realidade não se mostra em conformidade com o que é proposto para acesso à moradia. É preciso repensar a proposta de uma política habitacional no país, com o dever de transformar a realidade, pois conforme afirma Gazola (2008, p. 60), “Como o direito à moradia historicamente tem sido relegado ao esquecimento, há muito a se fazer”.

Tendo como pressuposto estes elementos, podemos agora pontuar brevemente algumas questões sobre o programa MCMV e seu recorte na faixa 1.

1.3 A principal política de habitação do país: Minha Casa Minha Vida e o recorte do programa na faixa 1

O Programa Minha Casa Minha Vida surgiu em 2009 com um amplo leque de estratégias para aumentar o acesso das famílias de baixa renda à casa própria. Conforme o IPEA (2014), com o aumento da produção e da aquisição de novas unidades habitacionais, o MCMV visava à geração de emprego e renda, através do investimento no setor da construção civil¹¹. Assim,

Com o objetivo de compatibilizar a prestação da casa própria com a capacidade de pagamento das famílias, o PMCMV criou subsídios elevados para a aquisição da moradia para famílias com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (aproximadamente 3 salários mínimos de 2011), as quais estavam enquadradas na chamada Faixa 1 do PMCMV. Também facilitou o financiamento por meio de subsídios diretos à demanda, e através da

¹¹Em 2013, os investimentos do PMCMV sustentaram cerca de 1,3 milhão de postos de trabalho diretos e indiretos na cadeia da construção, incluindo os empregos nas construtoras, prestadores de serviços, comércio e indústria de materiais de construção. Isso representou 2,6% da força de trabalho formal da economia brasileira no período. No mesmo ano, o PIB gerado pelas atividades sustentadas pelo PMCMV atingiu R\$ 29,8 bilhões. Essa renda equivale a 0,6% do PIB brasileiro daquele ano (IPEA, 2014, p. 20).

redução de taxas de juros, para famílias com renda mensal de até R\$ 3.275,00 (Faixa 2). Além disso, criou condições favoráveis de acesso ao imóvel para famílias com renda mensal de até R\$ 5.000,00 (Faixa 3) (IPEA, 2014, p 19).

Inicialmente, o MCMV previa a construção de 1 milhão de moradias¹², dessa forma, conforme o Ipea (2014),

A meta proposta foi cumprida com um valor contratado de R\$ 55 bilhões. Deste montante, R\$ 18 bilhões (483 mil unidades habitacionais) foram destinados às 20 mil famílias com renda de até R\$ 1.600,00. Em maio de 2011, quando foi criada a fase II do PMCMV, a previsão inicial foi batida e extrapolada com a contratação de 2,6 milhões de moradias e um aporte total de R\$ 170 bilhões (valor contratado). Cerca de 45% das unidades contratadas nessa fase do Programa (R\$ 60 bilhões) foram destinadas a famílias com renda de até R\$ 1.600,00. Nessa época, também houve algumas mudanças de regras: (i) elevação da meta para a Faixa 1, destinando 60% das unidades produzidas na Faixa 1; (ii) a possibilidade de produção e exploração de unidade comercial nos empreendimentos habitacionais multifamiliares; (iii) a previsão de recursos para o trabalho técnico social pós-ocupação; (iv) a regularização de áreas antes do processo final de desapropriação; e (v) a previsão de que os contratos poderiam ser firmados sem a outorga do cônjuge (o que beneficia a mulher) (IPEA, 2014, p 20).

Estes dados nos permitem visualizar como supostamente foi pensado e em que proporções o programa objetivava avançar a política de habitação, principalmente para famílias de menor renda – faixa 1. Contudo, os desdobramentos foram outros e as razões para isso veremos mais adiante.

Operacionalmente, hoje o programa MCMV está dividido por faixas, no qual a seleção dos beneficiários é de responsabilidade das prefeituras locais para as famílias com renda mensal de até R\$ 1.800,00, isto é, a faixa 1. Nas outras faixas de renda a contratação é feita diretamente com as construtoras conveniadas, a partir de um financiamento pela Caixa Econômica Federal ou Banco do Brasil (BRASIL, 2016). Atualmente os números variam de acordo com cada faixa, conforme mostra a tabela abaixo:

Quadro 2: Divisão das faixas de 1 a 3 de acordo com as modalidades do programa habitacional Minha Casa Minha Vida.

| | |
|---------|--|
| FAIXA 1 | Famílias com renda mensal bruta de até R\$ 1.800,00. |
|---------|--|

¹²De 2009 até junho de 2014, o PMCMV contratou a produção de 3,6 milhões de unidades habitacionais, com investimentos de R\$ 225 bilhões, sendo que 46% das famílias beneficiadas tinham renda mensal inferior a R\$ 1.600,00 (IPEA, 2014, p. 20).

| | |
|------------------|---|
| FAIXA 1.5 | Famílias com renda mensal bruta até R\$ 2.350,00 |
| FAIXA 2 | Famílias com renda mensal bruta entre R\$ 2.351,00 e 3.600,00. |
| FAIXA 3 | Famílias com renda mensal bruta acima de R\$ 3.600,00 e até R\$ 6.500,00. |

Fonte: Disponível em <<https://bit.ly/25Tdlcx>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

Uma vez que a demanda e o déficit habitacional estão concentrados na faixa 1, o programa deveria então desprender os maiores volumes de subsídios e investir prioritariamente nessa faixa. Porém, o que se tem assistido constantemente em muitas cidades brasileiras não é a constituição do que foi proposto pelo programa¹³, já que o mesmo não se apresenta em consonância às propostas estabelecidas (ABREU, 2014).

Cabe salientar que quando o programa MCMV foi lançado no início de 2009, os movimentos envolvidos na luta pelo direito a moradia e o Fórum Nacional de Reforma Urbana se mostraram insatisfeitos e mobilizados, conseguiram marcar audiências para discutir a pauta e conquistarem assim algumas negociações com o governo, conforme aponta Rolnik (2015):

Na pauta estavam a destinação de uma parcela das “1 milhão de casas” para construção por autogestão, além de propostas de melhorias nas formas de financiamento, viabilização de terrenos, entre outros. Dessa negociação resultou o compromisso de que o programa incluiria uma modalidade – o Minha Casa Minha Vida Entidades – que receberia inicialmente 500 milhões de reais, do total de 34 bilhões de reais em subsídios, para serem destinados à produção de moradias por associações e cooperativas autogestionadas (ROLNIK, 2015, p. 302).

No mesmo ano, movimentos de sem-terra e de luta pela reforma agrária se posicionaram e conseguiram garantir outra modalidade do programa Minha Casa Minha Vida, que consistia em “[...] construção de casa para suas cooperativas e pequenos produtores de agricultura familiar – OPNH – rural – que também obteve 500 milhões de reais para a construção de casas” (ROLNIK, 2015, p. 302).

¹³O programa tem também, em suas prioridades na definição dos beneficiários, além da renda, famílias que residam em áreas de risco/insalubres ou foram desabrigadas; famílias chefiadas por mulheres e famílias que possuam entre seus membros pessoas com deficiência (BRASIL, 2009; art. 3º). Além disso, o programa tem como proposta assegurar nos empreendimentos as “condições de acessibilidade nas áreas de uso comum; a disponibilidade de unidades habitacionais que prezem pela acessibilidade; a sustentabilidade das construções e uso de novas tecnologias construtivas” (BRASIL, 2009, art. 73º).

Para Rolnik (2015), apesar dessas “conquistas”, esses valores juntos representam 1% do valor total das unidades e recursos do programa MCMV desde que ele foi lançado, sendo um número significativamente baixo diante dos investimentos realizados para atender a faixa 1 do programa.

De fato, o que o programa MCMV tem mostrado desde o início é que seu maior interesse não está em atender as demandas dos que precisam ter acesso à casa própria, muito pelo contrário, pois fica claro que seu maior interesse está em adotar medidas que venham interferir no setor econômico, pois os maiores investimentos se encontram nas faixas 2 e 3, visto que nessas o valor do financiamento e da taxa de juros¹⁴ são maiores, ou seja, a rentabilidade do capital nessas faixas é superior em relação a faixa 1. Quanto a essa última questão, é evidente que nesse ponto o programa MCMV tem sido bem sucedido e sem dúvidas tem garantido os interesses e lucros empresariais.

Com a implantação do programa habitacional MCMV, o principal rebatimento dos problemas existentes hoje em relação a ele fica explicitado na população de baixa renda, ou seja, aquela atendida pela faixa 1, que vivencia o aspecto mais restrito desta política habitacional quando “O resultado dessa equação financeira é a construção de megaempreendimentos padronizados inseridos nas piores localizações das cidades, isto é, onde o solo urbano é mais barato” (RONILK, 2015, p. 312). Isso dificulta a proposta de uma moradia digna para atender a população, pois “os empreendimentos da faixa 1 estão claramente dispersos pelas periferias mais afastadas, próximos a margem das cidades, em lugares que não apenas são distantes dos territórios privilegiados, mas também são homogêneos do ponto de vista social” (ROLNIK, 2015, p. 312).

E além disso, cabe destacar que conforme apontado por Maricato

Entre 1996 e 1997, o mercado residencial brasileiro – com maior concentração na região sudeste – viveu um ensaio de produção de

¹⁴Em primeira instância, juro é aquela parcela da mais-valia que os capitalistas produtivos pagam aos proprietários de capital monetário a fim de aumentar o alcance de suas operações produtivas para além dos limites do capital que eles próprios possuem. A taxa de juros, por conseguinte, em condições normais e a longo prazo, permanece inferior a taxa média de lucro. Numa sociedade capitalista, qualquer soma de dinheiro pode obter a taxa média de juros ao ser depositada no sistema bancário, que centraliza as poupanças disponíveis e as transformam em capital monetário (MANDEL, 1982, p. 415).

moradias de classe média que guardou semelhanças com o que viria ocorrer após 2003. Embora a base financeira fosse totalmente diferente – naquele momento tratava-se da promoção por meio do autofinanciamento – a tipologia das moradias (grandes terrenos, escala ampliada no número de unidades por empreendimento), o padrão tecnológico e gerencial da produção, as localizações mais periféricas e as faixas de renda, mais populares, às quais os imóveis se destinavam, eram muitos semelhantes. Aquela expansão da produção não passou de uma “bolha” apresentando uma vida curta, mas preparou terreno para expansão que contou com maior acesso aos recursos de financiamento (MARICATO, 2011 p. 61).

Não faltaram ideias “fora do lugar”, segundo a autora, por parte dos empresários que eram inspirados no modelo americano – em expansão naquele momento, ignorando as características do mercado brasileiro. Por isso, a mesma afirma que seguramente o programa MCMV junto com as empresas que regem esse mercado imobiliário consegue garantir a continuidade de acumulação capitalista na produção imobiliária no Brasil. Sendo assim,

[...] utiliza terrenos amplos situados próximos de fonte de transporte, embora localização seja periférica, a escala dos empreendimentos é incomum para prática do mercado imobiliário, e aposta-se no simulacro do condomínio-clubes (torres altas ou baixas com infraestrutura de lazer), mesmo nos empreendimentos destinados à faixa subsidiada de 0 a 3 s.m. (MARICATO, 2011 p. 64).

No entanto,

[...] embora se refira à necessidade de inserção da moradia a ser construída em meio urbano, o pacote não garante essa condição devido aos agentes que estão envolvidos em sua formulação e operação. O governo federal formulou uma proposta em parceria com as 11 maiores empresas – construtoras e incorporadoras – promotoras de moradia. Avanços conceituais sobre o tema da habitação social, tanto no que se refere à legislação urbanística, quanto aos que se referem aos projetos arquitetônicos, não são incorporados à sua operação. Analisando a proposta do PMCMV tendo como referência o que foi a experiência da política habitacional do Regime Militar – período de maior construção de moradias no país – foi possível prever o que a experiência recente já mostra: o impacto negativo sobre as cidades devido à localização inadequada de grandes conjuntos habitacionais e ao aumento do preço da terra e dos imóveis (MARICATO, 2011 p. 68).

Segundo Maricato (2011) se é preciso reconhecer a ampliação do mercado em relação às faixas de renda média e média baixa, por outro lado há uma dificuldade de impactar o déficit habitacional concentrados na faixa de 0 a 3 salários mínimos, pois

Ao atender as demandas dos empresários do setor, incluindo as faixas de renda situadas entre 7 e 10 salários mínimos, o PMCMV pode repetir aspectos negativos do antigo BNH, que privilegiou a classe média em detrimento das rendas mais baixas. Antes excluída do mercado, a classe média foi incluída no pacote graças aos juros subsidiados do seguro e à

disponibilidade de recursos para o financiamento (MARICATO, 2011 p. 72).

É nesse sentido que está colocada a execução do programa Minha Casa Minha Vida, voltado para atender prioritariamente os interesses dos grandes capitais financeiros e depois da população, gerar lucros e fazer a economia crescer, enquanto parte considerável da população continua vivendo na miséria. Assim, mesmo na faixa 1, em que o pagamento da prestação é simbólico, o sentido é a introdução da disciplina financeira e a adesão à sua lógica.

Conforme Maricato, o programa MCMV retoma no ano de 2009 “[...] a visão empresarial da política habitacional, isto é, a construção de novas casas sem levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto e muito menos a cidade já comprometida pela baixa qualidade” (MARICATO, 2015). E ainda o programa já demonstra suas falhas uma vez que

Embora preveja subsídio total para as faixas de 0 a 3 salários mínimos, o programa perde aderência ao déficit já no desenho original, pois enquanto essa faixa constitui 90% do déficit de moradia no país, cerca de 40% das unidades previstas para serem construídas dentro do programa (400 mil) são destinadas a essa faixa. Para as faixas situadas entre 6 a 10 salários mínimos, correspondente a 2,4% do déficit de moradia, o pacote prevê a construção de 200 mil unidades, isto é, 25% do total. Os recursos destinados a construção dos imóveis para essa faixa de renda são provenientes do FGTS, cujo remuneração com juros abaixo do mercado é legalmente regulada. Ou seja, a construção de imóveis para essa faixa de renda está sendo financiada com juros abaixo do mercado e privilegiada com condições especiais de registro, seguro e tributos (MARICATO, 2011 p. 72).

Por isso, cabe frisar que “O aumento dos investimentos em habitação sem a necessária mudança da base fundiária tem acarretado, de forma espetacular, o aumento dos preços de terras e imóveis desde o lançamento do programa MCMV” (MARICATO, 2011, p.70).

Observamos até aqui, conforme tratado no item anterior, que a moradia digna passa a ser garantida – ou deveria – por meio de um direito social, tendo como prioridade a redução do déficit habitacional, principalmente da população de baixa renda. Porém, como outras políticas sociais brasileiras, sem desconsiderar os avanços obtidos, a política de habitação também enfrentou uma série de questões que a limitava. Entretanto, na contramão dos objetivos aos quais se propôs o programa MCMV, no ano de 2009, a política de habitação se desencadeou num sentido empresarial, financeiro, apontada para uma lógica mercadológica ao invés de um direito social no

que diz respeito à consolidação do acesso à casa própria para milhões de brasileiros.

Diante dessa realidade, como falar da política de habitação no cenário atual, enquanto um direito social – isso implica dizer: principalmente para classe trabalhadora e com menor renda –, sem falar do programa Minha Casa Minha Vida e, mais especificamente, da faixa 1, justamente a que atende essa população?

Não podemos dizer que o MCMV, por mais que na maioria das vezes se caracterize como foi exposto acima, tenha as mesmas determinações. Isto nada mais é do que dizer que os problemas apontados se manifestam de maneiras divergentes em diferentes lugares, ainda que a real intenção do programa desde 2009 em diante já tenha sido explicitado, isto é, primeiro o capital e depois o direito social. Pensando nisso e todas as críticas apoiadas ao programa até então, vemos necessidade de analisar o MCMV F1 no Município de Vitória – que será discutido nos capítulos adiante –, levando em consideração os aspectos da cidade e suas características.

Sendo assim, com intuito de tratar alguns elementos importantes sobre essa relação entre moradia e o direito à cidade, o que vem a ser discutido no próximo item pontua justamente a questão que historicamente está posta sobre os mesmos na sociedade brasileira.

1.4 O Direito à cidade: uma questão urbana histórica e suas configurações na lógica do capitalismo

Expor a problemática urbana tem como ponto de partida o processo de industrialização. Lefebvre (2011) coloca que a industrialização caracteriza a sociedade moderna e fornece o ponto de partida para reflexão da nossa época sobre a cidade, porém a cidade preexiste à industrialização. Para o autor, a cidade é entendida como uma obra

[...] a ser associada mais com a obra de arte do que com o simples produto material. Se há uma produção da cidade, e das relações sociais na cidade, é uma produção e reprodução dos seres humanos por seres humanos, mais do que uma produção de objetos. A cidade tem uma história; ela é a obra de uma história, isto é, de pessoas e de grupos bem determinados que realizam essa obra nas condições históricas. As condições que simultaneamente permitem e limitam as possibilidades, não são suficientes para explicar aquilo que nasce delas, nelas, através delas (LEFEBVRE, 2011, p. 52).

Ao longo da história tivemos a sociedade grega, artesanal, comercial, entre outras. Entretanto, estamos chamando a atenção para sociedade que advém da industrialização: a sociedade urbana. Nesse sentido,

A prodigiosa expansão das trocas, da economia monetária, da produção mercantil, do “mundo da mercadoria” que vai resultar da industrialização, implica uma mudança radical. A passagem do capitalismo comercial e bancário e da produção artesanal para a produção industrial e para o capitalismo concorrencial faz-se acompanhar por uma crise gigantesca, bem estudada pelos historiadores, salvo talvez no que diz respeito à Cidade e ao “sistema urbanizado” (LEFEBVRE, 2011, p. 52).

O autor sinaliza que temos a nossa frente um processo com dois aspectos: industrialização e urbanização, sendo eles indissociáveis, porém conflitantes. Historicamente existe um problema entre a realidade urbana e a realidade industrial, pois há um assalto da cidade pela industrialização e um quadro dramático desse processo considerado a nível global (LEFEBVRE, 2011). Nesta perspectiva, segundo Lefebvre (2011), existem três períodos a serem considerados, sendo eles:

Primeiro período – A indústria e o processo de industrialização assaltam e saqueiam a realidade urbana preexistente, até destruí-la pela prática e pela ideologia, até extirpá-la da realidade e da consciência. Conduzida segundo uma estratégia de classe, a industrialização se comporta como um poder negativo da realidade urbana: o social urbano é negado pelo econômico industrial. *Segundo período* (em parte justaposto ao primeiro) – a urbanização se amplia. A sociedade urbana se generaliza. A realidade urbana, na e por sua destruição, faz-se reconhecer como realidade sócio-econômica. Descobre-se que a sociedade inteira corre o risco de se decompor se lhe faltarem a cidade e a centralidade: desapareceu um dispositivo essencial para a organização planejada da produção e do consumo. *Terceiro período* – Reencontra-se ou reinventa-se (não sem sofrer com sua destruição na prática e no pensamento) a realidade urbana. Tenta-se restituir a centralidade. Teria desaparecido a estratégia de classe? Não se sabe ao certo. Ela se modificou. As centralidades antigas, a decomposição dos centros são por ela substituídas pelo centro de decisão. É assim que nasce a reflexão urbanística (LEFEBVRE, 2011, p. 52).

Essa reflexão urbanística varia de um lugar para o outro sem perder de vista sua totalidade. Em determinados lugares existe uma ampliação maciça da cidade e uma urbanização com pouca industrialização como, por exemplo, nas cidades da América do Sul que são cercadas por uma vizinhança de favelas, pois “Nessas regiões as antigas estruturas agrárias se dissolvem; camponeses sem posse ou arruinados afluem para as cidades a fim de nelas encontrar trabalho e subsistência” (LEFEBVRE, 2011, p. 17).

Afinal, jogar para os ombros dos trabalhadores o custo de sua própria reprodução na cidade por meio de autoconstrução das casas e ocupações

irregulares do solo é parte intrínseca da condição capitalista periférica de barateamento da força de trabalho, de um lado, e manutenção de um mercado residencial restrito ao “produto de luxo”, de outro. Rotineiramente, a atenção do governo municipal aos “informais” surgia apenas em determinados momentos, quando alguma tragédia (enchentes, desmoronamentos, incêndios em favelas) faziam vítimas e a cidade informal teimava em aparecer pelas costuras do tecido que pretendia ocultá-la. Estamos nos referindo à representação ideológica da cidade ou da *cidade* onde mora e elite, como nota em inúmeros livros, Flávio Villaça. Além das ocorrências “inesperadas”, apenas a transferência de população – quase que invariavelmente pobre – que morava no trajeto de alguma grande obra de expansão da *cidade* também exigia que a máquina administrativa, chamada de pública, encarasse a cidade informal (MARICATO, 2011 p. 20).

Esse é o caso do Brasil e ao falar do direito à cidade, refletimos que é impossível nos dissociarmos da questão urbana e o processo de industrialização. Maricato (2011) acredita que há um impasse da política urbana no país que não é atual ao tratar da luta pelas reformas urbanas, em especial a reforma fundiária e imobiliária. Esse impasse precisa ser entendido “[...] diante das questões conjunturais e estruturais do capitalismo brasileiro que passa por profundas transformações no final da primeira década do século XXI, impactando fortemente campo e cidade” (MARICATO, 2011, p. 14).

Ocorre que no Brasil essa questão era levantada antes da Ditadura Militar, no processo de redemocratização do país e também recentemente – antes e durante o governo do PT –, porém Maricato (2011) destaca que houve

O declínio, a perda da ofensividade e a fragmentação dos movimentos sociais reunidos sob a bandeira da Reforma Urbana. Em especial, chama atenção aqui a perda da centralidade da questão da terra urbana, ou do direito à cidade cujo início provável se deu nos anos de 1990, mas que se acentuou durante o governo Lula (MARICATO, 2011, p. 10).

Maricato refere-se a um ciclo de luta pela reforma urbana promovido pela ditadura militar e outro ciclo sobre o mesmo tema que se encerrou no governo Lula, sem repressão direta, mas ao contrário, ampliando a participação social (MARICATO, 2011). Junto a isso, acrescenta-se também

Finalmente, a construção da piora das condições gerais, sociais, ambientais e de vida nas cidades durante as últimas três décadas especialmente. Parte-se de uma herança marcada pela condição capitalista periférica de tradição escravista, portanto, de forte desigualdade social no território e falta de controle sobre uso e ocupação do solo, características que são exacerbadas no período dominado pelas políticas neoliberais (MARICATO, 2011, p. 10).

Diante disso, Maricato pontua que “A evidência insofismável é de que as cidades continuam piorando e a questão fundiária, que ocupa a centralidade das propostas

de Reforma Urbana e do Direito à Cidade há mais de meio século, não avançou de forma significativa” (MARICATO, 2011 p. 28). E nesse sentido o Brasil, em poucos anos – final do século XX e início do XXI – passou por algumas mudanças devido a sua posição na fase de expansão internacional do capitalismo (MARICATO, 2011), porém sem tocar em questões primordiais (como no caso do Governo Lula) como o clientelismo e patrimonialismo – que na verdade se expandiu –, na questão ambiental, na política de comunicação e “[...] finalmente, a questão da terra, verdadeiro nó social no Brasil, não foi tocada, nem no campo e nem na cidade” (MARICATO, 2011 p. 40).

Maricato (2011) fala ainda de como se perdeu a possibilidade de pensar um paradigma para o universo urbano da sociedade brasileira, e acima de tudo, que dialogasse com a experiência vivida pela grande maioria dos moradores das cidades, pois para ela “Construir um novo paradigma sobre as cidades, ainda que no contexto da periferia do capitalismo exigiria uma mudança cultural, e uma costura federativa, possível apenas a médio ou longo prazo (MARICATO, 2011, p. 44).

Quanto essas mudanças em relação à cidade e conseqüentemente sobre o direito à moradia, a autora sinaliza uma questão significativamente importante que é a ausência do conhecimento generalizado sobre o espaço urbano, dizendo ainda sobre a necessidade de combater o analfabetismo urbano, ou seja, “Combater o analfabetismo urbanístico significa elucidar a estratégia das forças selvagens que fazem do solo urbano e dos orçamentos públicos pasto para seus interesses” (MARICATO, 2011, p. 45).

O Brasil passou e passa por transformações em que a questão urbana nunca foi tocada a fundo, dificultando a proposta de um real direito à cidade. Isso fica claro quando a população não tem ao menos acesso a moradia, garantia básica e fundamental para qualquer pessoa.

Juntamente com essas especificidades brasileiras, também precisamos pontuar como essas questões são influenciadas por um processo maior e global do próprio capitalismo, que impacta e caracteriza a atual conjuntura do próprio direito à moradia quando tratamos do direito à cidade. Apoiados nos estudos de Harvey (2006) em que o autor situa a relação entre o espaço geográfico e o capitalismo, fica claro que

A acumulação do capital sempre foi uma ocorrência profundamente geográfica. Sem as possibilidades inerentes da expansão geográfica, da reorganização espacial e do desenvolvimento geográfico desigual, o capitalismo, há muito tempo, teria deixado de funcionar como sistema econômico político. Essa mudança incessante rumo a um “ajuste espacial”, referente às contradições internas do capitalismo (registrada, de modo mais perceptível, como superacumulação de capital numa área geográfica específica), junto com a inserção desigual de diversos territórios e formações sociais do mercado mundial capitalista, criaram uma geografia histórica global da acumulação do capital, cujo caráter precisa ser mais bem entendido (HARVEY, 2006, p. 193).

Atualmente a questão entre direito à moradia e acesso à cidade passa pela lógica da produção do espaço que, por sua vez encontra-se intimamente ligado ao processo de produção e acumulação capitalista. Lefebvre (2011) ao colocar o termo “produção” diz que “num sentido amplo (produção de obras e produção de relações sociais), houve na história uma produção de cidades, assim como houve, bem entendido, produção de bens materiais e de objetos práticos sensíveis” (LEFEBVRE, 2011, p. 53).

Cabe salientar que há uma relação entre o conjunto dos processos urbanos ocorridos no país e os fenômenos econômicos e sociais que não podem ser desconsiderados, pois são fundamentais para a compreensão da conexão existente hoje, por exemplo, entre a lógica da especulação financeira e a produção do espaço – que engloba a moradia – ao se tratar do seu incremento no setor habitacional (HARVEY, 2006). Conforme apontado por Harvey (2006), frequentemente,

[...] o estudo da urbanização se separa do estudo da mudança social e do desenvolvimento econômico, como se o estudo da urbanização pudesse, de algum modo, ser considerado um assunto secundário ou produto secundário passivo em relação às mudanças sociais mais importantes e fundamentais (HARVEY, 2006, p.166).

Trazemos o exemplo do caso brasileiro, onde no contexto da crise mundial que eclodiu no mercado imobiliário dos Estados Unidos no ano de 2008, teve um rebatimento nas economias dos países centrais e periféricos. Para garantir a acumulação do capital, se fizeram necessárias medidas de contratendências nas economias. No caso do Brasil, o pacote de medidas do governo para o programa MCMV sob a lógica da financeirização foi uma das políticas adotadas na tentativa de conter os impactos da crise, que conforme Maricato (2010) foi a resposta do Governo Federal à crise internacional iniciada em setembro de 2008. Esse tipo de investimento não foi realizado com o principal intuito de garantir uma política social de acesso à moradia, mas por sua vez objetiva primeiramente apenas reverter a

crise e assegurar a reprodução capitalista (MARICATO, 2015). Nesse contexto, conforme apontado por Marques (2015, p. 18), “[...] o lugar das políticas sociais está em um “Não Lugar”, pois não faz parte da agenda desse tipo de capital. Não se trata de dizer que elas não são prioritárias e sim que elas não interessam ao capital”. O atual cenário demonstra que

Agora, sob a égide do Consenso de Washington, a cidade passa a ser investida como espaço direto e sem mediações da valorização e financeirização do capital. Concebidas enquanto empresas em concorrência umas com as outras pela atração de capitais (e eventos, é óbvio), as cidades e os territórios se oferecem no mercado global entregando a capitais cada vez mais móveis (*foot loose*) recursos públicos (subsídios, terras, isenções). A guerra fiscal é apenas uma das formas da urbanidade global, que empurra coalizões locais de poder a buscarem articulações em nível nacional e internacional que assegurem a cada cidade – leia-se, aos capitais e capitalistas localizados – uma inserção, mesmo que subordinada, no mercado global (VAINER, 2013, p. 37).

Nessa perspectiva, a lógica de financeirização que se apropria da Política Nacional de Habitação através do MCMV não tem mostrado que seu principal objetivo é o acesso à casa própria enquanto uma política social que seja assegurada como direito, muito menos como moradia digna que permita a garantia do direito à cidade, mas que ela seja garantida como mercadoria. Seu caráter consiste no lucro das grandes empresas concomitantemente atrelado ao capital financeiro nacional e estrangeiro. Para tanto essas questões interferem diretamente no sentido de entender a cidade, sua produção enquanto espaço, atrelada ao capital e seus rebatimentos no acesso à moradia e à cidade. Assim, a habitação no país é marcada historicamente pelo não reconhecimento, descaso, segregação, mercantilização e submissão aos ditames do grande capital (ABREU, 2016).

O processo de hegemonia financeira tem se intensificado e, assim como em diversos países, no Brasil ele também tem sido fundamental para a reprodução da dinâmica capitalista (HARVEY, 2013). Assim sendo, aponta Maricato (2015), o capital financeiro impõe mais do que nunca a lógica da cidade como mercadoria¹⁵. Isso porque com as transformações que vão ocorrendo na sociedade e nas cidades, verificamos que

O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para os estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia,

¹⁵A partir dos estudos realizados sobre a obra “O Capital” de Marx (1996) a mercadoria pode ser entendida como uma unidade dialética que sintetiza valor de uso e valor de troca.

suburbanos. Sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo de lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar a ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo (LEFEBVRE, 2011, p. 20).

A velocidade com que o capital financeiro se apropriou da cidade aumentando a especulação imobiliária e as remodelações urbanas, por exemplo, não se deu no mesmo ritmo que a produção de novas moradias, pelo contrário, a escassez se elevou e o problema da falta de moradia continua existindo (MARICATO, 2015). Há que se pensar que, talvez, o problema não é de construção de moradia, mas da lógica social capitalista que impera numa fase em que o fenômeno predominante é o capital financeiro.

Nessa perspectiva, Hilferding (1985, p. 317) explica que “O desenvolvimento do capital financeiro modifica radicalmente a estrutura econômica e, com isso, a política da sociedade”. Dessa forma, a questão habitacional tornou-se o resultado da fusão entre a propriedade privada e o capital, configurando uma expressão da seletividade e da segregação social que se ampliam na organização da cidade (MARICATO, 1997).

Os capitais que ganham com a produção e exploração do espaço urbano agem em função do seu valor de troca, pois a cidade é considerada uma mercadoria¹⁶. “Em particular, a oposição entre valor de uso (a cidade e a vida urbana, o tempo urbano) e o valor de troca (os espaços comprados e vendidos, o consumo dos produtos, dos bens, dos lugares e dos signos) surgirá em plena luz” (LEFEBVRE, 2011, p. 35). É necessário pensarmos que a mercadoria vendida depende do seu consumidor, no caso da cidade todos os governantes terminam por vender a mesma mercadoria para os mesmos consumidores e que, por sua vez, tem as mesmas necessidades. Porém, o que determina a cidade como mercadoria é o capital internacional, visitantes e usuários que tenham como pagar por ela, demonstrando então que a cidade como mercadoria tem um público muito específico – por se tratar de uma mercadoria de luxo – não sendo ela produzida de maneira que seja apropriado por

¹⁶A mercadoria é, antes de tudo, um objeto externo, uma coisa, a qual pelas suas propriedades satisfaz necessidades humanas de qualquer espécie. A natureza dessas necessidades, se elas se originam do estômago ou da fantasia, não altera nada na coisa. Aqui também não se trata de como a coisa satisfaz a necessidade humana, se imediatamente como meio de subsistência, isto é, objeto de consumo, ou se indiretamente como meio de produção (MARX, 1996, p. 165).

todos (VAINER, 2002). Lefebvre (2011) já chamava atenção que

No sistema urbano que procuramos analisar se exerce a ação desses conflitos específicos. Entre valor de uso e valor de troca, entre a mobilização da riqueza (em dinheiro, em papel) e o investimento improdutivo na cidade, entre a acumulação do capital e sua dilapidação nas festas, entre a extensão do território dominado e as suas exigências de uma organização severa desse território em torno da cidade dominadora [...] Disso resulta que a industrialização pressupõe a ruptura desse sistema urbano preexistente; ela implica a desestruturação das estruturas estabelecidas (LEFEBVRE, 2011, p. 14).

E a moradia como parte que compõe essa cidade também é produto dessa relação mercantil. A cidade tornou-se um grande negócio e a renda imobiliária o seu motor central (MARICATO, 2015). Nesse contexto, a habitação é compreendida não apenas por seu valor de uso¹⁷ – como espaço onde se realizam as relações cotidianas necessárias à sobrevivência –, mas essencialmente por seu valor de troca, estabelecendo indissociável relação entre a renda e o acesso.

Dessa forma, entendemos que “o ideário de “reforma urbana” que tem o “direito à cidade” ou a justiça urbana como questão central são aparentemente fontes perenes de conflitos, mas cabe refletir se esse ideário resiste diante das mudanças referidas” (MARICATO, 2011 p. 29).

Por ora, o que nos interessa frisar é que essa temática é imprescindível para avançar na luta pelo direito à moradia enquanto direito social. Direito a uma garantia fundamental que no conjunto dos seus processos históricos foi negado. Sendo assim, sua importância para compreensão dos estudos urbanos, que ao mesmo tempo se desenvolve em paralelo às transformações da sociedade, faz-se necessário para entender suas características no capitalismo contemporâneo.

¹⁷O valor de uso realiza-se somente no uso ou no consumo, os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta. Na forma de sociedade a ser por nós examinada, eles constituem ao mesmo tempo, os portadores materiais do – valor de troca (MARX, 1996, p. 166).

2 HABITAÇÃO E O DIREITO À CIDADE: NECESSIDADE OU MERCADORIA?

Na tentativa de aprofundar o debate sobre duas temáticas que estão intimamente conectadas, habitação e direito à cidade, buscamos nos debruçar sobre o entendimento das mesmas na atualidade. O nosso objetivo é entender tanto o direito à cidade, quanto a habitação sobre a perspectiva histórica, a fim de compreender seus percursos e desdobramentos no cenário atual e, principalmente na conjuntura brasileira.

Para tanto, iniciaremos o capítulo falando sobre a questão da moradia no capitalismo, como ela se apresenta e quais os principais fatores e atores que podemos levar em consideração para entender a lógica em que ela foi e está colocada. Em seguida, procuraremos nos debruçar sobre o direito à cidade, já que a partir do problema da moradia – aquela que emerge especificamente do capitalismo – a cidade passa a ser negada primeiramente à classe trabalhadora e, posteriormente, à sociedade de modo mais amplo, sobre a égide do capital, no sentido objetivo e subjetivo. Por último, abordaremos os impactos da produção do espaço – capitalista – na cidade. O resultado é como a produção do espaço interfere na reprodução da cidade, que por sua vez implica na forma de negação da moradia como direito social, já que o capitalismo para atender seus interesses limita a defesa dos direitos.

2.1 A questão da moradia no capitalismo

Tratar do direito à moradia e, conseqüentemente, da formação das cidades, no Brasil ou no mundo, abrange uma série de acontecimentos. Começando pelas grandes cidades que foram formadas durante a Revolução Industrial, Engels em seu livro “A situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra” pontua como “[...] londrinos tiveram que sacrificar a melhor parte de sua condição de homem para realizar todos esses milagres da civilização de que é pródiga a cidade [...]” (ENGELS, 2010, p. 67).

As grandes cidades foram formadas desde o início sobre um aspecto da individualidade, característica presente quando tratamos do (não) direito à cidade, uma vez que sua efetivação só poderá ocorrer a partir das necessidades coletivas e, mais ainda quando tivermos alcançado uma outra perspectiva de sociedade. Porém,

ao analisarmos a obra de Engels, conferimos que o que ele já havia dito foi presente na formação das cidades brasileiros durante o processo de industrialização e, continua prosperando até os dias atuais. Vejamos o que foi dito:

Até mesmo a multidão que se movimenta pelas ruas tem qualquer coisa de repugnante, que revolta a natureza humana. Esses milhares de indivíduos, de todos os lugares e de todas as classes, que se apressam e se empurram, não serão *todos eles* seres humanos com as mesmas qualidades e capacidades e com o mesmo desejo de serem felizes? E não deverão *todos eles*, enfim, procurar a felicidade pelos mesmos caminhos e com os mesmos meios? Entretanto, essas pessoas se cruzam como se nada tivessem em comum, como se nada tivessem a realizar uma com a outra e entre elas só existe o tácito acordo pelo qual cada uma só utiliza uma parte do passeio para que as duas correntes da multidão que caminham em direções opostas não impeçam seu movimento mútuo – e ninguém pensa em conceder ao outro sequer um olhar. Essa indiferença brutal, esse insensível isolamento de cada um no terreno do seu interesse pessoal é tanto mais repugnante e chocante quanto maior é o número desses indivíduos confinados nesse espaço limitado; e mesmo que saibamos que esse isolamento do indivíduo, esse mesquinho egoísmo, constitui em toda parte o princípio fundamental da nossa sociedade moderna, em lugar nenhum ele se manifesta de modo tão imprudente e claro como na confusão da grande cidade. A desagregação da humanidade em mônadas, cada qual com um princípio de vida particular e com um objetivo igualmente particular, essa atomização do mundo é aqui levada às suas extremas conquências (ENGELS, 2010, p. 68).

O que é retratado, segundo Engels (2010), não se modifica de uma grande cidade para outra, seja em Londres, Manchester, Leeds, entre outras, existindo a indiferença, o egoísmo e a miséria indescritível, enfim, a guerra social.

Na escala em que, nessa guerra social, as armas de combate são o capital, a propriedade direta ou indireta dos meios de subsistência e dos meios de produção, é obvio que todos os ônus de uma tal situação recaem sobre o pobre. Ninguém se preocupa com ele: lançado nesse turbilhão caótico, ele deve sobreviver como puder. Se tem a sorte de encontrar trabalho, isto é, se a burguesia lhe faz o favor de enriquecer à sua custa, espera-o um salário apenas suficiente para o manter vivo; se não encontrar trabalho e não temer a polícia, pode roubar; pode ainda morrer de fome, caso em que a polícia tomará cuidado para que a morte seja silenciosa para não chocar a burguesia (ENGELS, 2010, p. 69).

Para Engels (2010) examinar a questão que diz respeito à guerra social trata de detalhar as condições impostas à classe que nada possui. Uma das problemáticas mais características que visivelmente trazia à tona outros problemas é verificado na habitação. No Brasil, vivenciamos situação semelhante, em tempos diferentes, mas com os mesmos efeitos devastadores da máquina capitalista.

A negação da cidade começa pela moradia, quando a classe trabalhadora nada pode fazer a não ser aceitar as precárias condições de habitabilidade, os lugares

isolados e insalubres aos quais eram submetidos a sobreviver:

Todas as grandes cidades têm um ou vários “bairros de má fama” onde se concentra a classe operária. É certo ser frequente a miséria abrigar-se em vielas escondidas, embora próximo ao palácio dos ricos; mas, em geral, é-lhe designada uma área à parte, na qual, longe do olhar das classes mais afortunadas, deve safar-ser, bem ou mal, sozinha. Na Inglaterra, esses “bairros de má fama” se estruturam mais ou menos da mesma forma que em todas as cidades: as piores casas na parte mais feia da cidade; quase sempre, uma longa fila de construções de tijolos, de um ou dois andares, eventualmente com padrões habitados e em geral dispostas de maneira irregular. Essas pequenas casas de três ou quatro cômodos e cozinha chama-se *cottages* e normalmente constituem em toda a Inglaterra, exceto em alguns bairros de Londres, a habitação da classe operária. Habitualmente, as ruas não são planas nem calçadas, são sujas, tomadas por detritos vegetais e animais, sem esgoto e canais de escoamento, cheias de charcos estagnados e fétidos. A ventilação na área é precária, dada a estrutura irregular do bairro e, como nesses espaços restritos vivem muitas pessoas, é fácil imaginar a qualidade do ar que se respira nessas zonas operárias – onde, ademais, quando faz bom tempo, as ruas servem aos varais que, estendida de uma casa a outra, são usados para secar a roupa (ENGELS, 2010, p. 70).

Em sua obra, Engels (2010) descreve algumas cidades e bairros específicos, em linhas gerais todos em situação de precariedade, lugares sujos, sem cama, com pessoas que vivem amontoadas entre elas e as coisas ao seu redor, ou seja, lugares inabitáveis como St. Giles na cidade de Londres em que “As casas são habitadas dos porões aos desvãos, sujas por dentro e por fora e têm um aspecto tal que *ninguém desejaria morar nelas*” (ENGELS, 2010, p. 71, grifos nossos).

Pois bem, assim inicia a negação de uma necessidade básica: a moradia. Desprovidos de tudo e qualquer coisa os trabalhadores se encontram diariamente na mais miserável condição de vida. E, não obstante, além de não terem onde morar dignamente em alguns lugares como em Manchester, perceptivelmente Engels (2010) observa o problema do isolamento, ou melhor, da segregação espacial dessa classe, pois relata que

Manchester é construída de um modo tão peculiar que podemos residir nela durante anos, ou entrar e sair diariamente dela, sem jamais ver um bairro operário ou até mesmo encontrar um operário – isso se nos limitarmos a cuidar de nossos negócios ou a passear. A razão é que – seja por um acordo inconsciente e tácito, seja por uma consciente e expressa intenção – os bairros operários estão rigorosamente separados das partes das cidades reservados à classe média ou, quando essa separação não foi possível, dissimulados sob o manto da caridade (ENGELS, 2010, p.90).

Além disso, a situação deplorável, como por exemplo, a falta de higiene e outras já citadas anteriormente fez com que Engels enxergasse a questão habitacional além

de um problema imediato, na verdade a prioridade consistia em obter os maiores lucros possíveis, sem levar em consideração a vida e condições em que se encontravam os trabalhadores, como bem relata na passagem sobre a cidade de Manchester:

É verdade que se trata da cidade *velha* – e essa é argumentação das pessoas aqui, quando lhe mencionamos o estado espantoso desse inferno sobre a terra. Mas esse argumento nada significa, porque tudo o que nos horroriza e nos indigna é de origem recente e data da *época industrial*. Aos poucos centenas de casas próprias da velha Manchester foram abandonadas há muitos por seus primitivos habitantes; foi a indústria que fez com que fosse ocupadas pela massa de operários que hoje moram nelas; foi a indústria que cobriu de construções cada espaço livre entre as velhas casas, a fim de abrigar aí as massas que compeliam a abandonar os campos e a Irlanda; foi a indústria que permitiu aos proprietários desses estábulos aluga-los a altos preços, como se fossem habitações humanas, explorando a miséria dos operários, minando a saúde de milhares de pessoas e enriquecendo-os apenas a eles, os proprietários; foi a indústria que fez com que o trabalhador, recém liberado da servidão, pudesse ser utilizado novamente como puro e simples instrumento, como *coisa*, a ponto de ter de se deixar encerrar em cômodos que ninguém habitaria e que ele, dada a sua pobreza, é obrigado a manter em ruínas. Tudo isso é obra exclusiva da indústria, que não poderia existir sem esses operários, sem a sua miséria e a sua escravidão (ENGELS, 2010, p. 96).

O problema habitacional se intensifica com a industrialização, e mais ainda, sob a lógica da exploração, valorização, produção e reprodução constante do capital que diante do exposto, o fato é que “Eis o que se pode afirmar acerca das habitações dos operários nas grandes cidades: o modo como é satisfeita a necessidade de um teto é um critério que nos permite saber como são satisfeitas as outras necessidades” (ENGELS, 2010, p.107).

Em resumo:

As grandes cidades são habitadas principalmente por operários, já que, na melhor das hipóteses, há um burguês para dois, muitas vezes três e, em alguns lugares, quatro operários; esses operários nada possuem e vivem de seu salário, que, na maioria dos casos, garante apenas a sobrevivência cotidiana. A sociedade, inteiramente atomizada, não se preocupa com eles, atribuindo-lhes o encargo de prover suas necessidades e as de suas famílias, mas não lhe oferece os meios para que o façam de modo eficaz e permanente. Qualquer operário, mesmo o melhor, está constantemente exposto ao perigo do desemprego, que equivale a morrer de fome e são muitos os que sucumbem. Por regra geral, as casas dos operários estão mal localizadas, são mal construídas, malconservadas, mal arejadas, úmidas e insalubres; seus habitantes são confinados num espaço mínimo e, na maior parte dos casos, *num único cômodo vive uma família inteira*; o interior das casas é miserável: chega-se mesmo a ausência total dos móveis mais indispensáveis. O vestuário dos operários também é, por regra geral, muitíssimo pobre e, para uma grande maioria, as peças estão esfarrapadas. A comida é frequentemente ruim, muitas vezes imprópria, em muitos casos – pelo menos em certo períodos – insuficiente e, no limite, há

mortes por fome. A classe operária das grandes cidades oferece-nos, assim, uma escala de diferentes condições de vida: no melhor dos casos, uma existência momentaneamente suportável – para um trabalho duro, um salário razoável, uma habitação decente e uma alimentação passável (do ponto de vista do operário, é evidente, isso é bom e tolerável); no pior dos casos, a miséria extrema – que pode ir a falta de teto à morte pela fome; mais a média está muito mais próxima do pior do que do melhor dos casos. E essa escala não é composta de categorias fixas, que nos permitiriam dizer que esta fração da classe operária vive bem, aquela mal, enquanto as coisas permanecem como estão; ao contrário: se, no conjunto, alguns setores específicos gozam de vantagens sobre outros, a situação dos operários no interior de cada segmento é tão instável que qualquer trabalhador pode ter de percorrer todos os degraus da escala, do modesto conforto a privação extrema, com o risco da morte pela fome – de resto, quase todos os operários ingleses tem algo a dizer sobre notáveis mudanças do acaso (ENGELS, 2010, 116).

São as causas de tudo isso que examinaremos adiante ao tratar do contexto brasileiro, em que Bonduki (1955) procura identificar as origens da transformação da habitação e do problema habitacional sob o ponto de vista da questão social na realidade do Brasil. Sendo assim, ele utiliza o termo habitação social, ou seja, habitação produzida pelo Estado e destinada para população de baixa renda e “[...] que inclui também a regulamentação estatal da locação habitacional e incorporação, como um problema do Estado, da falta de infra-estrutura urbana gerada pelo loteamento privado” (BONDUKI, 1955, p. 14).

As mudanças que ocorreram na década de 1880 devido as mudanças nas relações de produção das fazendas de café – adotando mão de obra assalariada – e a chegada dos imigrantes alterou em partes a dinâmica de São Paulo, bem como outras cidades no Brasil (BONDUKI, 1955). O autor pontua ainda que

São Paulo expandiu-se em todas as direções como o loteamento de chácaras e a abertura de novos bairros. A pequena cidade de 1870 podia ser toda percorrida a pé; seus habitantes buscavam água nos chafarizes públicos (embora já em meados do século houvesse falta de água) ou retiravam-na de poços particulares, e lançavam os detritos em rios ou em fossas. Ao receber milhares de novos moradores, a cidade passou a exigir transportes rápidos pois as distâncias passaram a ser medidas em quilômetros, os chafarizes deixaram de dar conta do consumo, aumentou o risco de contaminação da água e o esgoto sem destino certo tornou-se o principal inimigo da saúde pública (BONDUKI, 1955, P.18)

E continua...

Além disso, loteamentos indiscriminados deram origem a inúmeras necessidades urbanas – calçamento das vias, canalização de córregos, drenagem de brejos e várzeas, controle de enchentes etc. Era preciso, enfim, estruturar os serviços públicos e equipamentos coletivos. Já na década de 1870 foram tomadas iniciativas nesse sentido, em geral por particulares que detinham concessões públicas (BONDUKI, 1955, p. 19).

Porém, os problemas não se limitavam à questão urbana da cidade, que também era necessária frente a expansão da cidade, até porque o poder público da cidade de São Paulo encontrou dificuldades para atender todas as solicitações (BONDUKI, 1955). Segundo BONDUKI (1955), a questão das condições de higiene das habitações era o que preocupava as autoridades, uma vez que no final do século XIX ocorreram vários surtos epidêmicos no país, sendo a questão da habitação popular tratada como prioridade pelo Estado.

No final do século XIX o problema habitacional era concomitante com os primeiros indicativos de segregação espacial, uma vez que diante de vários problemas urbanos a concentração dos trabalhadores se dava em espaços diferenciados da elite – que tinha garantido áreas de uso exclusivo -, dessa forma “[...] a segregação social do espaço impedia que os diferentes estratos sociais sofressem da mesma maneira os efeitos da crise urbana” (BONDUKI, 1955, p. 20).

O autor pontua que os registros encontrados nos documentos da época falam exclusivamente do empenho da elite para construir uma cidade mais moderna, bem próximo dos modelos europeus, enquanto quase nada era dito sobre as habitações populares, pois “[...] um véu negro encobre os alojamentos dos trabalhadores: ninguém os via, ninguém os descrevia. Já a elite retratava a vida urbana a partir de sua perspectiva” (BONDUKI, 2010, p.21).

Assim como já dito anteriormente, quando Engels trata da situação da classe trabalhadora na Inglaterra, a burguesia tem um jeito característico de resolver a questão da moradia: na verdade ela resolve evitando que esses problemas possam chegar até ela. Por isso, a habitação no Brasil só foi levada em consideração quando tratado como caso de saúde pública¹⁸, uma vez que poderia afetar a elite, assim como ocorrido na Europa.

[...] nem sempre as características habitacionais, em sentido estrito, orientavam a classificação dos higienistas, mas sobretudo o fato de essas moradias serem ocupadas por trabalhadores pobres. As casinhas descritas são semelhantes às existentes nas vilas operárias – sem o controle

¹⁸Se as habitações populares não representassem perigo para as condições sanitárias da cidade, nada se saberia sobre elas, pois as únicas condições sobre as mesmas nos chegaram através dos técnicos preocupados com a saúde pública. Outra fonte importante, a imprensa operária, somente iria se estruturar a partir de 1900. Mesmo assim, os relatos dos sanitaristas expressam uma visão elitista, viciadas pelas concepções higienísticas e preconceituosa em relação aos trabalhadores (BONDUKI, 2010, p. 22).

exercido nestas – que foram consideradas o modelo de habitação para trabalhadores. Sob o olhar dos delegados sanitários, entretanto, tornavam-se cortiços (BONDUKI, 2010, p. 25).

Foi diante de tais situações que passou a ocorrer a intervenção estatal na habitação e o autoritarismo sanitário. Sendo assim, as condições de vida na cidade eram cada vez mais deterioradas, seja pela falta de habitação popular ou pelo crescimento desordenado da malha urbana (BONDUKI, 2010)¹⁹.

Semelhança ou coincidência? O fato é que os países europeus, como a Inglaterra já haviam antes promulgado leis sanitárias, fazendo como que o tema não despertasse controvérsias no Brasil. Quando São Paulo começou a se desenvolver e crescer, higienistas começaram a colocar suas ações em prática²⁰, uma vez que ocupavam cargos na administração pública (BONDUKI, 1955).

A industrialização como ocorrerá na Europa – e processo de industrialização como no Brasil – desencadeou no surgimento das grandes cidades e problemas de ordem pública, principalmente para burguesia, como por exemplo, a habitação e sua relação com a higienização, que veio a ser tratada como questão de saúde. Dessa forma

A questão sanitária tornou-se, portanto, prioritária para o governo, justificando seu controle sobre o espaço urbano e a moradia dos trabalhadores. O receio do caos e da desordem, a ameaça que os surtos epidêmicos representavam para a organização econômica, o pânico que um mal desconhecido trazia à população, o prejuízo que a morte de imigrantes recém-chegados causava [...] (BONDUKI, 1955, p. 30).

Conforme Bonduki (1955) houve claramente uma intenção de eliminar os cortiços, acelerar o processo de segregação através da intervenção pública, surgindo três frentes para combater as duas grandes epidemias ocorridas em 1983, sendo elas: legislação urbanística, planos de saneamento básico e estratégia de controle

¹⁹Na habitação, porém, o Estado foi obrigado a atuar de forma mais vigorosa. A (ir)racionalidade da produção capitalista dos edifícios, o loteamento indiscriminado e a precariedade dos serviços de água e esgoto, a cargo de empresas privadas, entre outros, passaram a construir séria ameaça a saúde pública. Por isso, o controle estatal da produção do espaço urbano não só foi aceito como também reivindicado, ainda que predominassem as concepções liberais (BONDUKI, 2010, p. 27).

²⁰O poder público atacou em três frentes: a do controle sanitário das habitações; a da legislação e códigos de posturas; e a da participação direta em obras de saneamento das baixadas, urbanização da área central e implantação de rede de água e esgoto. Sobretudo no que diz respeito ao controle sanitário, essas medidas foram marcadas por uma concepção que identificava na cidade e nas moradias as causas das doenças, as quais seriam extirpadas por meio da regulamentação do espaço urbano e do comportamento de seus moradores – uma ação que seria importante instrumento de controle social e manutenção da ordem (BONDUKI, 1955, p. 29).

sanitário, que deram origem a intervenção estatal para controlar a produção do espaço urbano e da habitação²¹.

Não só em São Paulo, mas a lógica da exploração da força de trabalho e dos lucros obtidos em cima dos mesmos fazia parte da dinâmica da ordem capitalista. Assim era também com a habitação como já havia sido colocado por Engels em sua obra “Sobre a questão da moradia”, em que

As condições de habitação dos trabalhadores foram examinadas e houve tentativas de corrigir as anomalias mais gritantes. Principalmente na Inglaterra, onde se localizava a maioria das grandes cidades e, por conseguinte, o sapato apertava mais os grandes burgueses, houve uma atividade considerável; comissões governamentais foram nomeadas para examinar as condições sanitárias da classe trabalhadora; os relatórios, que se distinguiam honrosamente de todas as fontes documentais do continente por sua exatidão, completude e imparcialidade, forneceram as bases para novas leis que permitiram uma intervenção mais ou menos incisiva. Por mais imperfeitas que sejam essas leis, elas ultrapassam infinitamente tudo o que foi até agora no continente nesse sentido. E, não obstante, é a ordem social capitalista que gera reiteradamente as más condições que pretende sanar, e faz isso com tal necessidade que nem mesmo na Inglaterra a cura logrou avançar um passo que seja (ENGELS, 2015, p. 66).

Segundo o autor, como havia uma classe despossuída que não tinha nada para vender a não ser a sua força de trabalho para os capitalistas industriais, a tarefa da burguesia para resolver a questão da moradia era de uma essência do socialismo burguês, iniciando assim alguns questionamentos e apontamentos:

Ora, de onde vem a escassez de moradia? Como surgiu? [...] ela é um produto necessário da forma burguesa da sociedade; que sem escassez de moradia não há como subsistir uma sociedade na qual a grande massa trabalhadora depende exclusivamente do salário e, portanto, da soma de mantimentos necessária para garantir sua existência e reprodução; na qual melhoramentos contínuos da maquinaria etc. deixam massas de trabalhadores desocupados, por um lado, e, por outro, jogam temporariamente na rua uma grande massa de trabalhadores; na qual grandes massas de trabalhadores são concentradas nas metrópoles, e isso mais rapidamente do que, nas condições vigentes, surgem moradias para eles; na qual, portanto, encontram-se necessariamente locatários até para os chiqueiros mais infames; na qual, por fim, o dono da casa, na qualidade de capitalista, tem não só o direito, mas também e certo modo, em virtude da concorrência, o dever de obter por sua casa, sem nenhum escrúpulo, os

²¹A construção barata era uma exigência intrínseca ao negócio, pois os níveis de remuneração dos trabalhadores não permitiam aluguéis elevados. Os cortiços e as casas coletivas eram, portanto, essenciais para a reprodução da força de trabalho e baixos custos e, enquanto tal, não podiam ser reprimidos e demolidos na escala prevista pela lei desejada pelos higienistas. Esse conflito entre a legislação e a realidade, que nunca desapareceu, decorria do processo de exploração da força de trabalho e permeou a produção de moradias populares em São Paulo (BONDUKI, 1955, p. 39).

aluguéis mais altos possíveis. Numa sociedade desse tipo, a escassez de moradia é um acaso; é uma instituição necessária, que só pode ser eliminada, com repercussões sobre saúde etc., quando a ordem social da qual ela se origina for revolucionada desde a base. Mas o socialismo burguês não pode saber disso. Não lhe é permitido explicar a escassez de moradia a partir das condições vigentes. Não lhe resta outro recurso, portanto, a não ser explicá-la com fraseados morais a partir da maldade humana, a partir do pecado original, por assim dizer (ENGELS, 2015, p. 71).

Segundo Engels (2015), a burguesia resolve a questão da moradia cheia de boas intenções, do contrário ela não poderia tentar solucionar o problema acreditando que o trabalhador se tornaria capitalista a partir do momento e que consegue aquisição de sua casa própria. O próprio fato de morar na casa já impede que a casa se torne capital, “[...] do mesmo modo que um casaco deixa de ser capital no momento em que eu compro do alfaiate e o visto” (ENGELS, 2015, p. 77).

Porém, todas as soluções propostas pela burguesia para solucionar o problema habitacional ficaram no plano do ideal e fracassou. A solução para resolver a questão da moradia tem um ponto central: o modo de produção capitalista, uma vez que “A questão da moradia só poderá ser resolvida quando a sociedade tiver sido revolucionada a ponto de poder se dedicar à supressão da oposição entre cidade e campo, levada ao extremo pela atual sociedade capitalista” (ENGELS, 2015, p. 80).

Não adianta os empregadores ajudarem os trabalhadores a conseguir comprar ou construir suas moradias, o que Engels chama atenção é que a questão da moradia – que leva a questão social – deve começar a ser resolvida pela questão social, ou seja, “[...] pela abolição do modo de produção capitalista que se viabiliza concomitantemente a solução da questão da moradia” (ENGELS, 2015, p. 80).

É nesse mesmo sentido que também está colocado o direito à cidade – onde a moradia constitui parte essencial – para os trabalhadores que foram desde sempre segregados e isolados, em péssimas condições de vida seja na Europa ou no caso da realidade brasileira.

Isso porque a moradia ou as garantias fundamentais do direito à cidade não é só uma questão de necessidade – por parte dos trabalhadores-, mas a sua negação faz parte da lógica capitalista, não só atualmente, como forma de especulação e logo de rentabilidade aos grandes empresários. Inúmeros são os exemplos já citados sobre as péssimas condições em que viveram os trabalhadores diante das mais precárias

e miseráveis situações. Por isso,

O que provam todos esses exemplos? Simplesmente que a instalação de moradias para trabalhadores é capitalisticamente rentável, mesmo quando não se pisa em cima de todas as leis sanitárias. Isso, no entanto, nunca foi contestado; há muito que todos sabemos disso. *Todo e qualquer* investimento de capital que satisfaça uma necessidade é rentável quando gerido de maneira racional. A pergunta é justamente esta: por que, *apesar disso*, perdura a escassez de moradia? Por que, apesar disso, os capitalistas não fornecem moradias saudáveis em número suficiente para os trabalhadores (ENGELS, 2015, p. 90).

A resposta para esses questionamentos é apenas uma: o capital. Mesmo que se possa eliminar o problema a moradia ele não o fará, pois “[...] os capitalistas não *querem* e os trabalhadores não *podem*” (ENGELS, 2015, p. 92).

Diante disso, buscaremos apontar no próximo item algumas questões relacionadas a habitação e ao direito à cidade, levando em consideração esse contexto histórico explicitado, porém procurando entender suas determinações no capitalismo contemporâneo.

2.2 O direito à cidade e o capitalismo contemporâneo

A moradia é especial e diferente de outros bens produzidos pelo sistema capitalista, pois está ligada a terra. A cada moradia construída há um pedaço de terra para sua realização, entretanto essa terra é uma parte urbanizada, exigindo rede de água, energia, esgoto, acesso a serviços e equipamentos, ou seja, cada unidade habitacional produzida exige também um pedaço da cidade. Porém, antes de entrarmos nessa questão no plano atual, analisaremos o que Lefebvre nos coloca sobre a cidade.

Lefebvre, em seus estudos sobre a cidade, busca realizar uma análise da cidade à luz da sociedade urbana, dessa forma pontua:

Aqui, reservaremos o termo "sociedade urbana" à sociedade que nasce da industrialização. Essas palavras designam, portanto, a sociedade constituída por esse processo que domina e absorve a produção agrícola. Essa sociedade só pode ser concebida ao final de um processo no curso do qual explodem as antigas formas urbanas, herdadas de transformações descontínuas (LEFEBVRE, 1999, p. 15);

Segundo o autor, “Para denominar a sociedade pós-industrial, ou seja, aquela que nasce da industrialização e a sucede, propomos aqui este conceito: sociedade urbana, que designa, mais que um fato consumado, a tendência, a orientação, a

virtualidade” (LEFEBVRE, 1999, p. 16). A sociedade urbana nasce e se desenvolve diante de um processo em que

Crescimento econômico, industrialização, tomados ao mesmo tempo causas e razões supremas, estendem suas consequências ao conjunto dos territórios, regiões, nações, continentes. Resultado: o agrupamento tradicional próprio a vida camponesa, a saber, a aldeia transforma-se; unidades mais vastas o absorvem ou o recobrem; ele se integra à indústria e ao consumo dos produtos dessa indústria. A concentração da população acompanha a dos meios de produção. O tecido urbano prolifera, estende-se, corrói os resíduos de vida agrária (LEFEBVRE, 1999, p. 17);

Para o autor "o tecido urbano" não se designa o domínio edificado nas cidades, mas o conjunto das manifestações do predomínio da cidade sobre o campo. O processo global – industrialização e/ou urbanização – continua a se desenvolver as cidades explodem e dão lugar aos subúrbios, conjuntos residenciais, entre outros e as pequenas e médias cidades vão se tornando dependências da metrópole (LEFEBVRE, 1999).

Lefebvre acredita que a sociedade urbana está em gestação, por isso ele trata esse processo denominando-o como “Revolução Urbana”, ou seja, o conjunto de transformações da sociedade contemporânea onde predominam o crescimento e a industrialização, no qual a o problema urbano prevalecerá e a busca por soluções em relação ao mesmo passará ao primeiro plano (LEFEBVRE, 1999)

Na relação entre cidade e campo, o campo acabou se tornando a “circuvizinhança” da cidade, seu horizonte, seu limite. Se produzia para a cidade, para o mercado urbano. Porém, existe um momento crucial em que o campo se afasta da cidade, instala-se a realidade urbana e, “a sociedade não coincide mais com o campo. Não coincide mais com a cité. O estado os subjuga, os reúne na sua hegemonia [...] (LEFEBVRE, 1999, p.24).

Se antes da industrialização tínhamos o urbano, hoje teríamos o urbanismo, ocorrendo uma modificação e

Essa inversão de sentido não pode ser dissociada do crescimento do capital comercial, da existência do mercado. É a cidade comercial, implantada na cidade política, mas prosseguindo sua marcha ascendente, que a explica. Ela precede um pouco a emergência do capital industrial e, por conseguinte, a da *cidade industrial*. Este conceito merece um comentário. A indústria estaria vinculada à cidade? Ela estaria, antes de mais nada, ligada a *não-cidade*, ausência ou ruptura da realidade urbana. Sabe-se que inicialmente a indústria se implanta - como se diz - próximas as fontes de energia (carvão, água), das matérias-primas (metais, têxteis),

das reservas de mão de obra, mantida a baixo preço. Logo, ela pode se implantar em qualquer lugar, mas cedo ou tarde alcança as cidades peexistentes, ou constitui cidades novas, deixando-as em seguida, se para empresa industrial há algum interesse nesse afastamento. Assim como a *cit * política resistiu durante longo tempo   a o conquistadora, meio pacífica, meio violenta, dos comerciantes, da troca e do dinheiro, a cidade política e comercial se defendeu contra o domínio da indústria nascente, contra o capital industrial e o capitalismo *tout court*. Por que meios? Pelo corporativismo, a imobiliza o das rela oes (LEFEBVRE, 1955, p.25).

O urbanismo e a indústria vêm a desenvolver, na verdade, a não-cidade. A nega o desse espaço que outrora foi constituído por suas características, resistiu e lutou para permanecer. Contudo, “[...] a não-cidade e a anticidade v o conquistar a cidade, penetr -la, fazê-la explodir, e com isso estendê-la desmesuradamente, levando   urbaniza o da sociedade, ao tecido urbano recobrando as remanescências da cidade anterior   indústria” (LEFEBVRE, 1999, p.25).

A realidade urbana perde os traços que anteriormente lhe atribuía, isto  , “[...] totalidade orgânica, sentido de pertencer, imagem enaltecedora, espaço demarcado e dominado pelos esplendores monumentais” (LEFEBVRE, 1999, p. 26). Sendo assim, cabe demarcar ainda que, segundo Lefebvre (1999), nem mesmo os termos descritivos implosão-explosão (metáfora emprestada da física nuclear), ou seja, a enorme concentra o - de pessoas, de atividades, de riquezas, de coisas e de objetos, de instrumentos, de meios e de pensamento - na realidade urbana, e a imensa explosão, a proje o de fragmentos múltiplos e disjuntos - periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc. - d  conta da realidade urbana e do seu processo histórico, pois ela vai além dessas questões.

A problemática urbana impõe-se   escala mundial. Pode-se definir a realidade urbana como uma “superestrutura”, na superfície da estrutura econômica, capitalista ou socialista? Como uma modesta realidade, marginal em rela o   produ o? Não! A realidade urbana modifica as rela oes de produ o, sem, alças, ser suficiente para transformá-las. Ela torna-se força produtiva, como a ciência. O espaço e a política “exprimem” as rela oes sociais, mas reagem sobre elas (LEFEBVRE, 1999, p. 26).

A rua, a casa, as calçadas como eram antes foram deixando de existir, por sua vez a cidade foi cada vez mais reduzida e as consequências foi ver a extin o da vida. A rua passou a ser o lugar da mercadoria e “Nela, mais que noutros lugares, a troca e o valor de troca prevalecem sobre o uso, até reduzi-lo a um resíduo” (LEFEBVRE, 1999, p. 30). Segundo autor, a rua da cidade agora

Trata-se de uma aparência caricata de apropria o e de reapropria o do espaço que o poder autoriza quando permite a realiza o de eventos nas

ruas: carnaval, bailes, festivais folclóricos. Quanto à verdadeira apropriação, a da "manifestação" efetiva, é combatida pelas forças repressivas, que comandam o silêncio e o esquecimento (LEFEBVRE, 1999, p. 31).

E assim veio a ocorrer a revolução urbana. Que vai negar as ruas, a cidade, os lugares na sua totalidade. O espaço foi e continua sendo dominado pela indústria, urbanismo, pelos lucros do capital. E esse capital – que se reproduziu, se readaptou, se reconfigurou - vai negar cada parte da cidade, do direito de ir e vir, do que se alimentar, onde andar, como se movimentar...como viver! E se viver, viverá a partir do que ele permitir e não dos desejos e das vontades em comum, mas pela vida que o capital – dentro dos seus moldes- irá oferecer.

[...] basta abrir os olhos para compreender a vida cotidiana daquele que corre de sua moradia para estação próxima ou distante, para o metrô super lotado, para o escritório ou para a fábrica, para retomar à tarde o mesmo caminho e votar para casa a fim de recuperar as forças para recomeçar tudo no dia seguinte. O quadro dessa miséria generalizada não poderia deixar de se fazer acompanhar pelo quadro das "satisfações" que a dissimulam e que tornam os meios de eludi-la e de evadir-se dela (LEFEBVRE, 2016, p.118).

Em sua obra “O direito à cidade” Lefebvre discorre sobre a temática da cidade na sociedade urbana. Ao tratar da cidade no seu modo mais subjetivo – sem desconsiderar o objetivo – ele pontua o que considera como cidade e o que seria a verdadeira cidade. E para refletir e entender a cidade questiona: “As necessidades urbanas específicas não seriam necessidades de lugares qualificados, lugares de simultaneidade e de encontros, lugares onde a troca não seria tomada pelo valor de troca, pelo comércio e pelo lucro? [...]” (LEFEBVRE, 2016, p.106).

Segundo Lefebvre (2016), a cidade que foi historicamente formada já não vive mais, pois não é apreendida na sua prática. A cidade se tornou nada mais que um objeto de consumo para o turismo e para o estetismo e “Mesmo para aqueles que procuram compreendê-la calorosamente, a cidade está morta. No entanto “o urbano” persiste, no estado de atualidade dispersa e alienada, de embrião, de virtualidade” (LEFEBVRE, 2016, p.106).

E nessa relação entre o urbano, como processo de transformação social, e a formação das grandes cidades que se inverte aquilo que realmente era a cidade e o que hoje estamos denominando como cidade. A cidade existia, tinha suas formas e características, mas o fenômeno urbano vem “reinventar” e transformar a cidade, gerando a sociedade urbana, juntamente com a formação das grandes cidades

capitalistas. A cidade não mais é entendida como obra e sim como produto.

Portanto, é na direção de um novo humanismo que devemos tender e pelo qual devemos nos esforçar, isto na direção de uma nova práxis e de um outro homem, o homem da sociedade urbana. E isto, escapando os mitos que ameaçam essa vontade, destruindo as ideologias que desviam esse projeto e as estratégias que afastam esse trajeto. A vida urbana ainda não começou. Estamos acabando hoje o inventário dos restos de uma sociedade milenar na qual o campo dominou a cidade, cujas idéias e “valores”, tabus e prescrições eram em grande parte de origem agrária, de predomínio rural e “natural”. Esporádicas cidades apenas emergiam do oceano do campo, A sociedade rural era (ainda é) a da não abundância, da penúria, da privação aceita ou repudiada, das proibições que dispunham e regularizavam as privações. A sociedade rural foi aliás a sociedade da Festa, mas este aspecto, o melhor deles, não foi retido, e é ele que é preciso ressuscitar e não os mitos e os limites! Observação decisiva: a crise da cidade tradicional acompanha a crise mundial da civilização agrária, igualmente tradicional. Caminham juntas e mesmo coincidem. Cabe a “nós” resolver essa dupla crise, notadamente ao criar com a nova cidade a nova vida na cidade (LEFEBVRE, 2016, p.108).

O domínio da cidade sobre o campo trouxe novas lógicas e configurações, modificou a cidade ou fez novas e grandes cidades, porém esse “novo” não se fez acompanhar da vida nova na cidade²². Segundo Lefebvre (2016, p. 112), “A ciência histórica da cidade exige um período histórico para se construir e para orientar a prática social”. Nesse sentido, retoma o papel da cidade

[...] que a cidade torne a ser o que foi: ato e obra de um pensamento complexo, quem não desejaria isso? Mas assim nos mantemos ao nível dos votos e das aspirações e não se determina uma *estratégia urbana*. Esta não pode deixar de levar em conta, de um lado, as estratégias existentes e, por outro lado, os conhecimentos adquiridos: ciência da cidade, conhecimento que tende para planificação do crescimento e para o domínio do desenvolvimento [...] (LEFEBVRE, 2016, p.112).

Segundo o autor são os grupos, classes ou frações de classes sociais que podem se encarregar das mudanças necessárias para solucionar os problemas urbanos e, somente assim a cidade poderá se renovar e se tornar obra. Para tanto, inicialmente é preciso “desfazer estratégias e as ideologias dominantes na sociedade atual” (LEFEBVRE, 2016, p.113)²³.

²²A teoria que se poderia legitimamente chamar de “urbanismo”, que se reuniria às significações da velha prática chamada “habitar” (isto é, o humano), que acrescentaria a esses fatos parciais uma teoria geral dos *tempos-espacos* urbanos, que indicaria uma nova prática decorrente dessa elaboração, este urbanismo existe virtualmente. Só pode ser concebido enquanto implicação prática de uma teoria completa da cidade e do urbano, que supera as cisões e separações atuais. Especialmente a cisão entre a filosofia da cidade e ciência (ou ciências) da cidade, entre parcial e global. Neste trajeto podem figurar os projetos urbanísticos atuais, mas apenas através de uma crítica sem fraquezas de suas implicações ideológicas e estratégicas (LEFEBVRE, 2016, p.111).

²³Num período em que os ideólogos discorrem abundantemente sobre as estruturas, a desestruturação da cidade manifesta a profundidade dos fenômenos de desintegração (social,

Falar do direito à cidade é compatível com os direitos da vida, no âmbito das relações e reproduções sociais

[...] No seio dos efeitos sociais, devidos à pressão das massas, o individual não morre e se afirma. Surgem *direitos*; estes entram para o costume ou em prescrições mais ou menos seguidas por atos, e sabe-se bem como esses "direitos" concretos vêm completar os direitos abstratos do homem e do cidadão inscritos no frontão dos edifícios pela democracia quando de seus primórdios revolucionários: direitos das idades e dos sexos (a mulher, a criança, o velho), direito das condições (o proletário, o camponês), direitos à instrução e a educação, direito ao trabalho, à cultura, ao repouso, à saúde, à habitação. Apesar, ou através das gigantescas destruições, das guerras mundiais, das ameaças, do terror nuclear. A pressão da classe operária foi e continua a ser necessária (mas não suficiente) para o reconhecimento desses direitos, para a sua entrada para os costumes, para sua inscrição nos códigos, ainda bem incompletos (LEFEBVRE, 2016, p.117).

Diante desse direito, o direito à cidade passa a ser uma exigência – o retorno para o coração da cidade tradicional -, uma reivindicação da natureza e o desejo de poder aproveitar dela, porém esse direito caminha lentamente. A cidade, a vida urbana aliena, paralisa, perde o sentido, por isso

O *direito à cidade* não pode ser concebido como um simples direito de visita ou de retorno às cidades tradicionais. Só pode ser formulado como *direito à vida urbana*, transformada, renovada. Pouco importa que o tecido urbano encerre em si o campo e aquilo que sobrevive da vida camponesa conquanto que "o urbano", lugar de encontro, prioridade do valor de uso, inscrição no espaço de um tempo promovido à posição de supremo bem entre os bens, encontre sua base morfológica, sua realização prático-sensível [...] (LEFEBVRE, 2016, p.118);

Harvey (2008) ao enunciar sobre o direito à cidade, procura tratá-lo como um tipo de direito humano e, nessa direção, ele compartilha da ideia de Robert Park, pois para ele o homem ao construir a cidade pode reconstruir a si mesmo. Portanto,

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como

cultural). Esta sociedade, considerada globalmente, descobre que é lacunar. Entre os subsistemas e as estruturas consolidadas por diversos meios (coação, terror, persuasão ideológica) existem buracos, as vezes abismos. Esses vazios não provêm do acaso. São também os lugares do possível, elementos flutuantes ou dispersos, mas não a força capaz de os reunir. Mais ainda: as ações estruturantes e o poder do vazio social tendem a impedir e ação e a simples presença de semelhante força. As instâncias do possível só podem ser realizadas no decorrer de uma metamorfose radical (LEFEBVRE, 2016, p.115).

procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos (HARVEY, 2008, p.74).

O problema é que com o desenvolvimento do capitalismo e da urbanização esse direito foi distanciado da esfera do real. Nunca foi preocupação do capitalismo construir uma cidade que atendesse aos interesses das pessoas, mas o seu próprio interesse, ou seja, a acumulação do capital. Essa acumulação faz com que os capitalistas busquem novos meios de produção e recursos naturais, explorem terrenos para extração de matéria-prima para que possam alavancar seus empreendimentos (HARVEY, 2008).

As revoluções urbanas demonstram claramente como esse processo funcionou, pois transformou não apenas a infraestrutura das cidades, mas o modo de vida pessoal e urbana. Além disso, o consumo se tornou o principal foco das cidades, por exemplo, “Paris se tornou “cidade das luzes”, o grande centro de consumo, turismo e prazer [...]a indústria da moda e as grandes exposições mudaram o modo de vida para que pudesse absorver vastos excedentes através do consumismo” (HARVEY, 2008, p.76). Harvey (2008) sinaliza que foi nesse contexto que Henri Lefebvre em “A revolução urbana” previa que a urbanização era central para a sobrevivência do capitalismo, destinada a ser o foco decisivo das lutas políticas de classe.

E mesmo passado anos diante de todos esses acontecimentos históricos que modificaram a estrutura das sociedades e a lógica de vida das pessoas, podemos avançar na conjuntura atual para entender o papel que cumpre fortemente a urbanização frente ao capitalismo. Diante das crises do capitalismo, o setor habitacional vem sendo um importante estabilizador econômico, como no final da década de 1990 numa das maiores potências mundiais como os EUA

O mercado imobiliário absorveu uma quantia considerável de capital excedente através da construção de centros urbanos, residências de subúrbio e escritórios, enquanto a inflação dos preços dos ativos habitacionais – puxados por uma pródiga onda de refinanciamento a taxas de juros mais baixas da história – impulsionava o mercado interno dos EUA. A expansão urbana estadunidense estabilizou parcialmente a economia global na medida em que os EUA administravam um enorme déficit comercial com o resto do mundo, ao tomar de empréstimo cerca de US\$ 2 bilhões ao dia para dar alento ao seu consumismo e às guerras no Afeganistão e no Iraque (HARVEY, 2008, p. 79).

Porém, esse processo ocorrido no EUA, tomou uma proporção muito maior, onde o incremento do mercado imobiliário veio a acontecer em outros países, como Grã-

Bretanha, Espanha, entre tantos outros. No Brasil não foi diferente, pois a crise mundial também teve seus rebatimentos no nosso país e foi baseado na mesma lógica de financeirização dominante em outros lugares do mundo.

Para Harvey, o momento atual exige “[...] uma completa reconsideração” de como opera o mercado de capital e de dinheiro, incluindo sua relação com a urbanização” (HARVEY, 2008, p. 80).

Como em todas as fases precedentes, esta expansão mais recente do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida. A qualidade de vida urbana tornou-se uma mercadoria, assim como a própria cidade, num mundo onde o consumismo, o turismo e a indústria da cultura e do conhecimento se tornaram os principais aspectos da economia política urbana. A tendência pós-moderna de encorajar a formação de nichos de mercado – tanto hábitos de consumo quanto formas culturais – envolve a experiência urbana contemporânea com uma aura de liberdade de escolha, desde que se tenha dinheiro. Centros comerciais, galerias e pequenos comércios proliferam, como *fast-food* e mercados locais de artesanato. Temos agora, como coloca a socióloga Sharon Zukin², “a pacificação pelo cappuccino”. Ainda que incoerente, o desenvolvimento de subúrbios monótonos e tranquilos que continuam a dominar em muitas regiões, agora encontra seu antídoto em um movimento de “novo urbanismo” que mobiliza o comércio da comunidade e os estilos de vida para satisfazer os sonhos urbanos (HARVEY, 2008, p. 81)

Os resultados sobre as formas espaciais das cidades são corrosivos

[...] que consistem progressivamente em fragmentos fortificados, comunidades fechadas e espaços públicos privatizados mantidos sob constante vigilância. No desenvolvimento mundial, a cidade está se dividindo em diferentes partes separadas, com aparente formação de muitos “microestados”. Vizinhanças riquíssimas providas com todos os tipos de serviços, como escolas exclusivas, campos de golfe, quadra de tênis e patrulhamento privado da área em torno; área de medidores entrelaçados com instalação ilegal onde a água é disponível apenas em fontes públicas, sem sistema de saneamento, a eletricidade é pirateada por poucos privilegiados, as estradas se tornam lamaçal sempre que chove e onde as casas compartilhadas é a norma (HARVEY, 2008, p. 81)

Essas transformações urbanas provocam a exclusão, como dito acima. Essa exclusão tem uma dimensão de classe, uma vez que o pobre foi e é sempre o primeiro a sofrer as consequências desses processos (HARVEY, 2008). Exemplo dessa exclusão, já citada, nos remete ao problema da moradia e que até hoje continua sendo uma questão a ser resolvida, pois ela se repete na história da sociedade.

A urbanização, podemos concluir, desempenhou um papel decisivo na absorção de capitais excedentes, em escala geográfica sempre crescente, mas ao preço do explosivo processo de destruição criativa que tem desapropriado as massas de qualquer direito à cidade (HARVEY, 2008, p.

85)

Isso porque “Progressivamente vemos o direito à cidade cair em mãos privadas ou interesse quase privados” (HARVEY, 2008, p.86), negando o direito à vida, habitação e toda e qualquer forma de direito que se poderia existir nas cidades. Mesmo existindo diversos movimentos sociais urbanos em vários países, “O direito à cidade, como ele está constituído agora, está extremamente confinado, restrito na maioria dos casos à pequena elite política e econômica, que está em posição de moldar as cidades cada vez mais ao seu gosto” (HARVEY, 2008, p. 87).

A crise urbana que afeta hoje a sociedade não é priorizada a fim de atender única e exclusivamente as necessidades do capitalismo. Para Harvey, nesse momento a luta contra o capital financeiro é global.

Portanto, seguiremos para o próximo item objetivando explicitar um pouco dessa relação do direito à cidade no capitalismo contemporâneo e a produção do espaço que é determinada por essa lógica.

2.3 O espaço e a cidade

Primeiramente, trataremos aqui da relação entre espaço e cidade, pois é impossível separar a produção social do espaço da produção social da cidade. A forma como é produzido socialmente o espaço – capitalista – impacta diretamente na produção de uma parte que seria a cidade, também produzida desde o início da formação das grandes cidades, a partir do pensamento do capital. Logo, podemos entender sua inter-relação para compreensão da produção da moradia no espaço da cidade.

Hoje a principal crítica em relação a cidade é a sua negação. De todos os lados: violência, ausência de direitos, um lugar que se limita como o nosso lugar, que nos aprisionam, mas da total abertura para apropriação do capital. Conforme Carlos (2004) é preciso pensar a construção de uma teoria da prática sócio-espacial na cidade, a fim de entender sua totalidade, pois “Tal perspectiva ilumina a armadilha da redução do sentido da cidade àquela de condição da reprodução do capital ou da dominação do Estado, ambas esvaziadas do sentido da vida humana” (CARLOS, 2004, p. 17).

Porém, essa tarefa não se apresenta facilmente e nem no imediato, uma vez que “Esse acúmulo de conhecimento nos apresenta a cidade como obra da civilização, bem como lugar de possibilidades sempre ampliadas para a realização da vida humana” (CARLOS, 2004, p. 17). Assim como Lefebvre já havia esclarecido, a cidade é obra e produto da sociedade, para tanto ela se esvaziou do seu sentido primordial, no qual agora é necessário repensar a idéia de uma prática sócio-espacial

[...] a idéia de cidade como construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. Expressão e significação da vida humana, a cidade a revela ao longo da história, como obra e produto que se efetiva como realidade espacial concreta em um movimento cumulativo, incorporando ações passadas ao mesmo tempo em que aponta as possibilidades futuras que se tecem no presente da vida cotidiana. Assim, o sentido e a finalidade da cidade (enquanto construção histórica) diz respeito à produção do homem e à realização da vida humana, de modo que, se a construção da problemática urbana se realiza no plano teórico, a produção da cidade e do urbano se coloca no plano da prática sócio-espacial, evidenciando a vida na cidade. Isto porque a sociedade constrói um mundo objetivo através da prática sócio-espacial, demonstrando em suas contradições um movimento que aponta um processo em curso, o qual tem sua base no processo de reprodução das relações sociais — realizando-se enquanto relação espaço-temporal (p. 19).

Segundo Carlos (2004), para entender a cidade – enquanto produto, condição e meio para a reprodução das relações sociais – é preciso compreender o processo em movimento a partir de três planos

[...] **o econômico** (a cidade produzida como condição de realização da produção do capital - convém não esquecer que a reprodução das frações de capital se realizam através da produção do espaço), **o político** (a cidade produzida como espaço de dominação pelo Estado na medida em que este domina a sociedade através da produção de um espaço normatizado); e **o social** (a cidade produzida como prática sócio-espacial, isto é, elemento central da reprodução da vida humana). Esses três planos revelam dimensões, como aquelas de local e global; tendo como pano de fundo o processo de mundialização da sociedade, enquanto constituição da sociedade urbana / espaço mundial. (CARLOS, 2004, p. 20).

Nesse sentido, faz-se necessário para uma leitura da cidade, considerar o fato de que o capitalismo se expandiu, dominou o mundo e redefiniu/remodelou a cidade e assim constituiu “[...] novas centralidades, de sua explosão, da extensão das periferias e da reprodução do espaço em um outro patamar” (CARLOS, 2004, p. 21).

A análise do espaço da cidade precisa ser entendida na sua totalidade, para tanto a

produção e a reprodução tornam-se categorias centrais já que entender a cidade “[...] indica uma prática social de conjunto espacializada, produtora de um espaço onde o uso se revela como modo da reprodução da vida, através dos **modos de apropriação do espaço** o que coloca a noção de reprodução no centro da análise” (CARLOS, 2004, p. 21)

A questão é como essas relações de produção e reprodução impactam, destroem e modificam a forma de viver dos sujeitos. O capital se apropria de tal forma dessas relações no espaço que produz espaços de acumulação, como por exemplo, nas metrópoles quando

[...] se evidencia sob a forma de possibilidade de realização do capital financeiro que produz um “novo espaço”, composto pelos edifícios voltados aos serviços modernos, ou ainda quando a produção de espaços de lazer que acompanham a produção destes edifícios se faz a partir da destruição de bairros inteiros, tanto morfológicamente como com a expulsão de parte dos antigos moradores, “apagando os rastros da produção anterior”, [...] (CARLOS, 2004, p. 25).

Conforme Carlos (2004, p. 26), “Na prática sócio-espacial, esse mundo se revela em suas contradições e no caso do Brasil, tais contradições são vividas de forma mais aguda e profunda”. Isso vai alterando os modos de vida, destruindo as referências, identidades, enquanto a cidade vai se reproduzindo na lógica do capital. Temos assim a produção alienada da cidade, que não mais é a cidade como obra e como transformação da vida e realidade. Ou seja,

No plano do lugar, a contradição entre o processo de produção social do espaço e sua apropriação privada afeta a vida cotidiana, porque em uma sociedade fundada na troca, a apropriação do espaço – ele próprio produzido enquanto mercadoria - liga-se, cada vez mais à forma mercadoria e conseqüentemente, seu acesso se realiza no mercado imobiliário. Nesta condição, o espaço serve às necessidades da acumulação através das mudanças/readaptações de usos e funções dos lugares e estes por sua vez, também são recriados sob a lei do reprodutível, a partir de estratégias do desenvolvimento do capitalismo que se estende cada vez mais ao espaço global, criando novos setores de atividade como extensão das atividades produtivas (CARLOS, 2004, p. 26).

A produção do espaço como mercadoria entra na lógica do seu valor de troca e não mais do seu valor de uso e assim vai “ordenando e direcionando a ocupação através da fragmentação dos espaços a partir de operações que se realizam no mercado. Deste modo o espaço é produzido e reproduzido enquanto mercadoria reprodutível” (CARLOS, 2004, p. 26). Em resumo:

É nesta dimensão que a vida se transforma, na transformação dos lugares da vida. É neste plano que a norma se impõe e que o estado domina a sociedade organizando e normatizando os usos, através dos interditos e da norma. É neste plano que as lutas se realizam. E neste plano as contradições aparecem com força revelando o caminho e o sentido da reprodução da cidade. É neste plano que o espaço é vivido e percebido como fragmento. É por isso que a caracterização no mundo moderno, lido através da cidade, como aquele da Vitória do valor de troca sobre o valor de uso dá outro sentido ao debate em torno do espaço público, bem como dos modos de apropriação em face da generalização do espaço enquanto mercadoria, com a generalização da propriedade privada do solo urbano, em constituição de um espaço sujeito a dominação do valor da troca pela especulação, pelo investimento de capital. Na contrapartida, o espaço urbano representa antes, de mais nada, um uso, que dizer um valor de uso – o que desmistifica o discurso, tão evidente hoje, que reduz o cidadão à condição de usuário de serviços, num espaço geométrico e visual onde a vida cotidiana é programada pelo consumo manipulado. Aqui o direito à cidade que se refere as possibilidades plenas da apropriação dos espaços para a vida em todas as suas dimensões esvazia-se, pois o “usuário”, é reduzido à passividade e ao silêncio a não ser quando se revolta (CARLOS, 2004, p. 31).

Podemos concluir que o direito à cidade e habitação se constituem como uma mercadoria e também como uma necessidade, porém no segundo caso não seria uma necessidade da sociedade, mas do capital que se apropria do espaço como forma de impor um modelo de direito à cidade e que conseqüentemente atinge também a forma como é garantida a habitação, ou seja, como mercadoria.

Nessa perspectiva, cabe destacar que o direito à cidade não é a mesma coisa que o direito à moradia, mas estão relacionados. Porém, partindo do princípio que o direito à cidade está ligado a forma de viver e transformar a cidade para assim transformar a vida, a moradia se inclui como uma parte da garantia do direito à cidade. Isto é, o direito a habitação digna e, que junto a ela deveria ser garantido outros elementos fundamentais, visando a qualidade de vida. Entretanto na lógica do capitalismo contemporâneo isso se torna um horizonte de lutas, pois requer mudanças e transformações no indivíduo (coletivo), bem como na sociedade, ou seja, outra forma de pensar e entender a cidade, juntamente a moradia, entre outros que se confronta com o capital. Eles são mercadorias necessárias ao capital, por isso não são alcançadas como um direito social.

3 O CASO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (MCMV) FAIXA 1 NO MUNICÍPIO DE VITÓRIA: COMO É VIVER NESTE LUGAR?

Se a urbanização é tão crucial para a história da acumulação do capital, e se as forças do capital e seus inumeráveis aliados devem mobilizar-se sem descanso para revolucionar periodicamente a vida urbana, então uma luta de classes de algum tipo, não importa se explicitamente reconhecida como tal, está inevitavelmente envolvida. Isso é assim porque as forças do capital têm de empregar-se com tenacidade para impor sua vontade em um processo urbano e em populações inteiras que nunca estarão, nem mesmo nas circunstâncias mais favoráveis, sob seu controle total. Segue-se então uma importante política estratégica: em que medida devem as lutas anticapitalistas explicitamente se centrar e organizar no amplo espaço da cidade e do urbano? [...] (HARVEY, 2014, p. 209)

Esse capítulo consiste em uma análise sobre a implementação do Programa Minha Casa Minha Vida – Faixa 1 em Vitória-ES, especificamente, no Residencial Tabuazeiro e sua relação com o direito à cidade. O objetivo é fazer uma reflexão de como o programa MCMV F1 nesta localidade tem se revelado na prática, assim como investigar e melhor dimensionar os pontos discutidos nos capítulos anteriores sobre a questão da moradia e do direito à cidade, tendo por experiência a pesquisa de campo realizada neste estudo.

O Residencial Tabuazeiro é um empreendimento que configura para as pessoas a garantia de um direito social: a moradia. Entretanto, analisamos aqui como esse direito tem sido garantido. Como vimos, o processo histórico de industrialização e urbanização, no Brasil e no mundo, foi marcado por problemas relacionados à constituição da formação das grandes cidades. Com isso, o problema habitacional, gerando toda uma relação entre produção do espaço capitalista, direito à cidade e direito à moradia. No caso brasileiro, conforme mencionado em capítulos anteriores, foram desenvolvidas algumas políticas habitacionais que no decorrer da história se tornou um direito social via Constituição Federal. Assim, analisaremos aqui a garantia do direito social à moradia, fazendo um recorte no programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1 em Vitória/ES.

Dividimos este capítulo em dois subitens. No primeiro momento, faremos alguns apontamentos sobre a cidade de Vitória. Em seguida, trataremos do empreendimento Minha Casa Minha Vida faixa 1 em Vitória/ES, isto é, o Residencial Tabuazeiro e, por fim, uma análise de conteúdo temática da entrevista e dos grupos focais, a partir da pesquisa de campo, onde foram colocadas as principais questões

sobre a temática em discussão.

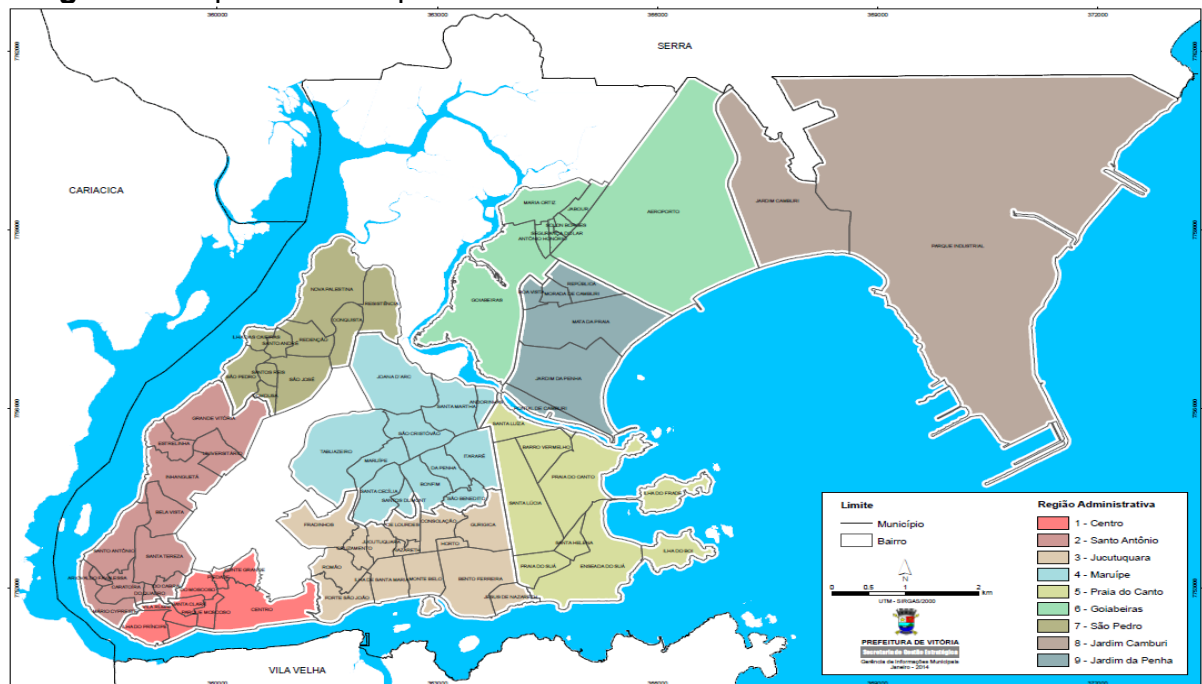
3.1 A cidade de Vitória

A história do município de Vitória e a fundação do Espírito Santo começou 34 anos depois do Brasil ter sido descoberto. Explorando a região, os portugueses buscaram um local mais seguro para se guardarem dos ataques de outros estrangeiros, principalmente de holandeses e franceses (PMV, 2018). Os portugueses seguiram pela baía de Vitória e, contornando a ilha, aportaram em Santo Antônio (PMV, 2018). Segundo informações da Prefeitura Municipal de Vitória, a data de emancipação política do município é 24 de fevereiro de 1823, quando um Decreto-Lei Imperial concedeu Fórum de Cidade a Vitória (PMV, 2018).

Atualmente, “A Ilha de Vitória é formada por um arquipélago composto por 33 ilhas e por uma porção continental, totalizando 93,38 quilômetros quadrados. Sete pontes interligam a Ilha de Vitória ao continente” (PMV, 2018).

Conforme o mapa abaixo, o município de Vitória fica localizado na Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV), no Estado do Espírito Santo.

Imagem 1- Mapa do Município de Vitória



Fonte: Disponível em <
<http://cidades.ibge.gov.br/painel/fotos.php?lang=&codmun=320530&search=||inifogr%E1ficos:-fotos>>.
 Acesso em: 03 de junho de 2017.

A capital do Espírito Santo, com 355.875 habitantes, conforme a estimativa de população do IBGE (2015), é o centro da Região Metropolitana, que congrega mais seis municípios da região metropolitana – Cariacica, Fundão, Guarapari, Serra, Vila Velha e Viana – totalizando uma população estimada em 1,910 milhão. Está localizada na Região Sudeste, próxima dos grandes centros urbanos do país. Limita-se ao Norte com o município da Serra, ao Sul com Vila Velha, a Leste com o Oceano Atlântico e a Oeste com o município de Cariacica. Circundado pela Baía de Vitória e pelo estuário formado pelos rios Santa Maria, Marinho, Bubu e Aribiri, o município apresenta ilhas, encostas, enseadas, mangues e praias, elementos de grande recurso paisagístico (PMV, 2018).

Quanto à evolução urbana de Vitória, a cidade está entre as capitais mais antigas do país. A parte continental da cidade só teve o povoamento iniciado nos anos 1960 do século XX. Até o início do século XX, a ocupação urbana em Vitória não era muito grande entre o período de 1551 a 1900, iniciado com a fundação da Vila, é marcado por uma ocupação urbana pouco considerável, apesar de ser longo (349 anos) (PMV, 2018).

Conforme Campos Júnior (2002) o Espírito Santo passou por fortes transformações na década de 1960 e 1970, principalmente na região da cidade de Vitória que, tornou-se o lugar privilegiado da classe média do estado. No período de 1950 a 1991 o fluxo de populacional vindo do campo para região da Grande Vitória ocorreu por parte dos habitantes do campo que não estavam inseridos da dinâmica de produção do café - na época era a principal atividade econômica no estado - e, nesse movimento, aquelas pessoas de menor poder aquisitivo ocuparam as piores áreas em Vitória (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Além disso, a década de 1950 teve fortes manifestações do capital no Espírito Santo e a década de 1960 foi marcada pela crise desestruturação da produção agrícola - principalmente na baixa produção do café -, fazendo com que os fluxos migratórios do campo para cidade aumentassem, pois, as famílias que trabalhavam na lavoura de café buscaram alternativas de vida nas cidades mais desenvolvidas (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

A ocupação de Vitória ocorre devido a sua posição, pela infraestrutura existente,

pelas novas áreas de expansão e, nessa época Vitória já começa a apresentar os primeiros indícios de especulação imobiliária. Dessa forma "O migrante, pelo baixo nível econômico, procura terras não urbanizadas de baixo custo, na periferia do município, ou invade áreas alagadas ou de morro próximas do centro" (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.15).

Na década de 1970 o processo de migração continua se intensificando na Grande Vitória, fazendo com que houvesse um esforço da economia local na busca de alternativas. Nesse contexto, conforme Campos Júnior (2002), vão se articulando - devido a internacionalização da economia brasileira - grandes projetos industriais na região, como por exemplo, a instalação da Aracruz Celulose, da Samarco Mineração, Siderurgia de Tubarão, além da Companhia Vale do Rio Doce que já exportava minério.

O processo de industrialização provoca mudanças nas relações de produção do campo, assim como em outras capitais brasileiras e, o Espírito Santo entra na dinâmica nacional e internacional do capital, sendo Vitória e a Grande Vitória os principais locais desse processo (CAMPOS JÚNIOR, 2002).

Vitória passa a demandar construções e mais especificamente habitações. Entretanto, afirma Campos Júnior (2002, p. 20)

De forma mais precisa, admitimos que as transformações ocorridas na construção imobiliárias em Vitória não são explicadas apenas pelo grande dinamismo econômico verificado no Espírito Santo durante a década de 70 proveniente de sua inserção na nova dinâmica nacional/internacional, que resultou na produção da cidade, no aumento do seu território e no incremento das migrações, mas fundamentalmente pelas estratégias internas de reprodução do capital na construção civil imobiliária.

Dessa forma e, diante dessas obras, principalmente os aterros, a cidade adquire novas feições e diferentes contornos. São eliminadas praias e enseadas e são ligadas ilhas e afloramentos rochosos, modificando os limites da cidade com o mar (PMV, 2018). Os aterros reconfiguram o tecido urbano e entre 1970 e 1980 são concluídos os aterros que ocasionaram o desaparecimento das praias Comprida, Santa Helena, do Canto e Suá e a incorporação das ilhas do Boi e do Frade ao tecido urbano da cidade. Verifica-se, também, a conclusão do aterro da Ilha do Príncipe com a instalação da nova rodoviária e a construção da segunda ligação da ilha com o continente. São ocupadas as encostas do lado leste do Maciço Central,

ampliando os bairros de Joana D'arc, São Cristóvão, Tabuazeiro – bairro estudado pela presente pesquisa - e Fradinhos. (PMV, 2018).

Na Região de Camburi, o fato importante é a implantação da Siderúrgica de Tubarão (1976) ao lado das instalações portuárias da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje Vale. Nesse período, intensificam-se os problemas de poluição atmosférica da cidade. É interessante comparar a proporção das instalações da CST e CVRD com o restante da área urbana do município (cerca de mais de 1/3 da mancha urbana total). Ainda na Região de Camburi, há a ampliação da Universidade Federal do Espírito Santo, com a construção de novos pavilhões, a abertura do loteamento Mata da Praia e a ocupação de áreas no limite sul do Aeroporto, ao longo da Avenida Adalberto Simão Nader (PMV, 2018).

Os anos de 1990 a 2000 é caracterizado pela urbanização e adensamento dos bairros, restando poucos lotes dentro da cidade para serem ocupados. As áreas vazias dão espaços aos últimos loteamentos de Vitória, como é o caso do Santa Terezinha, localizado próximo a Jardim Camburi. A mancha urbana atinge todos os limites do município. À exceção do Maciço Central, dos topos rochosos dos morros, dos mangues do Lameirão e estuário do rio Santa Maria e da área do Aeroporto, a mancha urbana estende-se em todas as direções. Se não fossem os limites do município com a baía e o oceano, ela ligar-se-ia efetivamente, formando um todo, com as manchas de Vila Velha, Cariacica e Serra - municípios limítrofes (PMV, 2018).

Já no século XXI a cidade é marcada pela verticalização. Durante a primeira década do século XXI (2000-2010), prossegue o adensamento no interior da malha urbana, por meio da ocupação dos lotes vazios e da substituição de edificações baixas por outras verticalizadas, sobretudo nos bairros da região nordeste. Como resultado desse adensamento, a mobilidade urbana passa a ter papel preponderante nas decisões de planejamento (PMV, 2018).

É nesse contexto de transformações que se busca conhecer a realidade de Vitória. Em especial, atualmente buscamos entender o que tange a questão habitacional em Vitória a partir do empreendimento do Residencial Minha Casa Minha Vida Faixa 1. Para além disso, as situações vivenciadas pelos moradores e a realidade desse lugar como garantia de um direito fundamental: a moradia e a relação com a cidade.

3.2 O empreendimento do Residencial Tabuazeiro

O problema habitacional foi se perpetuando ao longo do tempo. Entre muitos desafios e alguns avanços, se constituiu a Política Nacional de Habitação que desde o ano de 2002, durante o primeiro mandato presidencial do Partido dos Trabalhadores (PT), é reconhecida como direito social. Porém, ao tratar da política habitacional na contemporaneidade brasileira, não se pode deixar de levar em consideração o programa Minha Casa Minha Vida, compreendido por nós como um dos maiores programas de acesso à moradia do país²⁴.

O cenário no qual emerge a proposta do programa MCMV ocorre no ano de 2007, quando o PT lança o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) para retomada dos investimentos nas áreas de habitação e saneamento, abandonados há praticamente 25 anos (MARICATO, 2010). Em 2009, ainda no final do segundo mandato do Governo Lula, é implantado o programa MCMV, que teve seu ápice durante o mandato presidencial de Dilma Rousseff.

O Minha Casa Minha Vida consiste em um programa do Governo Federal que busca facilitar o acesso à casa própria para as famílias de baixa renda²⁵. Atualmente, segundo Maricato (2015), o MCMV atua como principal programa habitacional do país²⁶. O programa é dividido por faixas de renda – 1, 2 e 3 –, sendo a faixa 1 a que possui menor renda. Conforme a tabela abaixo, o programa MCMV fica caracterizado da seguinte forma:

²⁴Cabe destacar que quando nos referimos ao programa MCMV como um dos maiores programas habitacionais do país, não estamos mencionando em termos de dados qualitativos, mas sim quantitativos.

²⁵Conforme o Decreto Nº 4.102, de 24 de janeiro de 2002 no seu Art. 3º que diz: Para os efeitos do disposto neste Decreto, é considerada de baixa renda a família que atenda, cumulativamente, aos seguintes requisitos: I – possuir renda mensal per capita máxima equivalente a meio salário mínimo definido pelo Governo Federal; e II – atender a pelo menos uma das seguintes condições cadastrais: a) ser integrante do Cadastramento Único para Programas Sociais do Governo Federal, criado pelo Decreto nº 3.877, de 24 de julho de 2001; ou b) ser beneficiária do programas "Bolsa Escola" ou "Bolsa Alimentação", ou estar cadastrada como potencial beneficiária desses programas. Parágrafo único. Do cálculo da renda familiar mensal serão excluídos os rendimentos provenientes das seguintes origens: I – Bolsa Escola; II – Bolsa Alimentação; III – Erradicação do Trabalho Infantil; IV – Seguro Desemprego; V – Seguro Safra; e VI – Bolsa Qualificação (BRASIL, 2002). Para mais informações consultar: www.minhacasaminhavidabr/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv.

²⁶Durante o governo da presidente Dilma Rousseff, no ano de 2016, vivenciamos um momento político histórico, marcado pelo "impeachment" da ex-presidente que ficou caracterizado como um golpe, no qual Michel Temer – atual presidente – assume a presidência da república com uma postura radical de corte de gastos, retrocessos das políticas e perda da garantia de direitos. Cabe ressaltar que, mesmo diante dessa conjuntura e com muitas limitações, o MCMV é o principal programa de acesso à moradia do país, considerando até o presente momento desse estudo.

Quadro 3 – Características por faixas do programa Minha Casa Minha Vida.

| RENDA FAMILIAR MENSAL | FAIXA DO MCMV | CARACTERÍSTICA |
|-----------------------|---------------|--|
| Até R\$ 1.800,00 | FAIXA 1 | Até 90% de subsídio do valor do imóvel. Pago em até 120 prestações mensais de, no máximo, R\$ 270,00, sem juros. |
| Até R\$ 2.350,00 | FAIXA 1,5 | Até R\$ 45.000,00 de subsídio, com 5% de juros ao ano. |
| Até R\$ 3.600,00 | FAIXA 2 | Até R\$ 27.500,00 de subsídio, com 6% a 7% de juros ao ano |
| Até R\$ 6.500,00 | FAIXA 3 | 8,16% de juros ao ano |

Fonte: Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavid.gov.br/habitacao-cidades/programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

Diante disso, nossa análise terá como foco – como já dito anteriormente – a faixa 1 do programa que em Vitória/ES é o Residencial Tabuazeiro, abrangendo comunidade de Alto Tabuazeiro. Por sua vez, essa região possui uma área de 656.210,27 m² que abriga uma população de 4.785 habitantes distribuídos em 1.327 domicílios (Censo de 1991 e 2000). Localizada na Região da Grande Maruípe é constituída e cercada por Áreas de Proteção Ambiental do Maciço Central. Seu território ainda é composto pelo Parque Natural Municipal de Tabuazeiro e pela porção norte do Parque Natural Municipal da Pedra dos Olhos (localizado em sua totalidade no bairro de Tabuazeiro). Limita-se ao norte com o parque natural municipal Vale do Mulembá/Conquista; ao sul com o parque Natural municipal da Pedra dos Olhos e o bairro Fradinhos; ao leste com a Área de Proteção Ambiental do Maciço Central e o bairro Maruípe; e a oeste com a APA do Maciço Central. Abaixo, segue a imagem com os principais limites geográficos de bairros da região descrita.

Imagem 2 - Limite Geográfico da Região de Tabuazeiro.

Fonte: Disponível em: <<https://bit.ly/2nDG5cF>>. Acesso em: 05 de abril de 2018.

O Residencial Tabuazeiro, que fica localizado nessa região, foi entregue aos moradores no ano de 2013, onde vivem há 5 anos. Abaixo, segue a imagem da entrada do Residencial onde nos debruçamos para entender a realidade em que é garantido o direito à moradia, através do programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, no município de Vitória/ES.

Imagem 3 – Residencial Tabuazeiro.



Fonte: Disponível em:

<https://www.google.com.br/search?q=residencial+tabuazeiro+em+vit%C3%B3ria&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwi7y6TA3bjbAhVJiJAKHQmJDbMQ_AUICygC&biw=1366&bih=662#imgrc=zJLpZiDTmgOeJM:>. Acesso em: 03 de junho de 2018.

No município de Vitória, estado do Espírito Santo, conforme informado pela Gerência de Informação da Secretaria Nacional de Habitação, apenas o residencial Tabuazeiro foi contratado no âmbito da faixa 1 do Programa Minha Casa Minha Vida²⁷. O referido residencial foi operacionalizado no ano de 2010, no qual foram contratadas 128 (cento e vinte e oito) unidades habitacionais ao valor de R\$ 5.368.896,00 (cinco milhões, trezentos e sessenta e oito mil, oitocentos e noventa e seis reais), sendo que todas as unidades já foram entregues, beneficiando 128 famílias.

A partir disso – do empreendimento realizado pelo programa habitacional MCMV Faixa 1 no município de Vitória, as famílias que foram atendidas e onde estão localizadas – buscamos saber se há uma relação entre o acesso à moradia e a garantia do direito à cidade no referido município. Dessa forma, retomamos a nossa

²⁷Informações referentes até a posição de 31 de janeiro de 2017.

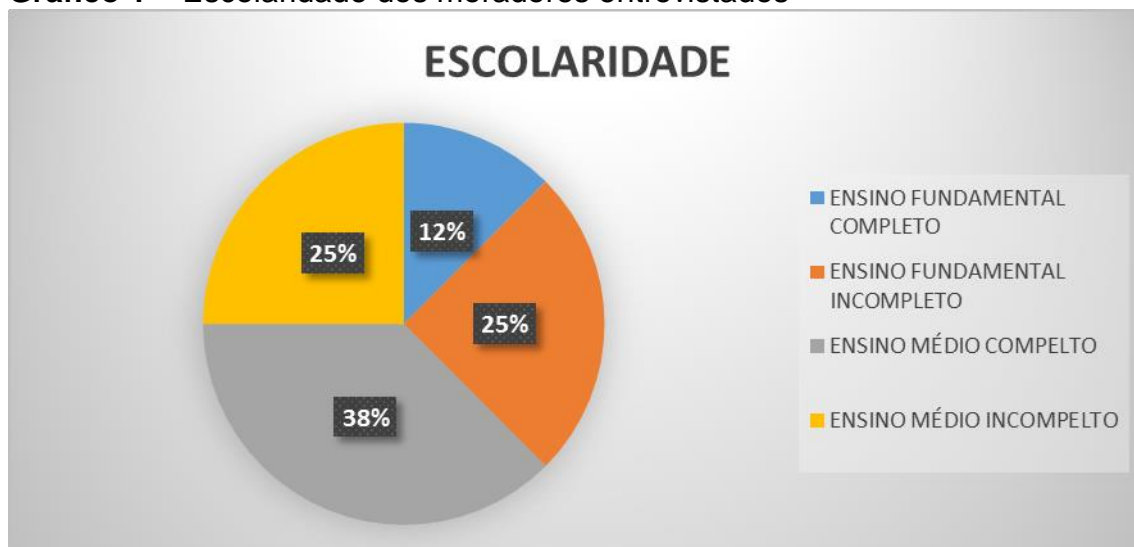
questão de pesquisa inicial: **o Programa Minha Casa Minha Vida faixa 1 no município de Vitória/ES consegue garantir o direito à cidade a partir do acesso à moradia, na perspectiva dos seus usuários?**

Para responder essa questão, foi então realizada a pesquisa de campo que, através do grupo focal, buscou ouvir os moradores, a fim de que eles pudessem descrever melhor a realidade em que vivem e assim chegarmos a análise dos dados.

Para tanto, inicialmente, quanto ao perfil social e econômico, da maioria das pessoas entrevistadas, aproximadamente 81% são mulheres chefes de família (ocupando funções como: do lar, doméstica, auxiliar de serviços gerais, vendedora, cozinheira e garçõnete) e 19% são homens. Do total das pessoas entrevistadas, 68,75% são naturais do Espírito Santo, 12,5% de Minas Gerais e 18,75% da Bahia. A média de idade está entre 30 e 40 anos. Entretanto, destacamos aqui, principalmente, o nível de escolaridade e a renda mensal das pessoas entrevistadas.

O maior nível de escolaridade é o ensino médio completo, conforme apresentado no gráfico que segue:

Gráfico 1 – Escolaridade dos moradores entrevistados



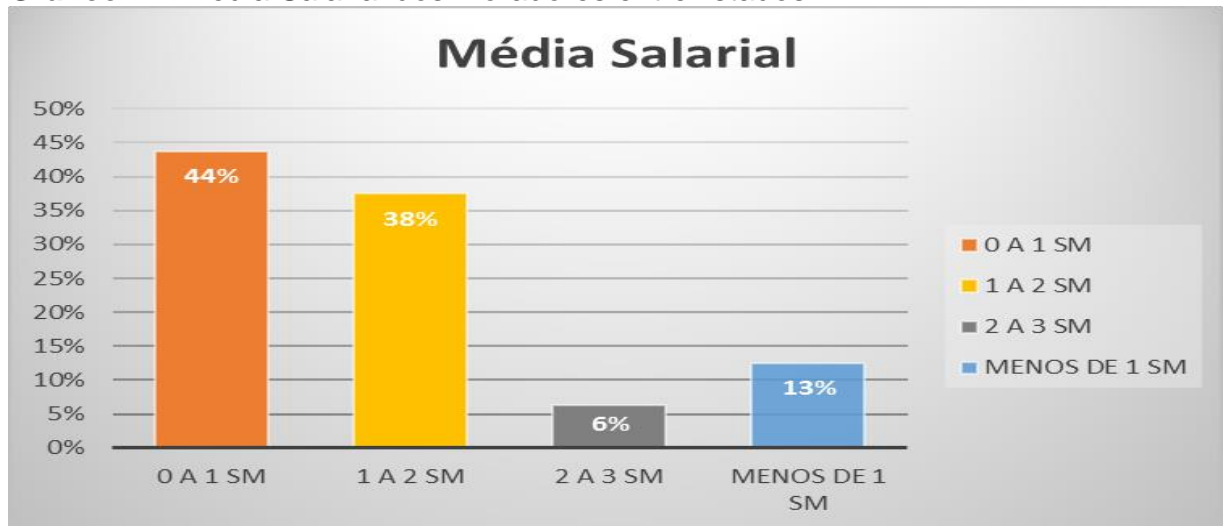
Fonte: Elaboração e sistematização nossa. 2018.

O nível de escolaridade dessas famílias ainda é baixo, apontando características da maioria das pessoas que são atendidas nessa faixa do programa. Isso representa não apenas números, mas um recorte de classe dessa população que historicamente tem seus direitos básicos negados – a escolaridade é apenas uma delas – e assim acabam limitados a garantir outros direitos que implica em

oportunidades de melhores condições de vida, empregos, salários, moradia, entre tantos outros na qual essa classe acaba sendo desapropriada.

Em relação à renda, a maioria dessas pessoas, isto é, quase metade delas (44%), recebem até no máximo 1 salário mínimo, demonstrado no gráfico abaixo.

Gráfico 2 – Média Salarial dos moradores entrevistados.



Fonte: Elaboração e sistematização nossa. 2018.

Assim, refletimos a partir desses dados, que conforme já pontuado por Maricato (2013), o grave problema do direito à moradia (e conseqüentemente do déficit habitacional brasileiro) também está relacionado, principalmente, à má distribuição de renda, ao desemprego, aos baixos salários e a toda política econômica, social e habitacional existente no país, que junto às novas formas que regem a produção de moradias, tem como resultante um elevado custo ao direito de habitar a cidade. Porém a questão vai além, como veremos mais adiante, ela está fortemente ligada a forma como se produz o espaço.

Para estas pessoas, o acesso à moradia representa o sonho da casa própria. Porém, a moradia constitui parte do espaço, no qual hoje vem sendo apropriado pela lógica do capital a fim de atender suas necessidades e lucros, como já exposto anteriormente. Esse espaço se configura a partir do formato que é imposto pelo capitalismo, ou seja, quando falamos da construção de moradias a partir de um modelo específico, como por exemplo, a construção de prédios verticais.

Além disso, a moradia que compõe o espaço faz parte também de um direito no qual Harvey (2014) vai colocar como direito coletivo, direito de transformação da vida, isto

é, o direito à cidade. Quando procuramos entender essa questão no Residencial Tabuazeiro questionamos para os moradores como era viver naquele lugar e, num primeiro momento as respostas perpassavam sempre pelas questões das relações de convívio social que se estabeleceram naquele lugar, a partir da relação entre os moradores, do cotidiano e da experiência de vivência um com o outro, conforme verificamos abaixo:

HORTÊNCIA: Ah, pra mim... eu nunca, eu nunca morei porta com porta com ninguém. É a primeira vez, na bem verdade. Lógico que já morei no [sic] segundo andar, mas porta com porta, não.

VIOLETA: O começo foi, assim, um pouco difícil. Muito difícil, o começo. Conturbado, muitos problemas. Assim, foi melhorando gradativamente. Hoje, assim, hoje, em comparação ao começo, 100%, muito melhor.

JASMIM: No começo, realmente, foi muito difícil. Nossa, foi bastante difícil. Muito, muito, muito, muito. Eu concordo com ele nisso. Era muita coisinha... nos redores [sic]. Parece que, agora parece que algumas coisas tão [sic] andando, né? No começo foi muito... Até pra adaptação mesmo, né? Foi muito difícil. Adaptação, os problemas que a gente teve logo no começo. Mas agora.... Você falou um ano. Eu acho que bem menos, eu acho que uns seis meses pra cá. Seis, sete meses, que a gente tá....

HORTÊNCIA: Porque teve gente que não aceitava, né? Os costumes do outro, e outros que trouxeram uns costumes muito difíceis de se adaptar, né? E aí foi. A adaptação no começo foi bem difícil. Hoje tá. Bem, foi gente de todos os jeito [sic], né? Não teve uma opção, "bom é assim e assim". Foi gente de todos os jeitos. Cada um com seu portão, com a sua individualidade. Aqui, de certa forma a gente não tem liberdade, né? Só tem liberdade dentro da sua casa. Cê [si] tem que ter controle do teu som, controle da sua, dos seus atos até não arrastar cadeira. No começo as pessoas não... Achava que o de baixo, dane-se. Entendeu? Ou o da porta. Hoje não, hoje tá bem mais tranquilo essa questão.

O espaço se modifica e modifica também as relações sociais. Assim,

A mudança nas relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de modo gradual, quase despercebidas, embrulhadas pela ideologia que efetiva a degradação da vida cotidiana. A cidade onde tudo se transforma, onde os estilos se multiplicam passa a ser o lugar em que as pessoas "se arranjam para viver ou quem sabe sobreviver" [...] (CARLOS, 2013, p.62).

A princípio, fica em evidência que o aspecto central ao se referir à vivência no Residencial Tabuazeiro perpassa por uma questão diferente em relação ao que a bibliografia sobre o assunto tem apontado em vários lugares do país, já que, na maioria dos casos, o anunciado problema gira, principalmente (não somente), em torno do isolamento geográfico para regiões periféricas. Constitui-se, portanto, um problema diferenciado para este empreendimento devido a sua localização geográfica.

Levando em consideração o problema do isolamento geográfico e, logo, a negação do direito à cidade nos empreendimentos do programa MCMV Faixa 1 pelo país, procuramos entender a ocorrência do mesmo no caso de Vitória. Pois, conforme Ronilk (2015), uma das críticas feitas ao programa é como o processo de especulação imobiliária no Brasil tem afetado o acesso à moradia para as famílias de baixa renda no que se refere à negação do espaço público da cidade, principalmente quando se fala de uma rede de serviços e equipamentos que garante outros direitos como, por exemplo, saúde, educação, transporte, lazer, saneamento, entre outros.

Por isso, além da questão de problemas relacionados ao convívio social – colocada pelos moradores – questionamos como era viver no Residencial Tabuazeiro na perspectiva do acesso aos equipamentos e serviços públicos, com destaque para aqueles que levamos em consideração como essenciais, a saber: o saneamento, transporte público, atendimento à saúde, rede de educação escolar e acesso a lazer. Observemos esses elementos conforme as falas a seguir:

VIOLETA: É um bairro muito bom, então eu penso muito no bairro... Tendeu [sic]? Às vezes eu trabalhava à noite, chegava tarde. Aqui nunca aconteceu nada comigo. E onde eu morava no centro já aconteceu vários assaltos comigo

...então aqui eu posso tá chegando de madrugada, uma hora da manhã, tem gente na rua. Tendeu [sic]? Então eu fico pensando nessas questões, de ir pra um lugar perigoso e você não poder chegar na porta da sua casa, pra [sic] ser assaltada.

JASMIM: Em questão de saúde, falta mais médico pra essa parte, que cada, cada área tem seu, tem um médico, né? A nossa aqui mesmo tá sem. Sem dentista, na mesma da hora que tem, tem um ano que já num [sic] tem dentista.

LÓTUS: Aqui, cê [sic] quer pagar uma conta de luz vai ter que ir lá em Santa Rita... Em Maruípe pra [sic] poder pagar as conta [sic].

GIRASSOL: Supermercado você tem que descer aqui embaixo aqui. Ou se você quiser comprar alguma coisa mais à noite você desce lá pro OK, pega ônibus ou paga um táxi ou paga o negócio, é isso aí. Entendeu? Ônibus só tem um só aqui. Que é esse 125 aqui. Agora você quer pegar o ônibus pra outro lugar cê [sic] tem que descer lá no Santa Rita aqui e pegar os ônibus ali.

HORTÊNCIA: Às vezes o ônibus não sobe, não passa aqui, porque tá, é... Tá interrompido lá em cima lá, devido aos carros que fica estacionado, aí o ônibus não vira. Aí ele não sobe aqui, já informa ele lá embaixo, ele não vira aqui. Já aconteceu um caso assim, deu [sic] ter que buscar ela lá embaixo. Fica chato, né?

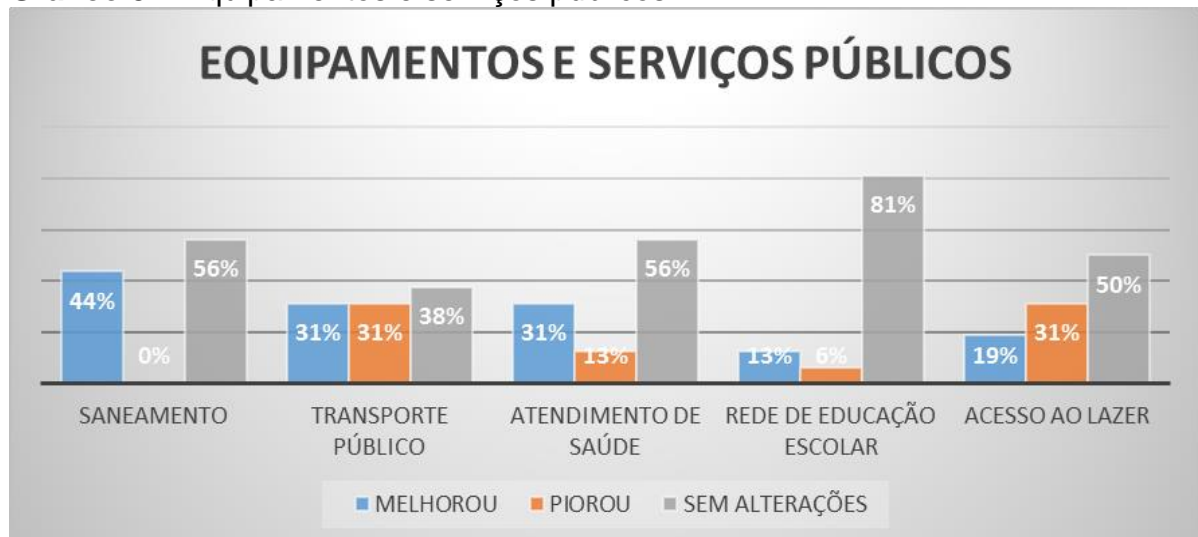
ORQUIDEA: Tudo longe, né? Tudo longe aqui, né? Porque pra quem morava, tinha uma, uma às vezes um ééé minha casa você descia e tava [sic] na creche, agora aqui não, aqui é tudo é longe, como escola, como em creche, tudo é longe.

LÍRIO: Transcol...um Transcol você tem que ir na avenida. Transcol é lá na outra... Você tem que ir lá embaixo. Na avenida Maruípe. Nós estamos aqui

em Tabuazeiro, nós temos que andar até a avenida Maruípe.

Conforme já haviam respondido anteriormente no questionário estruturado, para eles, na maioria dos equipamentos e serviços públicos não houve alterações – apesar de problematizarem alguns – quando comparados aos lugares onde viviam antes. Entretanto, nas falas acima, a questão do transporte público teve um destaque, confirmando o que já tinha sido pontuado por uma porcentagem considerável como algo que piorou - ainda que a porcentagem daqueles que consideram que não houve alterações prevaleça sobre os outros -, a despeito da condição de não-isolamento que particulariza o Programa no caso em estudo. O gráfico abaixo sistematiza alguns aspectos neste sentido:

Gráfico 3 – Equipamentos e serviços públicos



Fonte: Elaboração e sistematização nossa. 2018.

É importante indicar que a cidade de Vitória, pelo seu posicionamento geográfico – sendo ela uma ilha –, se configura de maneira um pouco diferente de outras capitais brasileiras que, conforme alguns estudos como Rolnik (2015); Maricato (2013); Vainer (2013), entre outros, apontam que muitos empreendimentos do programa MCMV F1 estão localizados em áreas isoladas e conseqüentemente reduzem ou nem garantem o direito à cidade. Dessa forma, questionamos: no município de Vitória, como se estabelece essa relação pensando no Residencial do Minha Casa Minha Vida Faixa 1 no bairro Tabuazeiro? Algumas indagações como essas permearam esse estudo fazendo com que buscássemos em Vitória um olhar sobre essa relação entre habitação e o direito à cidade, reiterando que, inclusive, passa pela própria produção desse espaço e suas configurações. Pois, a não garantia do

direito à cidade pode ocorrer devido ao isolamento periférico – que é a crítica de muitos autores em relação aos empreendimentos do MCMV F1 – mas também pode estar ligada à forma de produção do espaço, ou seja, isso também pode inviabilizar o direito à cidade, e não necessariamente somente o isolamento para as áreas periféricas.

Diante disso, percebemos que, diferentemente de outras localidades, onde os principais problemas dos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida são marcados pelo isolamento dos centros urbanos para áreas periféricas e a negação das redes básicas de serviços públicos, em Vitória o principal problema perpassa as relações sociais de convívio que, inclusive, foram apontadas como maior desafio para a moradia no Residencial Tabuazeiro. O que não quer dizer que a principal questão levantada como problema para os moradores não esteja ligada a lógica capitalista de produzir moradias. Ao contrário, esta questão, apresentada pelos moradores, extrapola a dimensão objetiva – estrutural e que também foi colocada como problema – para as relações subjetivas – interpessoais e que são mais relevantes para eles –, provocadas pela forma como se estabelece esse espaço e se impõe de alguma forma um modo de vida para essas pessoas.

MARGARIDA: É uma dificuldade enorme, eles tem uma dificuldade enorme. Eu não sei... é... dizer pra você assim se eles fazem porque eles querem ou porque eles não querem mesmo ajudar, não querem melhorar, só querem ficar naquilo mesmo, entendeu? Mas questionam que os prédios... os dois prédios aqui tão ficando legal, tão ficando bacana (sic). Ai minha questão é sempre dizer: "eles tão (sic) melhorando, eles tão fazendo isso porque os moradores estão colaborando, se vocês não colaborar (sic) não tem como". E na verdade eu lanço um projeto, mas só fica no papel... não vai adiante. Não sei se eu tô (sic) sendo fraca, vou ser honesta, não sei se eu tô (sic) sendo fraca, num tô (sic) tendo atitude pra aquilo, resolver aquilo, porque não tá (sic) indo pra frente, [...], num tá (sic), infelizmente não tá indo.

TULIPA: É só o momento... É tipo na hora do perigo, aí você vai, você... Bota a cara na frente e salva. Passou aquele período pra eles, cabou (sic).

MARGARIDA: Eu acho que faltou um pouquinho mais de... qual é a palavra certa? De interesse mais pra focar mais, principalmente com os moradores. Porque aqui, querendo ou não, tem morador de todo canto. De todo, dos bairros inteiro de Vitória (sic). Então teve gente que veio da favela, tem outros que já veio de outro bairro (sic), tem gente que não deixou a favela lá onde... de onde veio, trouxe junto. Então são milhões de coisas aqui pra se resolver.

Conforme Campos Júnior (2002) o capitalismo estabelece uma nova forma de vida que tendência padrões de vida, expressas no individualismo que é “por sua vez, a negação da individualidade, o lado rico do ser humano, a dimensão que transcende as necessidades materiais da sua reprodução, e que compreende também os

desejos como parte das necessidades humanas (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 23)”.

Nesse sentido, outra questão chamou atenção e, por isso, refletimos sobre como tem se configurado o direito à moradia na sociedade capitalista, como necessidade, e o significado do acesso à casa própria. Quando questionados os moradores, a partir de uma imagem, apresentada a seguir e tratando especificamente sobre o programa Minha Casa Minha Vida, sobre como a interpretavam, as respostas do sonho da casa própria e de sair do aluguel foram demarcadas pela satisfação, apesar dos problemas apresentados anteriormente por eles.

Imagem 4 – Chave referente a casa própria do programa MCMV



Fonte: Disponível em: <
https://www.google.com.br/search?q=minha+casa+minha+vida&source=lnms&tbm=isch&sa=X&ved=0ahUKEwifkeKkhOjcAhVHGZAKHTB1ALYQ_AUICygC&biw=1366&bih=662#imgdii=Kyu9Qdcelq3W2M:&imgsrc=klZwMyBcl_DgyM:>. Acesso em: 10 de março de 2018.

O direito à moradia é garantido, assim como outras políticas sociais, a partir de uma contradição entre a necessidade e os interesses do capital. Exemplos disso são empreendimentos com baixa qualidade, sendo construídos em terrenos mais baratos em comparação aos preços de mercado e muitas vezes distantes dos centros urbanos, entre outros aspectos que viemos assistindo no Brasil. Nesse mesmo sentido, marcado por contradições, verifica-se uma necessidade de moradias - diante de um déficit habitacional enorme - para a população dessa faixa de renda e, que não encontra outra forma de garantir sua casa própria. Por outro lado, o sistema capitalista entra em cena para aproveitar dessa mesma necessidade e fazer dela uma forma de lucratividade no bojo do sistema imobiliário.

Porque construir, e construir habitação, remonta quase à idade do homem. O que muda são as formas de construir. E a concepção de novo está ligada

à idéia de mudanças do capitalismo. Mudanças essas que incorporam a construção às relações capitalista de produção, que tem como especificidade, em relação às outras mercadorias, o fato de incluir a terra na sua produção, e vendê-la em seguida, junto com o imóvel edificado. Nesse particular a terra já não é apenas terra enquanto lugar requerido para construção, mas também espaço, que passou a ser apropriado pelo capital (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p.24).

Mas o fato é que ao adquirirem um imóvel e sair do aluguel as pessoas se realizam pelo fato de ter acesso à sua casa própria, ainda que diante das contradições, dos problemas, há uma necessidade de garantir um direito primordial no qual os moradores colocam como "seu". Vejamos na fala a seguir o que representa a moradia para essas pessoas:

VIOLETA: Ah, em questão do aluguel ajudou muito, né? Porque a gente pagava aluguel... hoje em dia já num [sic]... né? Num paga [sic]. Aí, ajudou bastante, né?.

HORTÊNCIA: Bom, eu morava com minha mãe. E aí, pra mim foi foi ótimo, porque ho [sic] hoje eu tenho minha casa. Pra mim tá [sic]... Maravilhoso.

GIRASSOL: Bom, pra mim é a mesma coisa, né? Paguei, morei catorze ano [sic], morando pagando aluguel. Hoje a gente mora dentro do que é da gente. Mas em compensação, o aluguel, [risos] saiu do aluguel, mas apertou dum [sic] lado, porque a gente paga mais ou menos a mesma conta de um aluguel. A verdade é essa, né? porque contando o o, tirando, somando tudo as conta da gente, mesma coisa que cê [sic] pagar um aluguel.

JASMIM: É porque antes pagava aluguel sim. Pra mim ficou uma maravilha, né? Sim, problemas têm, mas acho que isso num [sic] me... isso num [sic], não me atrapalha não. A vantagem é que um dia vai ser nosso, né? assim...vai parar de pagar esse tanto que paga. Não tem que ficar dormindo preocupado que final do mês tem que pagar o aluguel.

LÍRIO: Quando o pessoal da Prefeitura me ligou, eu estava morando em Cariacica, pra falar que meu nome ia sair no jornal, porque eu tinha sido contemplada, eu dei tanto pulo... [risos] É um sonho, que é muito difícil né?...tanto pulo de alegria, tanto pulo, tá, que meu marido falou assim, ele correu o bairro todinho de Cariacica, pra cê [sic] vê que lugar miserável é Cariacica...[risos]...olha a gente correu o bairro todinho pra compra A Gazeta, saiu na A Gazeta, Cariacica não tinha um lugar que vendia A Gazeta, aí como ele vinha trabalhar na Vila Rubin, ele comprou na Vila Rubin, aí leu meu nome e ligou pra mim ver se era verdade, tanto pulo que eu dei de alegria, meu nome tava [sic] na A Gazeta... que eu tinha ganhado. Imagina a alegria que eu fiquei. Entregaram minha casa, então pra mim isso aí é a maior felicidade que tem, é uma herança que eu tenho pra deixar pros meus filhos. É a realização de um sonho, né?

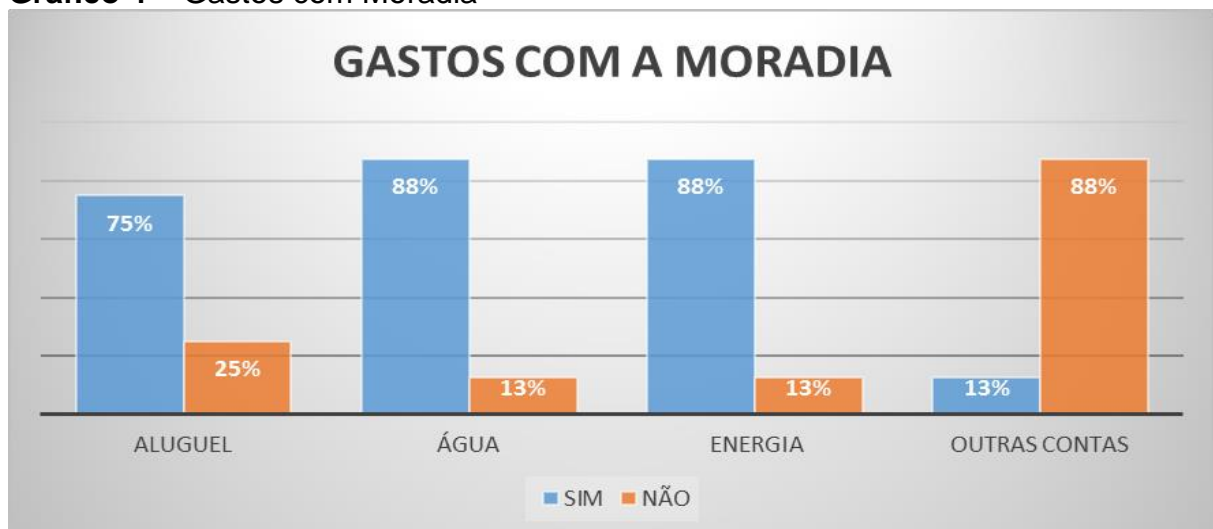
LÓTUS: Pra mim foi uma benção de Deus, ter recebido essa chave... porque eu tinha, eu tinha não, eu tenho 4 filhos, né? Então quando eu peguei essa chave pra mim eu pagava aluguel muito caro, então pra mim foi presente de Deus, na hora certa no dia certo, assim, que eu tava [sic] naquele desespero do aluguel tudo tava [sic] atrasado e tudo, quase dano [sic] um, quando eles me ligaro [sic] eu tava na rua vindo do serviço, ainda pegando uma lembrancinha da [risos] da Notícia Agora, aí me ligaro [sic] falei "tá brincano [sic]?"

O que queremos dizer com isso? Que o programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1

no município de Vitória, apesar de apresentar falhas – que diversas vezes foram pontuadas pelos moradores (como problema de convívio, problema estrutural) – ainda é a forma pela qual as pessoas conseguem ter a garantia de um direito que é o sonho da casa própria para sair do aluguel. Por isso, eles entendem que existem problemas, mas afirmam que é ótimo, como Hortência: “Querendo ou não é ótimo, entendeu? É... tem umas, umas falhazinhas (sic) e tudo, porque... é impossível também, né? Mas, independente disso, é ótimo. Não tenho o que reclamar disso aí não”.

O problema do aluguel – que pagavam anteriormente - representa importância da garantia desse direito e o porquê de ser ótimo. Conforme o gráfico abaixo, antes, 75% pagava aluguel e hoje eles “realizam” o sonho de ter sua casa própria. Comparadas a antiga moradia, por exemplo, quase todos pagavam aluguel, água e energia e não tinham outros tipos de despesas.

Gráfico 4 – Gastos com Moradia



Fonte: Elaboração e sistematização nossa. 2018.

Apesar de que, anteriormente à inserção no Programa, a maioria deles não tinham gastos com taxas de condomínio, IPTU e outros que até então não faziam parte do cotidiano. Existe então, uma adaptação, pois, a conformação vem no sentido de que um dia isso pertencerá a eles. Assim, a moradia passa a ser um negócio como um todo, desde o financiamento do imóvel até as contas que vem junto com ela.

Essa questão nos remete ao que já tratamos anteriormente sobre a relação entre valor de uso e valor de troca na cidade e no mercado imobiliário. O valor de troca é muito mais relevante do que seu valor de uso, pois agora a produção do espaço

urbano é antes de tudo marcado pela sua forma mercadológica de apropriação, conforme Carlos (2004):

[...] valor de uso e valor de troca sinaliza a extensão do processo de desenvolvimento do mundo da mercadoria que embasa o processo de produção do espaço urbano, transformando-o em mercadoria valorizada pelo processo de urbanização da sociedade, e, com ele, eliminando referenciais, volatilizando relações sociais e gerando individualismo (p.60).

O valor de uso seria a moradia como direito fundamental e acesso a uma necessidade básica, porém o valor de troca se sobrepõe no momento em que o direito se estabelece na lógica mercadológica.

Porém, diante desse direito, o que não se revela ao aparente, mas sim na sua essência é como o formato do programa - na lógica capitalista sob égide da financeirização - consegue garantir às famílias o espaço físico (casa/moradia) como direito e, em contrapartida, garantir seus interesses através da apropriação do espaço e, por isso, a questão da mercadoria se intensifica, já que “A mercantilização e comercialização de tudo constitui, afinal, uma das marcas características de nossa época” (HARVEY, 2014, p. 202).

Como decorrência da reprodução do capital (e do poder) um novo espaço tende a se criar numa escala que transcende aquela do lugar, e neste processo os lugares se ligam cada vez mais ao plano mundial como consequência, da extensão do capitalismo, da ampliação do mundo da mercadoria, do aprofundamento da divisão social e espacial do trabalho na busca de uma nova racionalidade de acumulação, baseada no emprego maciço do saber e da técnica no processo de produção material, bem como da supremacia de um poder político que tende a homogeneizar o espaço e o uso do espaço através do controle, da vigilância, reproduzindo uma realidade imposta através da "utopia da tecnologia" que tende a programar e a simular o futuro, realizando a acumulação (CARLOS, 2004, p. 48).

Só que ele transforma, por exemplo a moradia, como mercadoria e sem que as pessoas entendam ela é garantida de forma imposta pelo capital, sem o direito de escolha. Segundo Carlos (2004), “As transformações nas formas da cidade impõem, transformações nos tempos da vida e nos modos de apropriação dos lugares através de mudanças nos usos” (CARLOS, 2004, p. 51).

Esse processo se realiza produzindo contradições [...]especificamente, aquela entre a reprodução do espaço (que tende a se concretizar sob os interesses e necessidades da reprodução do capital e sobre o poder do Estado) e a reprodução da vida (que diz respeito ao conjunto da sociedade e que tem como objetivo a construção do humano). Nesse processo gesta-se, hoje, novas relações sociais que produzem ou são produtos de um novo cotidiano (CARLOS, 2004, p. 48).

Existe, pois, uma necessidade do capital de garantir a moradia como direito, não porque ele a vê como necessária e como um direito social, mas por fazer esse movimento e se apropriar do espaço, a fim de garantir a produção de moradias, assim como outros espaços de forma lucrativa. Segundo Campos Júnior, a construção “Deixa de ser uma atividade menor e se aproxima, em termos de importância econômica, dos outros setores da produção” (CAMPOS JÚNIOR, 2002, p. 24).

O capitalismo produz um espaço, configurado de acordo com o que lhe é conveniente. Esse espaço produzido e apropriado pelas pessoas torna-se o lugar de viver, das relações sociais, porém eles vão se encaixando com a realidade da sociedade capitalista e não da coletividade e das necessidades dos sujeitos – quando os moradores achavam que morar no residencial seria uma coisa, mas na verdade passou a ser outra, quando não podem reclamar e se veem na obrigação de aceitar o que está posto, pois precisam garantir a moradia. Isso “[...] vai revelando a nossa condição de ser neste mundo urbano invadido pelas estratégias da reprodução do capital que se realiza no espaço por ele produzido” (CARLOS, 2013, p. 61).

GIRASSOL: Quando a gente veio morar aqui a gente achou que o quê? Nossa... nós vão [sic] pro paraíso. Mas depois que a gente foi ver o *paraíso*. [risos]. A verdade é essa. Então, eu não vou esconder a verdade porque a verdade é essa.

JASMIM: Assim, pegando um, um gancho do que ela tá [sic] falando, isso é, é, é... Mais os problemas assim, é, é, externo que vem. É... algum tipo de, de, de... de bagunça que a gente num [sic] tem assim muito... costume de quando você tá [sic] no aluguel, que você pode chegar lá e reclamar. Aqui num [sic] tem muuuito o que reclamar. Cê [sic] tem que... fechar a porta e ficar quieto. Por causa disso. Esse é um dos problemas. Mas, assim, a moradia... pra mim, até agora, é excelente.

A partir das falas podemos perceber que há uma conformação das pessoas em aceitar, ainda que não estejam satisfeitas com o que passam e vivenciam, pois, precisam garantir sua casa própria. Esse modo de vivência e aceitação está ligado à dinâmica do capital, uma vez que ele produz esse espaço e, logo o modo de viver também – seja ele bom ou ruim – isto é, aceitação de uma imposição de vida que é apenas de aceitar. Dessa maneira, podemos perceber que assim como:

O lazer foi produzido para ser vendido. A cultura, da mesma forma, perde a dimensão de obra (de coisa única) para torna-se produto. E a urbanização criada pela sociedade moderna industrial, se estende ao espaço inteiro, passando a ser considerada como força produtiva (CAMPOS JÚNIOR,

2002, p. 22).

Para Harvey (2014) a reprodução do capital pode passar pela urbanização de diversas maneiras, porém a urbanização do capital está ligada ao poder da classe capitalista em dominar o espaço urbano. Isso implica as mais variadas formas de dominação da classe capitalista não somente pelos aparelhos do Estado (Infraestrutura e estruturas territoriais), mas a dominação de populações inteiras, como por exemplo, no seu modo de vida, seus valores culturais, visões de mundo, entre tantos outros. Por isso, “A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe” (HARVEY, 2014, p.133).

Assim a noção de produção (e conseqüentemente de reprodução) é fundamental para o entendimento deste processo. Trata-se da elucidação de um movimento que envolve a produção e suas relações mais gerais, significa, neste contexto, que as relações sociais ocorrem fora dos limites estreitos da produção de mercadorias e do processo de trabalho (sem, todavia, negá-la) para enfocar a vida em todas as suas dimensões (aquela que se desenvolve ligando momentos e lugares como a casa, a rua, o bairro) criando uma trama de relações na trama dos lugares onde se destaca uma rede articulada enquanto prática sócio-espacial e nesta direção, a produção do espaço se realiza enquanto produção, ininterrupta, da vida. Aqui a noção de produção contempla a apropriação. Esta, por sua vez, liga-se as relações que ocorrem no plano do morar e de tudo que essa expressão significa enquanto realização da vida humana englobando os momentos do lazer, do trabalho, da vida privada, e com isso, o sentido do dinamismo entre necessidade e desejos que pautam a reprodução da vida. Inclui, também, nessa dimensão, o estabelecimento, normatizando e o que foge e se rebela ao "poder estabelecido da norma" que pretende dominar a vida enquadrando-a aos limites da reprodução das relações sociais gerais. Aqui a reprodução da vida entra em conflito com as necessidades de reprodução da sociedade como um todo [...] (CARLOS, 2004, p. 47).

Existe, portanto, também a negação do direito à cidade na sua forma mais velada, pois transforma a vida e o cotidiano das pessoas de acordo com o que é imposto pelo capital, não permitindo a escolha, a liberdade, a coletividade e a construção da transformação da vida pela transformação da cidade no momento em que se garante a moradia. Muitas vezes as pessoas precisam se submeter a determinadas relações de convívio antes não vivenciadas (formas de vida de um que não condiz com a do outro, como por exemplo, hábitos, costumes), pois precisam garantir aquele lugar como moradia sem poder se pronunciar, apenas aceitar as imposições, conforme explicitado nas falas anteriores. Carlos (2004) fala como a produção e reprodução do capital impactam nessas relações, uma vez que a moradia – mercadoria do capital - transforma os modos de vida de forma impositiva, sendo

possível observar na fala anterior de Jasmim, pois ela pontua justamente essa mudança e ao mesmo tempo aceitação.

A produção do cotidiano no mundo moderno vincula-se à ampla difusão do consumo que criou o reino da mercadoria consequentemente possibilitando a penetração das relações capitalistas na esfera doméstica associada à necessidade de reprodução do capital através da reprodução das relações sociais que produz um modo de vida, um modo de consumo, um tipo de consumidor, valores e necessidades. Isso significa que a difusão do mundo da mercadoria como condição da reprodução passa pela desagregação do modo de vida tradicional e da construção de um novo, em que as relações passam a ser mediatizadas pela mercadoria e pelo mercado (CARLOS, 2013. p. 63).

As mudanças produzidas pelo cotidiano do lugar onde essas pessoas moram agora acabam se reafirmando nas falas abaixo. Pessoas de diferentes lugares, diferentes costumes que precisam agora viver uma nova realidade. “Nessa perspectiva, a reprodução do espaço urbano, é expressão última do processo de urbanização mundial, no qual a realidade urbana se generaliza do modo contraditório produzindo conflitos em todos os níveis” (CARLOS, 2004, p. 56). Essa realidade representa por vezes a própria dificuldade de lidar com o diferente, mas ao mesmo tempo de aprender a se adaptar para viver neste lugar produzido pelo programa minha Casa Minha Vida.

MARGARIDA: Nós, no início, antes da gente pegar a chave pra gente mudar, a gente tinha reuniões, lá na Casa do Cidadão. Mas a reunião deles era pra dizer o que a gente podia e o que não podia fazer. Mas quando chegamos aqui foi totalmente ao contrário do que eles disseram lá. Então, pelas conversas deles e tudo a gente achamos [sic] assim: "Ah, selecionou as famílias". Mas eles não fizeram isso. É como te falei: chegou no Bairro da Penha, pegou uma mãe que tem um problema com o filho no tráfico. Chegou aqui no Bairro Jaburu pegou outro também que tem um movimento. Aí juntou aquilo tudo aqui, fez uma panelinha só.

TULIPA: Ó, aqui tem gente de Anguetá, tem gente de São Pedro, tem gente de Jaburú, tem gente de...

JASMIM: Do Bairro da Penha, tem gente de... que veio de... Goiabeiras. Tem gente que... Eu vim de Santo Antônio. Tem outros que veio da Serra. É... não foi só pra Vitória, entendeu? Então, na, no dia da inscrição, que foi dito no jornal que era só pros moradores de Vitória. No Jaburú, Jesus de Nazaré, é... Bonfim... de onde você pensar tem gente aqui dentro.

MARGARIDA: Não quero ser melhor do que ninguém, mas eu acho que deveria ter uma escolha diferente pros moradores. Saber quem ia colocar aqui dentro. Infelizmente.

Fica explícito nas falas dos moradores como a mudança de lugar modificou também as relações e impôs uma adaptação ausente da garantia de direitos que complementam o direito à moradia. Além disso, ao se referirem à forma como eles foram inseridos e depois "deixados de lado" no Residencial Tabuazeiro, mostra-se o

descaso que esse formato de empreendimento tem com as famílias, pois não basta um espaço físico, a moradia vai além e se mostra em questões que não estão apenas no plano objetivo – material –, mas também subjetivo – como a submissão à regras institucionais pelo receio da perda do que não “lhes pertence”. Assim, esse formato garante um direito, mas ao mesmo tempo individualiza outros como, por exemplo, problemas como que são colocados nas falas abaixo:

TULIPA: [...] Isso aí depende agora é só da gente. Aqui não tem prefeitura, não tem Caixa, não tem MCMV. Praticamente nós fomos abandonados aqui por eles. Praticamente nós fomos abandonados por eles, então tudo que ocorre aqui dentro, passou daquela portinha de entrada pra cá pra dentro, quem resolve somos nós.

MARGARIDA: [...] Eu acho que se a gente tivesse um apoio, um apoio mesmo da prefeitura e da Caixa Econômica pra [sic] tá junto, pra cobrar junto com a gente acho que resolveria nossa situação. É porque, tipo... pra eles nós não somos [sic] nada. Somos um simples morador e que a gente botou [sic] a cara na frente pra pode tentar ajudar, pra poder fazer as coisas, mas eles não tem uma certa confiança na gente. Não é essa, a resposta?

TULIPA: É. Praticamente é aquilo, a Caixa veio, instalou a gente aqui e pronto, esqueceu da gente. "Ah, aquilo ali não existe mais, eles já estão pagando, aí... cabou" [sic].

MARGARIDA: E... o que eles querem é pagar. Você tem que pagar, porque você não paga, vem a carta de cobrança, mas infelizmente não lembram da gente na hora que a gente mais precisa, entendeu?.

JASMIM: Infelizmente a Prefeitura só ficou com a gente três... um ano, num foi? Ou foi três meses [sic]. Depois abandonou, num [sic] teve mais ninguém por a gente [sic], entendeu? Nem Caixa, nem ninguém.

TULIPA: Em todos. É, praticamente foi, desde o início. Que praticamente eles, é, como se fosse... eles instalassem você ali. É igual um poste, botô [sic] você ali, cabô [sic], você vai ficar ali pro [sic] resto da vida, sem manutenção, sem nada [sic]. Entendeu? Praticamente foi isso que aconteceu, né?

VIOLETA: Abandonou e cabô [sic]. "Já te dei mermo, você não vai pagar mais nada, a responsabilidade agora é sua". É dessa forma que eu penso que foi feito.

Diante dos relatos, questionamos: o que esperar de mais empreendimentos como esses realizados pelo programa Minha Casa Minha Vida Faixa 1, sejam em Vitória ou em qualquer outro lugar? Observamos que não é possível esperar a garantia de um direito – a não ser na lógica direito burguês – porque pensar em efetivos direitos é incompatível com o sistema que vivemos. Não é possível vislumbrar o direito à moradia visando à qualidade de vida, o direito à cidade transformadora, pois, assim como outros programas já executados a partir da conservadora lógica das políticas sociais no Brasil, o Minha Casa Minha Vida está ligado ao mercado econômico e a lógica quantitativa de se produzir moradias e se apropriar do espaço, já que este tipo de programa apresenta também características de favorecimento à ordem do capital,

mesmo que em diferentes momentos históricos.

Diante disso, e de todas as colocações expostas até aqui, não podemos deixar de salientar algumas ponderações referentes ao estudo tratado. Pois bem, primeiramente, nos dias atuais, compreender a moradia e sua relação com o direito à cidade, trata-se de entender um processo que requer uma nova organização da produção do espaço – incluindo a moradia –, que através do setor imobiliário tem aberto os caminhos para a acumulação capitalista e a desestruturação da garantia de vários direitos, inclusive o direito à cidade (GONÇALVES, 2016).

Isso porque "O processo de reprodução econômica passa agora pela produção de um novo espaço. Não restam dúvidas de que a acumulação passa pelo espaço, realizando-se através dele como condição e produto desse espaço" (CARLOS, 2011, p. 16). Assim, é no espaço onde se realizam as produções capitalistas, bem como a relação do direito à cidade, regida pela lógica mercadológica, como por exemplo da moradia, sustentando assim o modo de produção capitalista. Dessa forma,

A ironia do momento é que o abandono do debate sobre a produção do espaço no conjunto da produção capitalista – como momento de crise do processo de acumulação – coincide com a extensão do mundo da mercadoria, isto é, a extensão da propriedade privada do solo urbano e da terra, transformando a cidade inteira em mercadoria vendida no mercado mundial como estratégia de acumulação através da produção da mercadoria-espaço (CARLOS, 2011, p. 21).

Em segundo lugar, no atual contexto, tratar do direito à moradia e do direito à cidade passa pela lógica na qual está colocada a produção do espaço capitalista, ou seja a mundialização financeira que, conforme apontado por Marques (2015), é uma das características do capitalismo contemporâneo. Essa lógica tem se apropriado do espaço, interferindo na dinâmica da cidade, incluindo seu acesso e apropriação dela enquanto direito.

Nesse sentido, principalmente nos aspectos que tangem a vida urbana, a relação entre a questão do acesso à moradia e do direito à cidade perpassa pela produção do espaço no capitalismo contemporâneo, marcado fortemente pela lógica global da financeirização, que perpassa também o setor imobiliário (CARLOS, 2011). Assim sendo, a cidade ganha novos contornos e, conforme colocado por Maricato (2013), há uma disputa básica como um pano de fundo entre aqueles que querem dela

melhores condições de vida e aqueles que visam apenas extrair ganhos, ou seja,

A cidade constitui um grande patrimônio construído histórica e socialmente, mas sua apropriação é desigual e o nome do negócio é renda imobiliária ou localização, pois ela tem um preço devido aos seus atributos. Isso tem a ver também com a disputa pelos fundos públicos e sua distribuição (localização) no espaço (MARICATO, 2013, p. 20).

Hoje, tem-se a cidade como mercadoria, de forma que toda produção do espaço é voltada para atender o interesse do capital:

Dessa forma, a noção de produção permite pensar, de um lado, a orientação do processo constitutivo do espaço, que ao longo do processo histórico o transforma em mercadoria no contexto da lei do valor e da realização da propriedade desenvolvendo até quase o limite o mundo da mercadoria; de outro, encontrar os momentos na vida cotidiana em que o percebido pode construir o caminho da consciência da alienação (o indivíduo vivendo em suas cisões profundas numa prática sócio-espacial que caminha sob a racionalidade capitalista) e das formas de sua superação como negação do mundo como mercadoria, traduzindo-se em lutas em torno da produção do espaço (CARLOS, 2011, p. 25).

É preciso considerar então que, o contexto atual, orienta a produção espacial e suas relações, afirmando-se em ações e políticas de caráter neoliberal para atender interesses fundamentalmente capitalistas (CARLOS, 2011). Dessa forma, para Harvey (2013), é preciso que haja uma mudança nas cidades, por isso as mesmas não podem ser compreendidas como um direito abstrato, mas sim um direito inerente a nossas práticas diárias.

Portanto, além dos problemas históricos existentes em relação à moradia, outras questões entram em debate neste momento, pois a questão da moradia, que sempre atingiu a população brasileira, se agrava em um momento histórico diferente e com particularidades diferentes (MARICATO, 2015). Entretanto, afirma Abreu (2016, p. 204), “[...] historicamente dois modelos convivem no processo de implementação da política habitacional no Brasil, acirrando as contradições entre a dimensão de um direito social e de mercadoria”. Diante disso, a luta pelo direito à moradia que se inicia devido aos problemas relacionados a aspectos urbanos durante o processo de industrialização, como no caso do Brasil, continua em foco e, atualmente, apesar de alguns avanços ao longo da história, a desestruturação desse direito social vem se agravando constantemente com a constituição de uma cidade que produz um espaço desigual. Isso porque a própria concepção de cidade e seu acesso são deixados de lado, conforme nos aponta Vainer (2013, p. 37) quando diz que:

A adição das diretrizes e concepções neoliberais que reconfiguraram as relações entre capital, Estado e sociedade a partir da última década do século passado teve profundas repercussões a respeito do lugar e do papel da cidade no processo de acumulação. Sob a égide do consenso keynesiano, a cidade deveria ser regida por necessidades mais gerais de acumulação e circulação de capital, cabendo ao planejamento (modernista) a tarefa de racionalização e funcionalização espacial através de instrumentos que se generalizaram a partir da Segunda Guerra Mundial, colocando plano diretores e zoneamento em primeiro lugar.

Por último, faz-se necessário destacar que o direito à cidade não pode ser concebido como um simples direito individual, pois “ele demanda um esforço coletivo e a formação de direitos políticos coletivos ao redor de solidariedades sociais. No entanto, o neoliberalismo transformou as regras do jogo político” (HARVEY, 2013, p. 32). Essa questão fica explícita com a instauração do programa MCMV, no ano de 2009, em que a política nacional de habitação se desencadeou num sentido empresarial e financeiro, apontada para uma lógica mercadológica ao invés de um direito social no que diz respeito à consolidação do direito à moradia digna para milhões de brasileiros (MARICATO, 2015).

É nesse cenário de transformações atravessadas pelo capitalismo que se objetivou entender o direito à moradia – a partir do MCMV F1 – e a garantia do acesso à cidade em Vitória, buscando compreender suas mudanças e, acima de tudo, os desafios que estão colocados ao município no que tange esses aspectos.

A forma como o empreendimento do Minha Casa Minha Vida em Tabuazeiro foi realizado, considerando a perspectiva dos moradores, garante para eles o acesso a casa própria, ainda que diante de tantos problemas expostos. Problemas esses que podem ser compreendidos quando traçamos o histórico da realidade brasileira sobre o espaço, a formação das grandes cidades, o problema habitacional que foi se perpetuando e sendo resolvidos sempre na perspectiva de acumulação do capital. Para tanto, os problemas ali colocados de como vivem as pessoas no Residencial Tabuazeiro estão intimamente ligados a perversidade imposta de um modo de habitar a cidade, um modo de viver a cidade. Assim, compreendemos como o processo histórico de negação das cidades e de transformação do espaço foram impactando, principalmente a população de baixa renda, que sem condições de adquirirem suas necessidades mais básicas, sempre precisaram aceitar aquilo que lhe foi oferecido para garantir sua sobrevivência.

CONCLUSÃO

Está claro como a luz do sol que o Estado atual não pode e nem quer remediar o flagelo da falta de moradias. O Estado nada mais é que a totalidade do poder organizado das classes possuidoras, dos proprietários de terras e dos capitalistas em confronto com as classes espoliadas, os agricultores e os trabalhadores. O que não querem os capitalistas individuais tampouco quer o seu Estado. Portanto, embora individualmente o capitalista lamente a escassez de moradia, dificilmente mexerá um dedo para dissimular mesmo que superficialmente suas consequências mais terríveis, e o capitalista global, o Estado, também não fará mais do que isso.

Quando muito, tomará providências para que o grau de dissimulação superficial que se tornou usual seja aplicado em toda parte do mesmo modo. Vimos que é exatamente isso que ocorre (ENGELS, s/p, 2015).

Ao estudar a política de habitação no capitalismo contemporâneo, acabamos perpassando pelo estudo que advém de um leque mais amplo: o direito à cidade. Um dos elementos colocados quanto ao direito à cidade envolve a questão urbana, isto é, o direito de ocupar e usufruir do espaço, que, além disso, traz consigo o debate sobre a necessidade dos equipamentos e serviços públicos para uma vida urbana.

Dessa forma, a pretensão é deixar em evidência que o direito à moradia constitui um dos elementos que compõe a política urbana e esta, por sua vez, é um dos elementos que colocamos como direito à cidade. Todos esses elementos compõem o direito à cidade, e, apesar de suas particularidades e especificidades, eles não estão dissociados. Contudo, com seus devidos recortes, compreendemos que aqui tratamos de uma dessas temáticas – o direito à moradia – sob a perspectiva do programa Minha Casa minha Vida, que não pode ser pensada de forma isolada da sua relação com o direito à cidade.

Conforme havíamos proposto, realizamos uma pesquisa sobre o programa Minha Casa Minha Vida faixa 1 no município de Vitória/ES, buscando compreender como os moradores vivem hoje neste lugar. O nosso objetivo foi entender como se estabelece a garantia do direito à moradia e o direito à cidade no contexto do capitalismo contemporâneo, em que a reprodução do capital passa pela apropriação do espaço, incluindo o urbano.

Nesse sentido, procuramos realizar um breve resgate histórico de industrialização/urbanização, identificando particularidade e semelhanças no contexto nacional e internacional e, além disso, quais foram os desdobramentos do

problema da questão habitacional que vem atravessando a mais de um século a nossa realidade.

Dessa forma, destacamos que conforme Abreu (2016) a habitação se constitui como objeto de lutas sociais urbanas desde a formação das cidades – século XIX –, se intensificando em lutas ampliadas no decorrer da formação industrial capitalista devido ao agravamento da questão urbana no século XX. Tendo em vista a drástica alteração da população nos centros urbanos, devido ao processo de industrialização, a sociedade brasileira conviveu durante anos – e ainda convive – com diversas problemáticas em relação à questão urbana, inclusive com a dificuldade de acesso à moradia (MARICATO, 2015). Por isso, atualmente, com o agravamento dessa questão, “o problema da moradia vem desafiando a sociedade brasileira como um todo” (ABREU, 2016, p. 192).

Levando em consideração os processos históricos que marcaram os problemas relacionados à cidade e a moradia, percebemos que desde os primórdios da industrialização e do desenvolvimento urbano essas questões sempre foram tratadas no segundo plano. Quando falamos isto, nos referimos à forma como as classes dominantes sempre resolveram esse problema, ou seja, quando se tornava um incômodo ou quando era uma forma de garantir seus lucros e, no curso da história verificamos que a dinâmica de apropriação do capital pode mudar, porém a essência dessas relações de poder e dominação imperam.

Ao tomarmos compreensão desses elementos, percebemos como a produção do espaço, sob a égide do capitalismo, sempre foi uma ocorrência imprescindível para a formação das cidades – e as moradias como centrais através do mercado imobiliário de valorização/especulação –, gerando a segregação social dos espaços. Essa forma de apropriação capitalista do espaço domina hoje as cidades e o nosso modo de vida.

Apoiados nisto, verificamos neste estudo como está colocada atualmente a política de habitação brasileira, regida principalmente pelo programa Minha Casa Minha Vida. Além disso, a política traz consigo os rebatimentos da garantia do direito à cidade – como colocamos na sua dimensão material e também de transformação da vida na sociedade.

Sem desconsiderar a pertinência das políticas, pois garante – ainda que minimamente, pois se dá de forma restrita e focalizada – a população que é excluída e privada dos direitos mais básicos a moradia. Compreendemos que é preciso buscar uma mediação nessas contradições entre a necessidade de um direito que acaba por garantir prioritariamente os lucros do capital. Sendo assim Minha Casa Minha Vida é um exemplo, já que na história do país é considerado o maior programa de acesso a casa própria. Entretanto, não podemos deixar de considerar o que ele tem na sua essência e, mais que isso, como é capaz de ser um direito e ao mesmo tempo um modelo de moradias e modos de vida impostos para as pessoas.

Dessa forma o debate que permeou este estudo trouxe a produção do espaço como questão importante para reflexão já que a relação entre a moradia e o direito à cidade estão ligados à mesma.

Diante dessas afirmativas, passamos a nos ater às considerações finais a respeito do cenário local. Ao estudarmos o caso do Residencial Tabuazeiro, no município de Vitória/ES, verificamos algo muito importante: o empreendimento não traz como maior dos problemas a questão do isolamento e afastamento dos principais centros, considerando a particularidade territorial do município, mas uma questão ligada às relações de convívio social. Ambos os problemas estão ligados ao que destacamos sobre a forma como se produz o espaço. Porém, o impacto no Residencial Tabuazeiro está muito mais ligado às relações sociais e essas são provocadas pela lógica de produzir moradias no sistema capitalista (assim como a questão da segregação espacial nos empreendimentos do MCMV), pois envolve a produção do espaço e, logo, a garantia do direito à cidade também.

No Residencial Tabuazeiro podemos perceber a negação da cidade a partir daquilo que pontuamos como relevante ao estudar Lefebvre (2016), pois nesse empreendimento do Minha Casa Minha vida a dimensão do direito a diferença encontra suas limitações. E esse direito mais uma vez, afirmamos, se relacionam a forma de produzir o espaço.

Por isso, reafirmamos ainda que o problema não está em produzir mais ou menos moradias, mas sim na forma como se produz as mesmas, pois nega à cidade. Assim como outros programas habitacionais, o Minha Casa Minha vida não tem resolvido o

problema do déficit habitacional qualitativamente – e nem quantitativamente, já que ele garante a moradia apenas para uma parte da população, quando na verdade poderia resolver por completo, mas não faz -, ao invés disso, percebemos que na verdade ele tem criado outros problemas na pretensão de garantir a reprodução do capital – via mercado imobiliário -, onde a faixa 1 foi o mercado que ele encontrou para tal satisfação.

Assim, há garantia do acesso à moradia, mas junto a uma dívida. Os moradores passam a ter, agora, gastos que, até então, não compunham sua sociabilidade, pois o direito à moradia virou um negócio. O que o Minha Casa Minha Vida cria é um espaço postiço, na tentativa de resgatar no condomínio a cidade em que a sociabilidade já não existe e, assim, tenta construir em termos de artificialidade o que foi a cidade, resgatar a vivência – que na verdade se torna um problema -, negando a cidade e criando não só em Vitória, mas em outros lugares a não cidade.

O direito à cidade, conforme já apontamos, pode ser entendida tanto na sua dimensão objetiva quanto subjetiva e esse mesmo direito ligado a produção do espaço tem interferências quando o espaço produzido modifica as relações no cotidiano e a forma de viver.

O principal problema que podemos apontar e destacar do programa MCMV faixa 1 no município de Vitória/ES, diferente de outras capitais brasileiras como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, entre outras, está muito mais ligado (ainda na lógica capitalista de produção contemporânea) a produção do espaço, a produção das moradias que acaba gerando impactos nas relações de convívio social que são produzidas pelo capitalismo, pois não se permite escolher, não permite a liberdade, não permite pensar esse direito na sua dimensão coletiva, uma vez que é marcada pela lógica mercadológica. Essas investigações colaboram para a compreensão das questões de pesquisa, demonstrando a prevalência dos interesses do capitalismo, totalmente entranhado na dinâmica do programa.

Por isso, nos atentamos também em procurar entender a habitação e, conseqüentemente, o direito à cidade além das questões históricas de urbanização e industrialização, ou seja, sobre a perspectiva da produção do espaço, que como verificamos no Capítulo 2 nega a cidade em detrimento da acumulação do capital.

Sendo assim, concluímos que tratar da moradia e do direito à cidade continua sendo uma árdua tarefa na sociedade que vivemos. Marcados pelo avanço do capitalismo contemporâneo, que cada vez mais se apoia na garantia dos seus interesses e desestrutura direitos, entendemos que as questões tratadas nesse estudo precisam ser um horizonte de lutas constantes.

Nesse sentido, a cidade e a moradia como produto da sociedade capitalista se mercantiliza e intensifica sua negação. Entendemos que se tivéssemos a construção de uma cidade justa, sustentável, para atender aos interesses coletivos e não individuais, uma cidade que, como coloca Lefebvre (2016) e Harvey (2015), pudesse ser algo transformador na vida dos sujeitos, então a questão da moradia poderia ser uma questão a ser solucionada. Afinal, entendemos que a habitação é um elemento essencial para que as pessoas possam desenvolver suas vidas na cidade e em sociedade.

Uma cidade que tem seus espaços produzidos pelo capital não garante o direito à cidade. E, enquanto não superarmos o modo de produção capitalista, viveremos a mercê de uma cidade na perspectiva do consumo, onde tudo se torna mercadoria, inclusive ela mesma, que nos impõe um modo de vida, que nos nega os espaços e a cidade na sua dimensão objetiva e subjetiva. Uma cidade que não garante o direito à cidade não poderá garantir uma moradia, um lazer e nem mesmo outro modo de viver nela.

Quanto à questão da moradia, como já apontado por Engels (2015), o problema não está na ausência de moradias, o déficit habitacional existe porque a sociedade capitalista consegue lucrar em cima dele ao buscar formas de desenvolvimento. O mercado imobiliário sempre foi para o capital um investimento, desde o processo de industrialização e a chamada urbanização acelerada e em descompasso das grandes cidades. Portanto, concluímos que nem o PMCV e nem outro que segue essa mesma lógica – como foi o BNH-, na sociedade capitalista que vivemos, será capaz de dar conta do problema habitacional, bem como garantir o que é previsto pelo Estatuto da Cidade – apesar de ser um avanço na tentativa de garantir o direito à cidade.

Em suma, esperamos que a temática possa contribuir para que os movimentos

sociais urbanos de luta pela moradia e pela cidade, assim como os profissionais que atuam na área, possam exercer uma intervenção a partir do entendimento da realidade em que estão colocadas essas questões e suas diversas complexidades. Consideramos importantes os debates e reflexões em torno da mesma e como elas podem proporcionar propostas na busca de uma transformação, com intuito de assegurar a moradia e a cidade como direito, principalmente para os usuários das políticas na defesa e garantia dos seus direitos por condições dignas de vida. Todavia, entendendo que essa reflexão contribuirá para um debate ainda insuficiente no Serviço Social, bem como em outras áreas afins – Geografia, Ciências Sociais, entre outras- , assim mesmo acreditamos na potencialidade deste estudo sobre o Minha Casa Minha Vida em Vitória/ES e consideramos que tais questões se fazem necessárias, pois a garantia do direito à moradia perpassa pela defesa de uma série de outros direitos e que elenca uma nova forma de enxergar os problemas que a ela estão colocados.

REFERÊNCIAS

ABREU, Aline Cavalcanti de. **Habitação Social e Fundo Público no contexto de crise do capital**. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2014.

ABREU, Maria Helena. **Território, política social e serviço social**. Campinas: Papel Social, 2016.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

BONDUKI, Nabil. Origens da habitação social no Brasil. **Revista Análise Social**, Vol. XXIX (127), 1994 (3) 711-731.

BONDUKI, Nabil. Origens da Habitação Social no Brasil: arquitetura moderna, lei do inquilinato e difusão da casa própria. São paulo: Estação Liberdade, 1955.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto das Cidades**. Lei n. 10.257/2001. Brasília: Presidência da República, 2002.

BRASIL. **Minha Casa Minha Vida**. Lei nº 11.977. Brasília: Presidência da República, 2009.

BRASIL. **Minha Casa Minha Vida**. Disponível em: <<http://www.minhacasaminhavid.gov.br/sobre-o-programa.html>>. Acesso em: 21 de julho de 2016.

BRASIL. Ministério das cidades. **Política Nacional de Habitação**. Brasília: Ministério das Cidades, 2004b.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde- CNS. **Resolução nº 510, de 07 de abril de 2016**. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em 15 de fevereiro de 2017.

CARDOSO DE MELLO, João Manuel; NOVAIS Fernando. **Capitalismo tardio e sociabilidade moderna**. São Paulo, UNESP, 2009.

CAMPOS Jr., C. T. de. **A Construção da cidade**: formas de produção imobiliária em Vitória. Vitória: Floricultura, 2002.

CARLOS, Ana. **A Condição Espacial**. São Paulo: Contexto, 2013.

CARLOS, Ana. **O espaço Urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2004.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MEIO AMBIENTE E

DESENVOLVIMENTO. 1993. Disponível em: <http://www.mre.gov.br/CDBRASIL/ITAMARATY/WEB/port/relext/mre/agintern/meioamb/apresent.htm>. Acesso em: 15 de março de 2017.

DIAS, Flavia Coelho. **Habitação social: uma análise histórica das políticas públicas habitacionais**: o caso de Vitória. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais, 2008. 139 f.

ENGELS, Friedrich. **A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010, 383p. (Coleção Mundo do Trabalho).

ENGELS, Friedrich. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.

GATTI, B. A. **Grupo focal na pesquisa em ciências sociais e humanas**. Brasília: Liber Livros Editora, 2012.

GOMES, R. Análise e interpretação de dados de pesquisa qualitativa. MINAYO, M. C. S. (Org.); DESLANDES, S. F.; GOMES, R. **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2016. p. 72-95.

GAZOLA, Patrícia Marques. **Concretização do direito à moradia digna: teoria e prática**. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

GONÇALVES, Thalimar. **A cidade em pedaços: a dinâmica imobiliária em Serra/ES**. Espírito Santo, 2016.

HARVEY, D. **Cidades rebeldes: Do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, D. A liberdade da Cidade. In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta maior, 2013.

HARVEY, D. **O direito à cidade**. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/272071/mod_resource/content/1/david-harvey%20direito%20a%20cidade%20.pdf>. Acesso em: 10 de novembro de 2016.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Rio de Janeiro, 2010.

LEFEBVRE, HENRI, **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LEFEBVRE, Henri. **A Revolução urbana**. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 1999.

HILFERDING, R. **O capital financeiro**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

LIMA, T. C. S. de; MIOTTO, R. C. T. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis** Florianópolis v. 10 n. esp. 2007, p. 37-45.

MANDEL, E. **O capitalismo tardio**. Coleção os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

MARICATO, Ermínia. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, Ermínia et al. **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta maior, 2013.

MARICATO, E. **Habitação e cidade**. São Paulo: Atual, 1997.

MARICATO, E. In: **Estatuto da Cidade: Comentado**. Org. Celso Santos Carvalho, Rosbach – São Paulo: Ministério das Cidades: Aliança das Cidades, 2010.

MARICATO, E. **O impasse da política urbana no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

MARICATO, E. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, Rosa Maria. O lugar das políticas sociais no capitalismo contemporâneo. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 7. n. 2, p. 7-21, jul./dez., 2015.

MARX, Karl. **O Capital**. Coleção Os Economistas. São Paulo: Abril Cultural, Livro I, 1996.

MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 2. ed. São Paulo - Rio de Janeiro-São Paulo: HUCITEC-ABRASCO, 1993.

MINAYO, M. C. de S. (Org.) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 19. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA. Disponível em:
<<http://www.vitoria.es.gov.br/cidade/historia-de-vitoria>>. Acesso em: 05 de abril de 2018).

ROLNIK, Raquel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Cidades Rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo/Carta maior, 2013.

ROLNIK, R. **Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROLNIK, Raquel; CYMBALISTA, Renato (Org.). **Instrumentos urbanísticos contra exclusão social**. São Paulo: Pólis, 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**. Do pensamento único à consciência universal. Record, Rio de Janeiro, 2001. (4^o edição: 2000)

SILVA, José Afonso da. **Direito urbanístico brasileiro**. 4. Ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2006.

SIQUEIRA, Maria da Penha Smarzaró. **Industrialização e empobrecimento urbano: o caso da grande Vitória 1950-1980**. Vitória: Edufes, 2001.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização**. 15. Ed. São Paulo: Contexto, 2010. 80p. (Repensando a geografia).

VAINER, Carlos B Pátria, Empresa e Mercadoria. Notas sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C; MARICATO, E. **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos, Petrópolis, RJ, Vozes, 2002.

VAINER, Carlos. Quando a cidade vai às ruas. In: MARICATO, Ermínia (Org.). **Cidades Rebeldes**: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil. São Paulo: Boitempo/Carta Maior, 2013.

APÊNDICE I

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL
NIVEL: MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Pesquisador Responsável: Shanna de Oliveira Rangel

Endereço: Rua Maria Eleonora Pereira, número 721, Jardim da Penha, Vitória.

CEP: 29060-180

Fone: (27) 9 9647-5322

E-mail: Shanna_oliveira@hotmail.com

O(A) Sr. (a) está sendo convidado(a) para participar como voluntário(a) da pesquisa “O programa habitacional Minha Casa Minha Vida no município de Vitória-ES e o direito à cidade: uma relação possível?”. Com intuito de avançar na temática sobre a política de habitação e aprofundar na questão que diz respeito à mesma enquanto direito social, temos como proposta de pesquisa um recorte sobre o Minha Casa Minha Vida – principal programa do governo federal de acesso a casa própria do país – faixa 1 (um). A escolha por essa faixa se torna importante, pois se tratam de famílias com menor renda e que por sua vez são aquelas que mais encontram dificuldade pra acessar a casa própria e, além disso, cabe salientar que o próprio programa tem também em suas prioridades na definição dos beneficiários, **além da renda**, famílias que residam em áreas de risco/insalubres ou foram desabrigadas; famílias chefiadas por mulheres e famílias que possuam entre seus membros pessoas com deficiência (BRASIL, 2009; art. 3º grifos nossos). O programa tem como proposta também assegurar nos empreendimentos as “condições de acessibilidade nas áreas de uso comum; a disponibilidade de unidades habitacionais que prezem pela acessibilidade; a sustentabilidade das construções e uso de novas tecnologias construtivas” (BRASIL, 2009, art. 73º). Justificando assim a relevância

que é entender e identificar a política de habitação voltada para essa faixa do programa, isto é, aquela que é composta por famílias de menor renda.

Para tanto, compreendemos que a moradia não diz respeito apenas uma estrutura física, mas também o direito de morar e acessar uma rede de serviços e equipamentos – isso implica dizer acesso à rede de saúde, educação, transporte, saneamento, lazer, entre outros necessários para manter melhores condições de vida. Portanto, o estudo tem como objetivo analisar a relação existente entre o acesso à moradia das famílias atendidas pelo programa Minha Casa Minha Vida faixa 1 no município de Vitória-ES e sua relação com o direito à cidade.

Caso concorde em participar desta pesquisa, o(a) Sr.(a) participará de um Grupo Focal onde serão debatidas questões acerca da relação entre a política de habitação e o direito à cidade. Esse grupo será composto por no máximo 10 pessoas que aceitarem e se disponibilizarem para participar. O Grupo Focal terá a duração máxima de uma hora e meia e o local onde será realizado será escolhido pelos participantes.

Consideramos que esta pesquisa poderá trazer algum tipo de risco social, caso haja danos decorrentes dos riscos previstos, a pesquisadora assumirá a responsabilidade pelos mesmos. Os benefícios desta pesquisa para os participantes estão relacionados à possibilidade de que esta sirva para uma maior reflexão sobre os temas que serão debatidos, para a troca de saberes e para um maior avanço das políticas habitacionais, bem como o fortalecimento da luta pelo direito à moradia e o direito à cidade.

Asseguramos que para participar deste estudo você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) sobre o estudo em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se a participar. Poderá retirar seu consentimento ou interromper a participação a qualquer momento durante o desenvolvimento da pesquisa. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não levará a qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pela pesquisadora.

A pesquisadora irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Os resultados da pesquisa estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não serão liberados sem a sua permissão. O(A) Sr.(a) não será identificado(a) em nenhuma publicação que possa resultar deste estudo.

Caso o(a) Sr.(a) venha a sofrer qualquer tipo de dano decorrente da sua participação na pesquisa, estará resguardado o direito de assistência e indenização pela pesquisadora.

Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, no Programa de Pós-Graduação em Política Social da UFES e a outra será fornecida a você. Em caso de dúvidas sobre a pesquisa ou para relatar algum problema, o Sr.(a) poderá entrar em contato com a pesquisadora Shanna de Oliveira Rangel no telefone (27) 9 9647-5322, ou no endereço Rua Maria Eleonora Pereira, número 721, Jardim da Penha, Vitória, CEP: 29060-180. O(A) Sr.(a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa através do telefone (27) 3145-9820, e-mail: cep.goibeiras@gmail.com ou correio na Avenida Fernando Ferrari, 514, Goiabeiras, Vitória-ES, CEP: 29.075-910, Universidade Federal do Espírito Santo – Campus Goiabeiras, Telefone: (27) 3145-9820 que tem a função de analisar projetos de pesquisa visando à proteção dos participantes dentro de padrões éticos nacionais e internacionais.

Declaro que fui verbalmente informado(a) e esclarecido(a) sobre o presente documento, entendendo todos os termos acima expostos, e que voluntariamente aceito participar deste estudo. Também declaro ter recebido uma via deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, de igual teor, assinada pela pesquisadora principal ou seu representante, rubricada em todas as páginas.

_____, ____/____/____

Participante da pesquisa/Responsável legal

Na qualidade de pesquisadora responsável pela pesquisa “O programa habitacional Minha Casa Minha Vida no município de Vitória-ES e o direito à cidade: uma relação possível?”, eu, Shanna de Oliveira Rangel, declaro ter cumprido as exigências do Art. 17, da Resolução CNS 510/16, a qual estabelece diretriz e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos.

Pesquisadora

APÊNDICE II
ROTEIRO DO GRUPO FOCAL

- 1) COMO É VIVER NESTE LUGAR?
- 2) COMO É O ACESSO AOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PÚBLICOS?
- 3) O QUE VOCÊS APONTAM COMO DESAFIO PARA VIVER MELHOR NO RESIDENCIAL TABUAZEIRO?
- 4) O QUE VOCÊS ACHAM DO PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA?
- 5) VOCÊS CONHECEM ALGUM MOVIMENTO DE LUTA PELA MORADIA?
- 6) TEM ALGUMA COISA QUE VOCÊS GOSTARIAM DE FALAR QUE NÃO FOI COMENTADO AQUI?

APÊNDICE III
QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO

I - DADOS DA(O) ENTREVISTADA(O)

• Nome: _____

• Idade: _____

• Sexo: _____

• Naturalidade: _____

• Escolaridade:

() Ensino fundamental incompleto

() Ensino fundamental completo

() Ensino médio incompleto

() Ensino médio completo

() Ensino superior incompleto

() Ensino superior completo

() Pós-graduação incompleto

() Pós-graduação completo

() Analfabeto

• Ocupação: _____

• Renda Familiar:

() Menos de um salário mínimo

() 0 a 1 salário mínimos

() 1 a 2 salários mínimos

() 2 a 3 salários mínimos

II - SOBRE A QUESTÃO DA MORADIA

• Na sua moradia antiga você pagava:

Aluguel () Sim () Não

Água () Sim () Não

Energia () Sim () Não

Outros () Sim () Não

Caso a resposta seja sim. Quais? _____

- Comparadas a antiga moradia você acha que:

Saneamento: () Melhorou () Piorou () Sem alterações

Transporte público: () Melhorou () Piorou () Sem alterações

Atendimento de Saúde: () Melhorou () Piorou () Sem alterações

Rede de educação escola: () Melhorou () Piorou () Sem alterações

Acesso ao lazer: () Melhorou () Piorou () Sem alterações

1) Quanto tempo você mora em Vitória? _____

2) Onde residia antes morar no Residencial Tabuazeiro? _____

3) Quantas pessoas residem com você? Além da entrevistada(o) _____

Anotações Gerais:

APÊNDICE IV
CONVITE INDIVIDUAL

Prezada(o) moradora/morador do Residencial Tabuazeiro,

Eu, Shanna de Oliveira, estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) te convido para participar da pesquisa que estou realizando sobre a Política de Habitação. Para isso, gostaria de conversar com você sobre **como é viver no Residencial Tabuazeiro**.

Data: _____ **de março de 2018** (_____ **-feira**)

Horário: **19:30h**

Onde: **No seu prédio** (próximo ao apartamento da síndica).

Conto com sua presença, desde já agradeço a colaboração.

APÊNDICE V
CONVITE GERAL

Prezadas(os) moradoras(es) do Residencial Tabuazeiro,

Convidamos vocês para participarem de uma reunião, conduzida pela estudante de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Shanna de Oliveira, para conversarmos sobre a Política de Habitação.

Sua presença é muito importante, pois queremos ouvir de vocês **como é viver no Residencial Tabuazeiro**.

Data: _____ de março de 2018 (_____ -feira).

Horário: **19:30h**.

Onde: **No seu prédio** (próximo ao apartamento da síndica).

Conto com sua presença, desde já agradeço a colaboração!

Shanna de Oliveira